

GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS

- *Ronaldo Augusto Lessa Santos*

VICE-GOVERNADOR

- *Geraldo Costa Sampaio*

SECRETARIA PARA ASSUNTOS DO GABINETE CIVIL

- *Adriano Soares da Costa*

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

- *Joaldo Reide Barros Cavalcante*

SECRETARIA DE ESTADO DE RECURSOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- *Delza Leite Góes Gitaí*

SECRETARIA DA FAZENDA

- *Sérgio Roberto Uchôa Dória*

SECRETARIA DO ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

- *Luís Abílio de Sousa Neto*

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DO ESPORTO

- *Maria José Pereira Viana*

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

- *Alberto Leão Maia*

SECRETARIA DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E PESCA

- *Petrúcio César Bandeira Mendes*

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA

- *Rubens Braga Quintella Cavalcanti*

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E ESPORTES

- *Patrícia Irazabal Mourão*

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

- *Jurandir Bóia Rocha*

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

- *Edmilson de Oliveira Miranda*

SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- *Sérgio Toledo de Albuquerque*

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA

- *José Jailson Rocha*

SECRETÁRIO DE ESTADO DE RECURSOS HÍDRICOS E IRRIGAÇÃO

- *Dêvis Portela de Melo Filho*

SECRETÁRIO DE ESTADO DA INDÚSTRIA DO COMÉRCIO E SERVIÇOS

- *Neiwtton Silva*

SECRETÁRIO DE ESTADO DE EMPREGO, RENDA E RELAÇÕES DE TRABALHO

- *José Klinger Soares Teixeira*

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

- *Paulo Luiz Neto Lôbo*

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

- *Lean Antônio Ferreira de Araújo*

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

- *Saulo Cruz Buarque Cavalcante*

PROCURADOR - CHEFE DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL JUNTO AO TCA

- *Murillo Rocha Mendes*

GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR

- *Cel. PM Jurandir Ferreira de Araújo*

POLICIA MILITAR DE ALAGOAS

- *Comandante - Geral: Cel. PM Ronaldo dos Santos*

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE ALAGOAS

- *Comandante - Geral: Cel. BM Antônio Campos de Almeida*

Í N D I C E

1.	APRESENTAÇÃO.....	
2.	A CONSTRUÇÃO DO PLANO	
2.1	Conceituação do Planejamento Compartilhado.....	
2.2	Modelo "ALAGOAS PARA TODOS" de Planejamento Compartilhado	
2.3	Metodologia de Execução do Plano	
2.4	As Regiões de Planejamento	
3.	CONTEXTO GERAL DA REALIDADE DE ALAGOAS	
4.	DIMENSÃO ESTRATÉGICA DE GOVERNO	
5.	FINANCIAMENTO DO PLANO	
6.	DEMAIS PODERES E ÓRGÃOS AUTÔNOMOS	
7.	PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL	
8.	GESTÃO COMPARTILHADA DO PLANO	
9.	ANEXO: Relação dos Participantes	

1. APRESENTAÇÃO

É com coragem e disposição que apresentamos ao povo alagoano e a essa augusta Casa Legislativa o Plano Plurianual que deverá nortear as ações de Governo para o período 2000-2003. Ele traduz o compromisso que assumimos em praça pública. Compromisso com a superação dos valores deformados, que colocaram o interesse de pequenos grupos acima dos interesses maiores da sociedade. Compromisso com o combate a todas as formas de clientelismo, com a recuperação da moralidade do

serviço público, onde o Estado não permaneça refém das oligarquias e possa ser visto como um instrumento para a realização do bem comum; onde o combate à miséria e o respeito à cidadania se constituam num direito inalienável de todos os cidadãos alagoanos.

Outro grande compromisso do nosso governo é com o resgate da auto-estima do povo alagoano que deseja uma Alagoas de dignidade, e que o seu povo ativo possa, pelo menos, vislumbrar um futuro melhor.

Na oportunidade em que apresentamos este Plano Plurianual, elaborado com base numa forte contribuição e participação de toda a sociedade civil organizada, não podemos omitir o quanto serão grandes os desafios que teremos de enfrentar para darmos início ao processo de reconstrução do nosso Estado. Tomamos essa decisão entendendo que ao abrir uma discussão pública pretendemos governar utilizando um processo aberto e transparente, para a formulação das propostas de um governo no qual toda a sociedade possa participar. Estamos convictos de que essa transparência ajudará a criar um consenso amplo e necessário para algumas decisões difíceis que precisam ser tomadas.

Estamos vivendo uma condição de penúria das nossas finanças públicas, onde a arrecadação própria sequer consegue cobrir as despesas com a folha de pagamento. Parcela significativa da receita bruta, acima das reais possibilidades do Estado é gasta com o serviço da dívida pública estadual e com a transferência para os demais Poderes constituídos. A nossa capacidade de endividamento, acima dos limites impostos pela legislação fiscal e a dificuldade de contrapartida, podem inviabilizar o aporte de recursos das entidades internacionais para financiar os projetos estruturantes, a exemplo do PRODETUR, tão importante para o desenvolvimento do Estado.

As causas dessa situação falimentar das finanças públicas são conhecidas por todos os alagoanos: elevados gastos com inativos e pensionistas, pagamento da dívida pública, que atualmente absorve cerca de 17% da receita líquida real, e o crescimento vegetativo com a folha dos servidores, da ordem de 3,7%. Além disso, somente em Maceió, o débito ajuizado dos contribuintes atinge os 360 milhões de Reais.

Diante dessa conjuntura de extrema dificuldade, além do forte ajuste fiscal que teremos que pôr em marcha e que demandará grandes sacrifícios de todos nós, não temos dúvidas de que a questão da governabilidade somente será viabilizada se pudermos contar com o apoio objetivo e o altruísmo cívico daqueles que fazem os Poderes Legislativo e Judiciário e de nossas elites empresariais. Uma das nossas premissas para a governabilidade é a de nesse momento de extrema gravidade, essas

lideranças saberem dar o exemplo ao povo alagoano compreendendo que somente com o sacrifício e a renúncia do presente poderão contribuir para a construção de uma sociedade para o futuro. Na realidade, todos nos comprometemos com o melhor para o povo de Alagoas. O entendimento entre as três esferas de Poder será fundamental para que suas lideranças possam discutir os problemas e encontrar as melhores soluções para o Estado.

Procuraremos assim, trilhar pelo caminho do diálogo com todos os Poderes constituídos para que o Estado possa superar a crise e retomar o seu desenvolvimento.

Não é minha intenção, portanto, apresentar um Plano Plurianual que se transforme numa peça de ficção, quando da sua execução.

A programação deste Plano terá como balizadores principalmente a projeção da receita e da despesa conciliados a um forte ajuste fiscal e social. A participação da iniciativa privada e das agências de desenvolvimento regional na alavancagem do crescimento endógeno e das organizações não-governamentais nacionais e internacionais, para atrair e carrear recursos, serão fundamentais para atingir os objetivos nele estabelecidos.

Apesar da configuração desse quadro de dificuldades - não valendo a pena, nesse momento, contabilizarmos os culpados -, ainda assim vislumbramos uma saída para alcançar o futuro que queremos. Isso porque o Criador foi mais generoso para com o povo alagoano. Ele abrigou os seus filhos num território com maior densidade de recursos e belezas naturais e com menor percentual de área inserida no semi-árido, em comparação aos demais estados irmãos do Nordeste. A nossa região do agreste, que na maioria dos Estados apresenta fortes condicionantes para o uso da agricultura, assenta uma florescente e promissora cadeia produtiva baseada na cultura do fumo, que precisa ser modernizada para aumentar o grau de competitividade e promover efetiva inserção nos mercados nacional e internacional. A esta iniciativa pode ser acrescida a diversificação agrícola, potencialidade claramente identificada.

A zona úmida circunscrita por uma grande mancha de solos de elevada fertilidade, ocupada pela cultura canvieira formando o complexo sucro-alcooleiro, constitui-se num ativo econômico que necessita ser melhor utilizado, para que possibilite maior diversificação da nossa produção agrícola, com reflexos no aumento da pauta de exportações, aumento de emprego e distribuição de renda no meio rural.

No baixo São Francisco floresce a cultura do arroz com ótima produção e onde também se busca construir um pólo de aqüicultura apresentando perspectivas promissoras.

Precisamos optar por um crescimento de bases amplas que gere empregos, que não dependa de um único setor industrial ou de um único projeto de investimento.

A agricultura continua sendo o setor que mais gera empregos e a utilização com a fruticultura de alto valor agregado contribuirá para iniciarmos um processo de recuperação das áreas até então utilizadas na exploração de cana-de-açúcar, que hoje estão abandonadas.

Na zona de transição abrigamos a mais importante bacia leiteira do Nordeste, com amplas perspectivas de crescimento, uma vez que a atual política cambial dificulta as importações impedindo, em boa medida, que possamos concorrer favoravelmente com a produção leiteira argentina e européia, altamente subsidiadas.

O litoral, além de abranger a cultura do coco, é privilegiado em termos de belezas naturais, e poderá ter no turismo um dos mais importantes fatores de alavancagem para o nosso desenvolvimento. Além disso, o sub-solo é rico em gás natural, sal gema, calcário, rochas ornamentais, argila, amianto e cobre.

Para que possamos aproveitar essas nossas potencialidades e as oportunidades do progresso na construção de um Estado moderno é imperioso que uma vez elevadas as finanças públicas a níveis saudáveis, o aparelho administrativo se aperfeiçoe, criando uma reputação de administração pública enxuta e eficaz e adotando programas sociais inovadores que exijam baixos investimentos, a exemplo do Programa de Atenção ao Cidadão, que visa promover ações para tornar o homem um agente transformador de sua realidade, exercendo sua cidadania.

Mesmo consciente de que as políticas para reduzir a pobreza e aumentar os níveis educacionais da população exigem tempo para produzir resultados, vamos dar prioridade à educação, porque os melhores níveis educacionais podem fazer a grande diferença, tanto para a redução da pobreza quanto para o crescimento das atividades de maior valor agregado, especialmente nos setores de serviços, do turismo e da agricultura moderna que, sem dúvida, serão as grandes fontes de crescimento do Estado. Como os recursos são extremamente escassos procuraremos aumentar a

eficiência das despesas com o ensino e concentrar recursos naquelas áreas que mais rendem resultados educacionais.

Assumimos o compromisso de criarmos as regiões de planejamento, atendendo a critérios técnicos baseados no potencial sustentável de cada região. Implementaremos a municipalização das ações da agenda social, estimularemos os consórcios municipais e instituiremos o Conselho Estadual de Desenvolvimento Sustentável, os Conselhos Escolares, os Conselhos Populares e os Conselhos Regionais. Eles serão os órgãos balizadores de toda a política governamental.

Construímos um plano que tem como objetivo maior a promoção e a transformação sócio-econômica de Alagoas através do crescimento e do desenvolvimento econômico, da melhoria da qualidade de vida da população, da redução da desigualdade social, tendo como premissa básica a preservação e a conservação dos recursos naturais e do meio ambiente. Temos como macroprioridade absoluta o homem - cidadão e cidadã - na cidade e no campo.

Adotamos como diretriz para fins de planejamento os eixos estruturais de desenvolvimento, tendo como base o Eixo do Ajuste Social, o Eixo Indutor Regulador e o Eixo do Ajuste Fiscal. Para o ajuste social optou-se pelos programas **Atenção ao Cidadão** e o da **Construção de Estado Saudável**, com objetivo de promover ações para garantir a melhoria das condições ambientais e qualidade de vida de Alagoas.

Para o ajuste fiscal elegemos os programas **Reestruturação e Democratização do Estado** e **Modernização da Fazenda Pública**, voltados para o aumento da receita e otimização da aplicação dos recursos públicos.

O eixo indutor regulador está ancorado nos programas **Desenvolvimento Rural Sustentável**, **Turismo Sustentável**, **Desenvolvimento Industrial**, **Desenvolvimento Integrado de Recursos Hídricos** e **Programa Regional de Cadeias Produtivas Competitivas**. Pretendemos com essas ações promover o aumento da produção e da produtividade dos gêneros agropecuários, atrair novos investimentos industriais e comerciais, consolidar o turismo como atividade econômica, promover a gestão integrada dos recursos hídricos e estudar e estimular o desenvolvimento de cadeias produtivas competitivas no Estado de Alagoas.

A execução deste Plano Plurianual é um compromisso de todo o Governo, de cada membro da equipe, do mais baixo ao mais alto escalão na hierarquia pública estadual. Suas ações serão acompanhadas sistematicamente e os resultados serão cobrados de cada Pasta.

Pelo que exigiu durante seu processo de elaboração, deixo registrado o meu reconhecimento a toda a equipe do Governo, em particular da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento pela coordenação e consolidação deste Plano Plurianual, e à toda sociedade civil organizada, nos seus diversos níveis de representatividade, que contribuíram com suas críticas construtivas e apontaram sugestões para auxiliar o Governo a promover as mudanças reivindicadas pelo povo alagoano.

Ronaldo Augusto Lessa Santos
Governador

2 - A CONSTRUÇÃO DO PLANO

2.1 - Conceituação do Planejamento Compartilhado ⁽¹⁾

Formular uma estratégia de desenvolvimento econômico e social significa conceber e executar um conjunto de decisões que pretendem maximizar as mudanças em um sistema sócio-econômico dentro de determinados objetivos pré-estabelecidos

e, ao mesmo tempo, minimizar as reações dentro do próprio sistema contrárias a estas mudanças. Estes objetivos têm de ser determinados, não através apenas de estudos técnicos, mas principalmente por meio da identificação das aspirações sociais dos diferentes grupos das comunidades organizadas localmente. Existem diversos procedimentos técnicos para se chegar a esta identificação através da aplicação de questionários e entrevistas que, entretanto, consomem muito tempo além de expressivos recursos materiais e financeiros. Por meio de expedientes práticos, pode-se tentar economizar tempo e recursos através de um sistema participativo de consultas informais e de debates com segmentos organizados da sociedade civil, produzindo-se, numa etapa final, um conjunto consensualizado de decisões que reflitam as aspirações da comunidade local sobre o seu próprio desenvolvimento.

A nova Administração de Alagoas pôde captar as aspirações dos diferentes segmentos sociais do Estado, em suas diversas regiões, por meio de um intenso processo de mobilização comunitária. Os resultados deste processo estão registrados no documento “**Alagoas Para todos - Uma Proposta de Vida**”, cuja construção democrática permitiu a ampla participação através de contribuições pessoais e coletivas representativas da sociedade alagoana.

2.1.1. As Propostas da Nova Administração Estadual

A nova Administração do Estado de Alagoas assumiu o compromisso de um governo democrático e solidário, adotando um modelo de desenvolvimento sustentável. Propõe estratégias centradas no exercício da democracia, na participação popular e na reorientação do modelo político-administrativo, para atender aos anseios da população e não aos interesses pessoais ou de grupos políticos-sociais e econômicos. Adota como princípios balizadores de seu mandato:

- Recuperar a *dignidade* de Alagoas, resgatando a imagem do seu povo;
- Garantir a *qualidade de vida* da população;
- Assegurar o exercício pedagógico da *democracia*, da *cidadania* e a legitimidade da *participação popular*;
- Fortalecer a *consciência política* para que se eleve a auto-estima dos alagoanos, de forma a impedir o autoritarismo da centralização e o populismo a serviço de interesses menores;
- Praticar e defender um modelo de *desenvolvimento sustentável*;
- Implantar uma *administração democrática*.

Ao longo do processo de implementação do seu mandato, a nova Administração do Estado de Alagoas, de forma mais específica, se compromete a:

- Criar **Regiões de Planejamento** atendendo a critérios técnicos de potencial sustentável, respeitando as características de cada região e preservando a visão global de desenvolvimento do Estado, com a construção de uma **política fiscal justa**;
- Admitindo que a descentralização do poder, das ações de governo e de recursos é a forma mais democrática e de possível controle social, propõe estabelecer **parcerias** com universidades, empresários, trabalhadores;
- Implementar a **municipalização das ações da agenda social**, sem abrir mão do papel de coordenador, fiscalizador e avaliador de resultados;
- Estimular a implantação de **consórcios municipais**;
- Implementar o **processo de planejamento e orçamento democrático e participativo**;
- Instituir o Conselho Estadual de Desenvolvimento Sustentável, órgão balizador de toda a política governamental fruto da participação interativa; implantar e implementar **conselhos populares**, conselhos comunitários, conselhos escolares, conselhos regionais, etc.

Enfim, a nova Administração de Alagoas pretende explorar as potencialidades econômicas do Estado e construir uma sociedade mais democrática, mais justa, mais humana e livre para todos.

2.1.2. As Concepções de Desenvolvimento e Planejamento - Propostas na Nova Administração Estadual.

Há duas concepções dominantes nas propostas da atual Administração que se inicia em Alagoas:

- a) uma concepção abrangente e moderna do processo de desenvolvimento;
- b) uma concepção democrática e descentralizada do processo de planejamento.

O compromisso da nova Administração é com o Desenvolvimento Sustentável, que uma vez explicitado, muito se assemelha ao conceito de Desenvolvimento Humano propugnado pelas Nações Unidas (PNUD) desde os anos 80. Este conceito traz uma visão mais ampla do que apenas a do desenvolvimento econômico, muito associado à

idéia de crescimento da economia. É evidente que se deseja o crescimento econômico de Alagoas, porque ele traz mais empregos, mais renda, mais bens e serviços à disposição de seu povo. Quanto mais rápido o ritmo de crescimento do Estado, maiores as chances do seu desenvolvimento sustentável ou humano.

O crescimento econômico é, no entanto, condição necessária, mas não suficiente, para o Desenvolvimento. O Desenvolvimento inclui uma vasta gama de oportunidades e opções para as pessoas. Além de empregos de melhor qualidade e de rendas mais elevadas, é preciso que os alagoanos desfrutem de uma vida mais longa e saudável; que adquiram conhecimentos técnicos e culturais; e que tenham acesso aos recursos necessários a um padrão de vida decente.

É importante a magnitude da expansão das atividades econômicas, mas também sua natureza e qualidade. Ao propor uma noção de Desenvolvimento Sustentável ou Humano, como ideal e meta, a nova Administração enfatiza a importância do crescimento econômico e a necessidade simultânea do **desenvolvimento para as pessoas**.

As pessoas devem ter acesso a iguais oportunidades, de modo que possam participar e se beneficiar dos frutos e das opções criadas pelo processo de crescimento econômico. Nesse sentido, a noção de Desenvolvimento a ser perseguida pela nova Administração significa, principalmente, **desenvolvimento das pessoas**.

Nessa perspectiva, é necessário assegurar também às gerações futuras a oportunidade de usufruir pelo menos do mesmo nível de bem-estar hoje disponível. Portanto, o conceito de Desenvolvimento inclui um terceiro componente essencial, **a noção de sustentabilidade**. O desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades das gerações atuais sem limitar o potencial para satisfazer as necessidades das gerações futuras.

Finalmente, o Desenvolvimento significa, não apenas o desenvolvimento para as pessoas e o desenvolvimento das pessoas, mas também o **desenvolvimento pelas pessoas**; ou seja, a sua participação nos processos decisórios, na formulação das políticas públicas, na execução de programas e projetos de interesse coletivo.

A nova Administração afirma que o seu compromisso com o Desenvolvimento Sustentável ou Humano não é simples peça de campanha eleitoral. É um horizonte a ser atingido. Uma meta que pode ser quantificada segundo padrões internacionais incontestáveis; não é algo que se conquista em curto prazo. Ele é fruto de um longo processo que envolve o dedicado trabalho de muitas gerações e várias administrações

para melhorar o desempenho dos indicadores econômicos, sociais e ambientais de uma sociedade.

A transformação de um processo de crescimento econômico em "estados" de desenvolvimento envolve a incorporação, implicitamente, dos conceitos de **endogenia regional** e de **sustentabilidade ambiental**.

A **endogenia** é um componente básico da formação da capacidade de organização social da região (o Estado de Alagoas, seus Municípios e Microrregiões) e nasce como uma reação aos modelos de desenvolvimento regional que colocam ênfase maior na atração e na negociação de recursos externos como condição suficiente para a promoção do crescimento econômico de áreas específicas. Ao contrário, num processo de desenvolvimento endógeno, a ênfase maior está na mobilização de recursos latentes na região e se privilegia o esforço, de dentro para fora, para se promover o seu desenvolvimento.

Numa primeira etapa, o modelo de desenvolvimento endógeno mostrou suas maiores potencialidades nos setores de investimentos sociais, quando alguns Estados e Municípios foram descobrindo as possibilidades de equacionar os problemas de habitação popular, nutrição, saúde, educação etc., sem depender das grandes e ineficientes burocracias governamentais ou de programas e políticas públicas centralizados em Brasília ou nas Capitais Estaduais, mas utilizando e organizando recursos (naturais, empresariais, humanos) disponíveis a nível local ou microrregional. As comunidades se mobilizaram e, com menores custos e maiores inovações, foram gerando soluções novas para velhos problemas sociais, em um incontável número de experiências bem sucedidas.

Numa etapa posterior, esta concepção de desenvolvimento se estendeu aos setores de investimentos diretamente produtivos, com experiências em que também se dava maior ênfase ao esforço endógeno das comunidades regionais como base para uma trajetória sustentável de crescimento. Na execução destes programas alternativos de desenvolvimento, têm sido levado em consideração os seguintes aspectos:

- a) os empreendimentos incentivados são de pequena e média escala, formando um espaço onde novos empresários possam exercer a prática e o aprendizado da moderna economia de mercado;
- b) os empreendimentos podem se constituir em atividades autônomas na relação direta com o mercado consumidor ou se estabelecer uma multiplicidade de

arranjos com grandes empresas que vão desde a subcontratação, passando pelos licenciamentos e concessões, articulados com sistemas de produção flexível;

c) nas regiões e localidades em que não há tradição empresarial consolidada, não bastam os incentivos financeiros (FINOR, FNE, etc.) para que se estrutrem novos empreendimentos; é indispensável que haja um sistema de assistência técnica organizado (como o do SEBRAE) visando a apoiá-los na solução de natureza gerencial, de mercado, de produção, de tecnologia, de natureza fiscal e trabalhista, de natureza financeira; esta assistência, contudo, não pode substituir as incertezas e os riscos típicos de todo processo de investimento capitalista: vale dizer, as escolhas do que produzir, de como produzir, de onde produzir, de para quem produzir são de arbítrio próprio dos empresários, os quais, mesmo com incentivos e estímulos financeiros, são os responsáveis últimos pelos empreendimentos.

Como nenhum Estado ou Município pode se desenvolver apenas com seus próprios recursos, há sempre a necessidade de se atrair capacidade empresarial, recursos tecnológicos e poupança financeira de fora para dentro. Mas hoje está cada vez mais evidente que este esforço de desenvolvimento tem que brotar das próprias comunidades locais, num movimento de baixo para cima ou de dentro para fora, particularmente em áreas menos desenvolvidas do País que apresentem enormes potencialidades de crescimento, como em diversas áreas do Nordeste. O sucesso destas experiências de desenvolvimento endógeno fica muito na dependência de se criar um ambiente político-institucional de participação dos grupos regionais e locais no processo decisório sobre o destino das áreas em que habitam, *o que torna o estilo de planejamento participativo o complemento indispensável para se viabilizarem as experiências de desenvolvimento endógeno.*

O conceito de desenvolvimento sustentável, além do aspecto global de sua manutenção no tempo, apresenta quatro dimensões mais relevantes:

a) Econômica (relativa à capacidade de sustentação econômica dos empreendimentos) ;

b) social (relativa à necessidade de incorporação das populações marginalizadas);

c) ambiental (relativa à necessidade de conservação de recursos naturais e da capacidade produtiva da base física);

d) política (relativa à estabilidade dos processos decisórios e às políticas de desenvolvimento). Portanto, o conceito, tal como vem sendo utilizado mais recentemente, não abrange apenas a necessidade de manutenção a longo prazo da

produtividade dos recursos naturais e de conservação da base física do Planeta, mas fortalece, também, a idéia de equidade tanto interpessoal (sustentabilidade social) quando intertemporal (sustentabilidade ambiental), num contexto de empreendimentos econômicos que não sejam autofágicos em termos dos recursos escassos disponíveis.

Entretanto, não resta a menor dúvida de que o conceito de desenvolvimento sustentável tem sua idéia-força centrada na investigação científica das relações dos homens entre si e com a natureza *"dentro de modelos mais dinâmicos, onde a natureza deixa de participar apenas de forma passiva, de onde os homens retiram insumos necessários à produção das coisas úteis, para salientarem a dependência deste homem à natureza, à qual ele está materialmente condicionado"...* *"baseia-se no imperativo moral de respeitar as necessidades das gerações futuras, o que implica a exigência de preservar o capital de estoque de recursos naturais, fundamental na organização das atividades econômicas"...* *"vem tendo diferentes interpretações e abordagens, com ênfase ora na preservação dos seres vivos em geral, ora na preservação do Homem e do seu habitat, mas sempre voltadas para a utilização não predatória dos recursos naturais e salvaguarda de oportunidades para as gerações futuras"* (Projeto Áridas).

Assim, todos os principais elementos ou dimensões que compõem o conceito de desenvolvimento sustentável se articulam em torno do uso eficiente e racional dos recursos naturais renováveis e não-renováveis, orientando-se para a melhoria da qualidade de vida da população, desde que observado o respeito pelas necessidades das gerações futuras. A elaboração do Projeto Áridas para o Nordeste permitiu que se fortalecesse na Região o conceito de desenvolvimento sustentável (infelizmente o Estado de Alagoas não participou desta experiência inovadora de planejamento).

Por outro lado, a idéia-força que articula as diferentes dimensões de um processo de desenvolvimento endógeno é, em última instância, a capacidade de organização social do Estado que se constitui, segundo Boisier, no fator endógeno por excelência e no elemento crucial para transformar o crescimento econômico em *"estados"* de desenvolvimento, pois a partir dela é possível ampliar a magnitude ou proporção de recursos nacionais e internacionais que a região pode captar mediante diversas modalidades; diagnosticar os impactos das políticas macroeconômicas e setoriais do Poder Central sobre a economia regional e coordenar ações de políticas compensatórias, etc.

Assim, não basta identificar tecnicamente formas de exploração eficiente e racional (intra e intergerações) dos recursos regionais, se não há condições de mobilização dos atores regionais para a organização do aproveitamento das oportunidades intervenientes. Da mesma forma, não adianta uma intensa mobilização

de lideranças locais para este aproveitamento se ocorrer um processo de crescimento que leve ao uso predatório (não sustentável) dos recursos regionais, à exclusão social, etc.

A percepção desta complementação entre os conceitos de desenvolvimento sustentável e desenvolvimento endógeno é absolutamente indispensável no processo de planejamento do Estado de Alagoas para se evitar, de um lado, que este planejamento se transforme num exercício de voluntarismo tecnocrático e, do outro lado, numa mobilização de esperanças desencontradas e dispersas quanto aos seus objetivos de longo prazo.

Na definição do **estilo de planejamento** que deverá prevalecer na atual Administração de Alagoas, foi proposta a questão da participação comunitária na formulação e na execução das políticas, dos programas e dos projetos de desenvolvimento do Estado. Com o processo de redemocratização do Brasil, desde os anos oitenta, estamos assistindo à emergência de diferentes experiências de planejamento participativo a nível dos Estados (pactos de cooperação; fóruns de desenvolvimento econômico e social, etc.), a nível dos Municípios (orçamentos participativos; co-gestão na administração de serviços públicos específicos; etc.), a nível de setores de investimento social (fundos de desenvolvimento comunitário com prioridades alocativas definidas pelos beneficiários, etc.).

Nestas experiências, a participação comunitária tem ocorrido em vários patamares, desde a apresentação de críticas e sugestões a programas e projetos a serem executados, até a mobilização de recursos latentes dos próprios grupos beneficiários, numa autêntica função de ativação social no processo de planejamento. Já existem inúmeros estudos e pesquisas relatando experiências bem sucedidas de concepções e implementações de planejamento participativo na América Latina e no Brasil.

Para caracterizar as experiências de planejamento participativo é preciso destacar, em primeiro lugar, que num ambiente politicamente democrático, não se pode avançar a formulação de uma estratégia de desenvolvimento de médio e de longo prazo para uma Região, Estado ou Município sem um sistema de *consultas formais e informais* às lideranças locais que permitam incorporar, desde o momento inicial, as diferentes aspirações sociais, tal como operacionalizado pela atual Administração do Estado de Alagoas

Em segundo lugar, é preciso destacar a necessidade de distinguir, na elaboração e na implementação de um programa ou projeto de Governo, ou até mesmo de uma política pública, dois níveis complementares no processo de tomada de decisões. Um

primeiro nível que envolve somente a presença de órgãos públicos dos diferentes níveis de Governo, e no qual são tomadas deliberações por atores da administração pública, os quais, dentro de uma hierarquia funcional e de um sistema de relações intergovernamentais, definem o que deve ser feito, como deve ser feito e por quem deve ser feito o conjunto de políticas, de programas e de projetos. Um segundo nível que envolve a participação dos grupos e instituições da sociedade civil que incorporam, ao processo de planejamento governamental, subsídios através de sugestões, de críticas, de avaliações e da geração de caminhos alternativos. Se não passarmos do primeiro nível, o estilo de planejamento predominante será o burocrático-centralizado, típico do que prevaleceu durante o último período do autoritarismo político no Brasil.

(¹) Retirado do Relatório ALAGOAS: Problemas e Perspectivas de Desenvolvimento Sustentável, elaborado pelo Professor Paulo R. Haddad, contratado pelo BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento - e doado ao novo Governo de Alagoas como contribuição à elaboração do Plano.

2.2 - MODELO "ALAGOAS PARA TODOS" DE PLANEJAMENTO COMPARTILHADO

Segundo pesquisa desenvolvida na fase de definição do modelo a ser adotado para a elaboração dos Planos (ver Figura 2.1) não encontramos, no Brasil, experiências significativas de Planejamento Estratégico de longo prazo, embora tenhamos avançado muito no planejamento participativo de curto prazo, através de dezenas de experiências de "orçamento participativo" desenvolvidas, em diferentes cidades, nos últimos quinze anos.

A grande dificuldade que estamos enfrentando na formulação de um moderno processo de planejamento, condizente com a realidade atual, participativo, com a visão do novo socialismo, contrapondo ao modelo neoliberal centralizador e autocrático que estamos vivendo, é o conservadorismo básico da natureza humana: a maioria das pessoas continua pensando em resolver os problemas com as experiências passadas, com as formas aprendidas; usando as mesmas antigas tecnologias e baseada nos mesmos antigos critérios e pressupostos.

O Governo Socialista de Alagoas através da Secretaria de Planejamento, resolveu enfrentar esse desafio, definindo um novo modelo para a elaboração do conjunto de planos que objetivam viabilizar o desenvolvimento sustentável, dotado de instrumentos capazes de superar este paradigma do conservadorismo, onde o componente político - PARTICIPAÇÃO POPULAR - entra como principal elemento sem desprezar a importância da participação do técnico, a capacidade intuitiva e criativa das personalidades e lideranças locais, formulado em sintonia com objetivos, idéias e intuição do principal ator: o Governador.

Modelo de Planejamento Compartilhado

- ◆ **Quanto à duração** – curto/médio/longo prazo;
- ◆ **Quanto à sistematização** – sistemático;
- ◆ **Quanto aos elementos** – intuitivo/técnico/político (participativo)

Embora este documento trate especificamente do Plano Plurianual de Governo, o processo de planejamento não se encerra nele, terá continuidade com a montagem do banco de dados da vasta documentação técnica, fruto das oficinas, entrevistas, estudos, análises e da integração de informações, base permanente de pesquisa para análise crítica do processo de planejamento, o que possibilitará o desenvolvimento dos demais produtos de longo prazo, previstos no ciclo de planejamento.



Figura 2.1 - Produtos do Processo de Planejamento Compartilhado

2.3 METODOLOGIA DE EXECUÇÃO DO PLANO

2.3.1 - O Sistema de Planejamento

O sistema de planejamento é constituído da Estrutura Organizacional operativa, de carácter temporário, desenvolvida para a formulação dos Planos e das instâncias onde os formuladores desenvolverão o trabalho.



Figura 2.2 - Concepção do Sistema de Planejamento



Figura 2.3 - Estrutura Organizacional Operativa

2.3.2 - Estrutura Organizacional Operativa

O plano é coordenado e desenvolvido pela equipe do Governo, estruturada para esse fim, contando com ampla participação popular. Faz parte de sua estrutura operativa:

Núcleo Matriz - Equipe da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento responsável pela concepção, supervisão, consolidação das informações e redação final dos documentos.

Núcleos Intrasetoriais - Equipes constituídas por representantes dos diversos órgãos que compõem o Governo, nomeados por portaria, que trabalharão nas oficinas divididos por funções de Governo, visando a identificação das necessidades e soluções das funções setoriais.

Núcleos Intersetoriais - Equipes constituídas por representantes dos diversos órgãos que compõem o Governo, que trabalharão nas oficinas divididos por Eixos de Ações de Governo, visando a identificação das necessidades e soluções a nível integrado.

Núcleos Regionais - Equipe constituída por todos segmentos representativos da malha social local (região), responsáveis pela identificação e sugestões de solução para os principais problemas, numa visão regional.

Grupo de Formadores de Opinião - Grupo de entrevistados, constituído pelos formadores de opinião, com destaque na sociedade alagoana, nos diversos segmentos - político, empresarial, cultural, entre outros - que contribuem para a identificação de soluções para os principais problemas de nosso Estado.

Consultoria Responsável por transferir a tecnologia metodológica e assessorar o desenvolvimento, implantação e acompanhamento da execução, usando o mínimo possível de consultores, prestando os seguintes serviços: apoio na formulação do modelo de planejamento; treinamento da equipe matriz; moderação das oficinas; treinamento visando desenvolver o sentimento de equipe nas oficinas; diagnóstico sócio-ecônomico; apoio na consolidação e sistematização das informações e na geração dos documentos finais

2.3.3 - Metodologia de Trabalho de Formulação do Plano

A metodologia define o caminho pelo qual se chegará ao Plano. Para melhor compreender este processo temos que retornar à origem da candidatura Ronaldo Lessa. Àquela época formou-se a aliança de um conjunto pluralista de forças partidárias, formalmente denominada COLIGAÇÃO ALAGOAS PARA TODOS. Fruto desta coligação foi montada uma equipe suprapartidária com a responsabilidade de formular uma proposta de governo participativa, alicerçada no respeito à cidadania, buscando estabelecer as diretrizes de um desenvolvimento sustentável voltada para as pessoas, das pessoas e pelas pessoas. Durante alguns meses foram percorridos todos os municípios de Alagoas, quando foram consultadas a população e suas lideranças, até se chegar à Proposta de Governo denominada: ALAGOAS PARA TODOS - UMA PROPOSTA DE VIDA. Esta proposta foi legitimada nas urnas pelo povo, no primeiro turno da eleição, transformando-se em compromisso do governo eleito.

Dando prosseguimento ao processo de planejamento, os dirigentes escolhidos - 1º e 2º escalões - reuniram-se em duas Oficinas de Trabalho para o Planejamento Compartilhado, mesmo antes da posse. Os trabalhos tiveram continuidade, nos primeiros trinta dias de governo, quando foi construído o "Cenário 120 dias": conjunto de ações imediatas, prioritárias, inadiáveis e factíveis de serem executadas nos 120 dias subseqüentes. A partir de março iniciou-se a construção do presente PPA e do Plano de Desenvolvimento Sustentável, que nortearão as futuras ações do governo.

O Sistema de Planejamento foi montado em dois níveis complementares: o primeiro, na fase inicial de formulação do Plano, de caráter intragovernamental, envolve os órgãos do governo, através de oficinas intrasetoriais e intersetoriais; o segundo nível envolve a participação da sociedade civil, nos seus diversos níveis de representatividade, nas diversas regiões do Estado, através das oficinas Regionais e das entrevistas com os Formadores de Opinião. A programação compreendeu a realização de 22 oficinas, assim distribuídas: 11 oficinas intrasetoriais, 3 oficinas intersetorias e 8 oficinas regionais.

2.3.4 - Procedimentos para a Execução do Plano

A partir da metodologia definida, que está fundamentada numa visão de planejamento que contempla a participação como compromisso (exigindo o comprometimento de todos que participam da construção coletiva), o Governo de Alagoas pôde captar as aspirações e demandas dos diferentes segmentos da sociedade, em suas diversas regiões, por meio de um efetivo processo de mobilização dos atores sociais. O desenvolvimento deste processo se fez através dos momentos/procedimentos a seguir relacionados.

Esses procedimentos foram trabalhados dentro de uma estratégia que buscou assegurar a integração e a intersetorialidade das ações, em consonância com o objetivo de sustentabilidade que norteia a construção do Plano Plurianual de Governo e do processo de desenvolvimento pretendido para Alagoas e a base de informações obtida deu fundamento à definição dos programas estruturantes e projetos estratégicos, que também se fez de forma participativa contemplando os níveis técnicos e políticos das diversas áreas do Governo e setores da sociedade alagoana.

Definição dos Eixos Estruturais - Tendo como marco orientador a filosofia de Governo expressa no documento "Alagoas para Todos - Uma Proposta de Vida", foram definidos os eixos estruturais de desenvolvimento - Eixo do Ajuste Social, Eixo Indutor Regulador e Eixo do Ajuste Fiscal - os quais, por sua vez, foram traduzidos em Programas Estruturantes e Projetos Estratégicos.

Divisão do Estado em Regiões de Planejamento - A definição das regiões de Planejamento constituiu um instrumento de suporte à gestão compartilhada, para garantir a construção do desenvolvimento sustentável do Estado, através de consultas especializadas.

Montagem de um quadro de referência sobre a realidade do Estado - Este quadro de referência subsidiou os trabalhos de todos os atores envolvidos no processo de planejamento, auxiliando na definição dos Programas Estruturantes, dos Projetos Estratégicos e das respectivas ações, a nível de cada eixo estrutural.

As equipes setoriais levantaram informações específicas de suas áreas para subsidiar o trabalho de elaboração do Plano e o Núcleo Matriz sistematizou as informações globais sobre o Estado e suas relações com diferentes contextos. Na obtenção desses dados globais o Núcleo Matriz contou com o apoio de uma equipe de consultores que fez o levantamento e montagem dos dados sócio-econômicos do Estado. Esta base de dados além de cobrir o estado como um todo, foi desagregada a

nível das regiões de planejamento, permitindo uma visão sobre o espaço estadual, em termos de seus problemas e potencialidades.

Oficinas de Planejamento Participativo - A oficina é um espaço de produção coletiva, com base nas percepções e visões diferenciadas dos atores. Desta forma, foi organizada de modo a estimular a criatividade e livre manifestação dos participantes. Objetivando sistematizar a manifestação dos atores, o trabalho foi orientado por um moderador, que procurou promover a convergência e, na medida do possível, buscar o consenso entre os atores. Foi utilizada técnica que permitiu uma permanente visualização da produção do grupo, através de painéis de apresentação da visão dos atores, manifestadas em cartões que sintetizam as propostas. Cada tipo de oficina teve um objetivo específico.

Nas *Oficinas Intrasetoriais* buscou-se identificar os problemas, objetivos e ações setoriais, obtendo-se uma primeira visão a nível de cada área de atuação do Governo. Para este trabalho foram realizadas 11 oficinas, onde os técnicos dos Núcleos Setoriais dos diversos órgãos, reunidos por área de atuação, seguindo a orientação metodológica adotada (método interativo/participativo) refletiram sobre as questões de suas respectivas áreas. Esta reflexão envolveu, no conjunto da Administração Pública, cerca de 195 técnicos, conforme indicado no Quadro 2.1.

Nas *Oficinas Intersetoriais* o trabalho consistiu no mapeamento dos problemas e objetivos intersetoriais, bem como na identificação e detalhamento dos Programas Estruturantes, Projetos Estratégicos e respectivas ações, segundo os três eixos estruturais. Neste momento foram realizadas três oficinas, uma por cada eixo estrutural, onde os técnicos dos Núcleos Intersetoriais, utilizando o processo metodológico adotado, com a orientação do mediador, trabalharam os pontos acima referidos, incorporando a visão de integração, intersetorialidade e complementaridade. Este momento envolveu 101 (cento e um) participantes, entre técnicos e dirigentes, representantes dos diversos órgãos do Estado (vide Quadro 2.2).

Nas *Oficinas Regionais* o produto gerado consistiu no levantamento dos problemas e potencialidades regionais e na indicação de ações, identificando-se as diversas instituições responsáveis e/ou envolvidas. Nestas oficinas, os atores sociais locais, com a orientação do mediador, refletiram sobre os problemas locais, numa visão regional, gerando subsídio importante para a definição final dos programas estruturantes e projetos estratégicos.

Nesta fase do processo foram realizadas oito oficinas, envolvendo 102 municípios e 787 representantes (vide Quadro 3) de diversas instituições

governamentais e não governamentais a saber: Poder Público Municipal, Câmaras de Vereadores, Partidos Políticos, Sindicatos dos trabalhadores rurais, Conselhos setoriais, Cooperativas de produtores, Associações de produtores, Associações de classe, Igrejas, Instituições de pescadores, Agentes Comunitários, Universidade Federal de Alagoas - UFAL, SEBRAE/AL, Banco do Nordeste, Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF, CEFET's, dentre outras.

Entrevistas - As oficinas foram complementadas com 62 entrevistas abertas com figuras representativas da sociedade, detentores de conhecimentos específicos e formadores de opinião pública no Estado. Procurou-se incorporar ao processo de planejamento, o lado visionário dos diversos segmentos da sociedade, entrevistando lideranças empresariais e sindicais, personalidades da política e cultura; intelectuais e pensadores técnicos, políticos e sociais.

Quadro 2.1 - Mapa de participação das oficinas intrasetoriais

SETORES	Nº DE PARTICIPANTES	ÓRGÃOS PARTICIPANTES
1 - Agricultura	14	FCEPA, SEAGRI, EPEAL, ITERAL, COMAG, EMATER
2 - Cultura	09	SECULT, FUNTED, MISA, BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL, MUSEU DE ARTE SACRA
3 - Educação	23	SED, ITEAL, FUNESA, FAPE, ECM/FUNGLAF
4 - Infraestrutura	14	SEINFRA, DER SERVEAL, CASAL, COHAB, ALGÁS
5 - Fazenda, Planejamento e Administração	21	SEPLANDES, SEFAZ, IPASEAL, SERHAD, AGÊNCIA DE FOMENTO, COORDENAÇÃO DO AJUSTE FISCAL
6 - Saúde	31	SESAU, FUNGLAF, LIFAL, HEMOAL, UNIDADE DE EMERGÊNCIA
7 - Segurança Pública, Justiça e Cidadania	11	SEJUC, SSP, PM/AL, CASA MILITAR, CORPO DE BOMBEIRO.
8 - Trabalho e Assistência Social	13	SETAS, SINE-AL
9 - Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente, Rec. Hídricos, Informação e Informática e Indústria e Comércio	30	SEPLANDES/CDCT, CODEAL, IMA, FAPEAL, UEE-RH, FIPLAN/IPD
10 - Turismo	04	EMATUR E SETUR
11 - Outros	09	AUDITORIA GERAL, SEC. DO GABINETE CIVIL, RÁDIO DIFUSORA, SECOM, SERGASA
Sub-Total	179	-----
12 - Núcleo Matriz	16	SEPLANDES
TOTAL GERAL	195	-

Quadro 2.2 - Mapa de participação das oficinas intersetoriais

EIXOS ESTRUTURAIS	ÓRGÃOS PARTICIPANTES	Nº DE PARTICIPANTES
1 - Eixo do Ajuste Social	SED, FAPE, ITEAL, FUNESA, SESAU, FUNGLAF, LIFAL, COHAB, CASAL, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR, SSP, CASA MILITAR, SETAS, SEJUC E IMA	35
2 - Eixo Indutor Regulador	SEAGRI, ITERAL, FCEPA, COMAG, EMATER, CDCT/SEPLANDES, IMA, EPEAL, SECULT, FUNTED, UEE-RECURSOS HÍDRICOS, EMATUR, SERVEAL, DER, ALGÁS, SEINFRA, FAPEAL, AGÊNCIA DE FOMENTO	30
3 - Eixo do Ajuste Fiscal	SEPLANDES, SEFAZ, SERHAD, SECOM, GABINETE CIVIL, FIPLAN/IPD, AUDITORIA GERAL DO ESTADO, IPASEAL, SERGASA, RÁDIO DIFUSORA, COORDENAÇÃO DO AJUSTE FISCAL	26
Sub -Total	-----	91
4 - Núcleo Matriz de Planejamento	SEPLANDES	10
TOTAL GERAL	-----	101

Quadro 2.3 - Mapa de participação das oficinas regionais

REGIÕES DE PLANEJAMENTO	MUNICÍPIOS	Nº PARTICIPANTES
1 - R. DO AGRESTE	Arapiraca, Campo Grande, Girau do Ponciano, Lagoa da Canoa, Craibas, Anadia, Coité do Nóia, Taquarana, Limoeiro de Anadia, Belém, Feira Grande, Olho d'água Grande, Marimondo, Tanque d'Arca	103
2 - R. DA BACIA LEITEIRA	Palestina, Palmeira dos Índios, Dois Riachos, Santana do Ipanema, S. José da Tapera, Batalha, Belo Monte, Jacaré dos Homens, Jaramataia, Major Isidoro, Monteirópolis, Olivença, Igaci, Olho d'Água das Flores, Cacimbinhas, Estrela de Alagoas, Minador do Negrão, Pão de Açúcar	84
3 - R. DO SERTÃO	Carneiros, Poço das Trincheiras, Senador Rui Palmeira, Maravilha, Piranhas, Inhapí, Olho d'Água do Casado, Mata Grande, Água Branca, Delmiro Gouveia, Pariconha, Ouro Branco, Canapí	88
4 - R. DO EXTREMO NORTE	Porto Calvo, Flexeiras, S. Luis do Quitunde, Passo de Camaragibe, Colônia de Leopoldina, Maragogi, Joaquim Gomes, Novo Lino, Campestre, Jundiá, Jacuípe, Porto de Pedras, Japaratinga, S. Miguel dos Milagres, Matriz de Camaragibe	111
5 - R. DO LITORAL SUL	Coruripe, Teotônio Vilela, S. Sebastião, Campo Alegre, Boca da Mata, Junqueiro, S. Miguel dos Campos, Roteiro, Jequiá da Praia	86
6 - R. DO SÃO FRANCISCO	Penedo, Traipú, Porto Real do Colégio, São Brás, Igreja Nova, Piaçabucú, Feliz Deserto.	95
7 - R. DA MATA	Viçosa, Ibateguara, Atalaia, Mar Vermelho, Paulo Jacinto, Chã Preta, Quebrangulo, Capela, Santana do Mundau, União dos Palmares, Branquinha, Murici, São José da Laje, Pindoba, Cajueiro.	98
8 - R. DA GRANDE MACEIÓ	Maceió, Satuba, Marechal Deodoro, Rio Largo, Barra de Santo Antônio, Barra de São Miguel, Coqueiro Seco, Messias, Paripueira, Pilar, Santa Luzia do Norte	122
TOTAL	102 MUNICÍPIOS	787

2.4 AS REGIÕES DE PLANEJAMENTO

A atual organização espacial do Estado de Alagoas constitui o produto da dinâmica estabelecida entre o processo de apropriação dos recursos ambientais e a mobilização dos fatores produtivos ao longo de sua história, considerados os determinantes políticos. Dessa forma, a implantação das culturas da cana-de-açúcar, do coco, do algodão e da pecuária desempenharam papel preponderante no estabelecimento dos núcleos de povoamento.

Com base nos antecedentes historiográficos e nos princípios de expressão cartográfica, de contigüidade, buscou-se caracterizar o espaço geográfico de Alagoas, para fins de planejamento, onde as regiões delimitadas deverão funcionar como um campo de força em busca da auto sustentação e, ao mesmo tempo, formando um conjunto homogêneo em suas diretrizes e ações, em consonância com o espaço geográfico a que pertencem, interrelacionadas com os demais espaços regionais, sob a coordenação do poder central do Estado.

A natureza desse enfoque regional consiste, em sua essência, na visualização das atividades econômicas de forma espacializada, possibilitando o planejamento dessas atividades, de modo que possam contrabalançar os déficits da economia oriundas da concentração ou da dispersão, permitindo a adoção de ações integradas e a otimização do usos dos recursos públicos e de investimentos propulsores do desenvolvimento.

O Estado de Alagoas atualmente possui dois grandes pólos de desenvolvimento que apresentam uma significativa concentração espacial da população e predominância das atividades econômicas do Estado. São eles : Arapiraca, na Região Agreste, com desenvolvimento agrícola e culturas emergentes, tendo como base sustentável a cultura do fumo, e Maceió, onde se concentram as atividades turísticas, industriais e de serviços, inclusive os serviços públicos.

O desequilíbrio espacial do desenvolvimento estadual ocorre apesar de uma razoável rede de comunicação, transportes e energia elétrica, que cobre e integra o Estado. Nas últimas décadas as duas regiões pólo têm apresentado dinamismo econômico, com novas atividades, acarretando uma atração da população para Maceió e Arapiraca. Conseqüentemente surge um redesenho dos espaços econômicos e sociais de Alagoas, no qual as demais regiões se fragilizam no processo de desenvolvimento, perdendo peso na economia estadual.

Na tentativa de superar esta vulnerabilidade, o Estado assume uma forma de organização do planejamento, pautada pela regionalização, visando o desenvolvimento

sustentável, para que a coletividade se beneficie dos frutos do próprio trabalho, melhorando de forma significativa suas condições de vida.

Para tanto, nesta nova proposta, o Governo do Estado divide o território alagoano em dez regiões para fins de planejamento, onde o critério básico é a consolidação de blocos de municípios com a mesma afinidade produtiva. A estratégia de delimitar Regiões de Planejamento, busca induzir o desenvolvimento de novos pólos, em função de suas potencialidades - naturais e culturais, dentre outras - e da infra-estrutura disponível. (Mapa 2.4.1).

2.4.1 Núcleos Regionais de Planejamento

Com base no novo modelo político administrativo, o Governo implantará **10 núcleos de Planejamento Regional**, descentralizando e propagando o dinamismo econômico dos dois pólos atuais - Maceió (Núcleo da Região da Grande Maceió) e Arapiraca (Núcleo da Região do Agreste) - com integração das demais regiões (ver Tabela 2.4.1), desenvolvendo e consolidando novos núcleos dinâmicos, como parte de integração do Macroespço.

Esta nova visão contribuirá para a revitalização dessas áreas de grande potencial, com recuperação das atividades degradadas e diversificação produtiva. Assim, caberá ao Núcleo Regional de Planejamento, das citadas regiões, a função de centro aglutinador, visando promover entendimentos, parcerias e a participação social, onde o poder central do Estado atuará como parceiro principal e elemento catalisador do processo de planejamento e ações.

Para tanto, o Governo buscará reorientar o modelo político administrativo, adotando a administração por programas estruturantes e projetos estratégicos, de gestão compartilhada e descentralizada, atendendo a critérios técnicos de sustentabilidade, respeitando as características de cada região e preservando a visão global de desenvolvimento do Estado.

2.4.2 Unidade de Serviço ao Cidadão

Na busca de viabilizar a descentralização dos serviços, o Governo de Alagoas implantará Unidades de Serviço ao Cidadão (U.S.C.), que promoverão a articulação dos Órgãos Estaduais, eliminando o excesso de exigências burocráticas e aproximando os Órgãos Públicos da sociedade.

A Unidade de Serviço ao Cidadão (U.S.C.), tem por função levar ao cidadão do interior do Estado, de forma coordenada, todos os serviços que os três níveis de

Governo oferecem à população. Assim, competirá às U.S.C. criar condições necessárias para o exercício pleno da cidadania, através do melhor acesso aos serviços públicos.

Aos agentes econômicos e aos atores sociais está reservado o papel de atestar as transformações direcionadas ao novo e sustentável ordenamento espacial e regional, com a qual todos eles devem comprometer-se, no desejo compartilhado de realizá-lo.

TABELA 2.4.2
Área Total, População Residente por localização, Densidade Demográfica, segundo as Regiões de Planejamento do Est. de Alagoas

REGIÕES DE PLANEJAMENTO E MUNICÍPIOS	ÁREA TOTAL	POPULAÇÃO RESIDENTE/1996			DENSIDADE DEMOGRÁFICA 1996
		TOTAL	URBANA	RURAL	
ALTO SERTÃO	3.935,3	148.829	56.459	92.370	37,8
Água Branca	456,7	17.754	3.933	13.821	38,9
Canapi	574,3	17.151	3.962	13.189	29,9
Delmiro Gouveia	609,3	40.537	31.882	8.655	66,5
Inhapi	375,7	15.193	4.785	10.408	40,4
Mata Grande	923,4	24.387	4.693	19.694	26,4
Olho d'Água do Casado	324,1	5.966	3.628	2.338	18,4
Pariconha	262,7	8.189	2.073	6.116	31,2
Piranhas	409,1	19.652	1.503	18.149	48,0
MÉDIO SERTÃO	2.726,7	152.735	62.710	90.025	56,0
Carneiros	113,5	5.938	2.853	3.085	52,3
Dois Riachos	142,3	11.374	4.224	7.150	79,9
Maravilha	280,9	13.747	4.679	9.068	48,9
Olho d'Água das Flores	184,3	17.060	11.010	6.050	92,6
Oliveira	173,6	10.209	2.005	8.204	58,8
Ouro Branco	205,4	9.076	4.657	4.419	44,2
Poço das Trincheiras	304,1	10.969	1.372	9.597	36,1
Santana do Ipanema	439,6	38.231	21.718	16.513	87,0
São José da Tapera	521,8	27.814	7.161	20.653	53,3
Senador Rui Palmeira	361,2	8.317	3.031	5.286	23,0
AGRESTE	2.504,6	358.412	202.103	156.309	143,1
Arapiraca	367,5	173.339	138.243	35.096	471,7
Belém	48,4	5.278	1.889	3.389	109,0
Campo Alegre	296,3	38.246	15.294	22.952	129,1
Campo Grande	167,1	10.289	4.950	5.339	61,6
Coité do Nóia	88,9	10.188	2.465	7.723	114,6
Craibas	276,4	18.599	5.818	12.781	67,3
Feira Grande	156,6	18.959	3.177	15.782	121,1
Girau do Ponciano	504,3	27.495	8.098	19.397	54,5
Lagoa da Canoa	103,3	17.735	5.892	11.843	171,7
Marimondo	172,0	14.201	9.546	4.655	82,6
Tanque d'Arca	156,6	7.036	2.065	4.971	44,9
Taquarana	167,2	17.047	4.666	12.381	102,0
BAIXO SÃO FRANCISCO	2.961,0	172.691	83.891	88.800	58,3
Feliz Deserto	92,2	3.693	2.846	847	40,1
Igreja Nova	429,9	19.354	4.211	15.143	45,0
Olho d'Água Grande	119,0	4.503	1.019	3.484	37,8
Penedo	690,7	54.390	40.502	13.888	78,7
Piaçabuçu	242,9	15.953	10.118	5.835	65,7
Porto Real do Colégio	237,0	17.318	5.812	11.506	73,1
São Brás	140,6	6.258	2.759	3.499	44,5
São Sebastião	307,0	27.151	9.188	17.963	88,4
Traipu	701,7	24.071	7.436	16.635	34,3
LITORAL NORTE	2.519,8	161.909	78.997	82.912	64,3
Campestre	55,5	0	0	0	0,0
Jacuípe	219,9	7.550	3.369	4.181	34,3
Japaratinga	85,9	6.548	2.064	4.484	76,2
Jundiá	120,2	11.530	1.909	9.621	65,6
Maragogi	335,0	16.912	10.337	6.575	50,5
Matriz do Camaragibe	329,0	23.007	16.647	6.360	69,9
Novo Lino	186,5	11.247	5.075	6.172	60,3
Passo de Camaragibe	188,0	13.841	5.810	8.031	73,6
Porto Calvo	261,3	24.150	12.798	11.352	92,4
Porto de Pedras	267,3	10.330	4.710	5.620	38,6
São Luís do Quitunde	405,7	31.234	14.886	16.348	77,0
São Miguel dos Milagres	65,5	5.560	1.392	4.168	84,9
VALE DO PARAÍBA (MATA)	2.491,8	203.767	121.927	81.840	81,8
Atalaia	534,3	36.642	16.598	20.044	68,6
Cajueiro	136,7	17.964	12.861	5.103	131,4

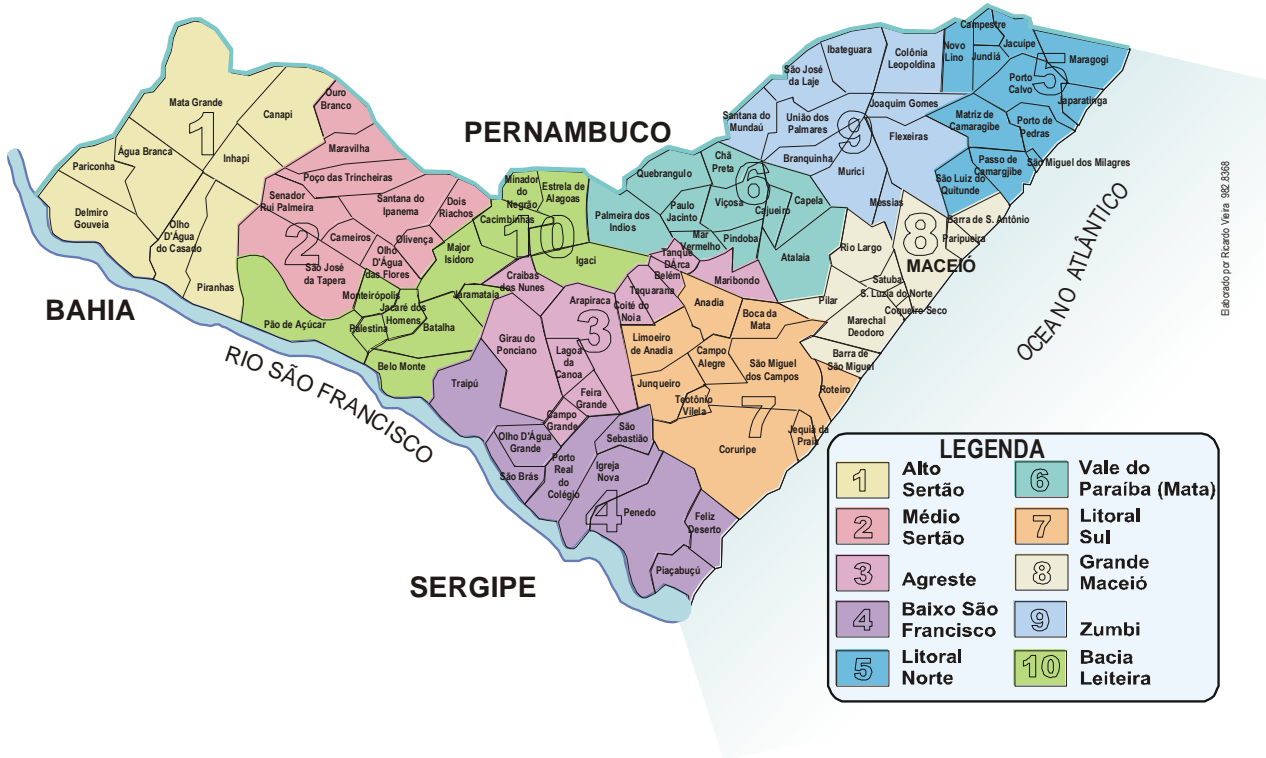
Capela	226,9	20.127	11.672	8.455	88,7
Chã Preta	202,1	7.593	3.339	4.254	37,6

TABELA 2.4.2

Área Total, População Residente por localização, Densidade Demográfica, segundo as Regiões de Planejamento do Est. de Alagoas

REGIÕES DE PLANEJAMENTO E MUNICÍPIOS	ÁREA TOTAL	POPULAÇÃO RESIDENTE/1996			DENSIDADE DEMOGRÁFICA 1996
		TOTAL	URBANA	RURAL	
Mar Vermelho	91,9	4.393	1.181	3.212	47,8
Palmeira dos Índios	462,5	67.689	48.193	19.496	146,4
Paulo Jacinto	108,2	8.979	5.466	3.513	83,0
Pindoba	83,6	3.223	1.150	2.073	38,6
Quebrangulo	321,3	12.133	5.876	6.257	37,8
Viçosa	324,3	25.024	15.591	9.433	77,2
LITORAL SUL	2.995,7	218.139	107.216	110.923	72,8
Anadia	190,3	16.513	8.551	7.962	86,8
Boca da Mata	187,4	22.162	13.282	8.880	118,3
Coruripe	971,4	47.175	15.881	31.294	48,6
Jequiá da Praia	0,0	0	0	0	0,0
Junqueiro	221,6	22.696	6.254	16.442	102,4
Limoeiro de Anadia	335,8	19.138	1.657	17.481	57,0
Roteiro	129,8	7.317	4.350	2.967	56,4
São Miguel dos Campos	660,3	49.504	31.225	18.279	75,0
Teotônio Vilela	299,1	33.634	26.016	7.618	112,5
GRANDE MACEIÓ	1.828,7	884.623	782.936	101.687	483,7
Barra de Santo Antônio	138,6	9.164	5.469	3.695	66,1
Barra de São Miguel	76,9	6.076	4.732	1.344	79,0
Coqueiro Seco	40,4	5.084	4.547	537	125,8
Maceió	512,8	723.230	667.915	55.315	1.410,4
Marechal Deodoro	363,3	28.215	17.451	10.764	77,7
Paripueira	93,1	7.121	6.742	379	76,5
Pilar	221,6	30.178	25.733	4.445	136,2
Rio Largo	310,6	58.244	39.382	18.862	187,5
Santa Luzia do Norte	28,7	6.357	5.139	1.218	221,5
Satuba	42,7	10.954	5.826	5.128	256,5
ZUMBI	2.770,4	197.293	113.092	84.201	71,2
Branquinha	191,2	9.714	3.162	6.552	50,8
Colônia Leopoldina	295,7	17.924	10.819	7.105	60,6
Flexeiras	317,1	12.619	5.798	6.821	39,8
Ibateguara	255,5	14.976	7.823	7.153	58,6
Joaquim Gomes	242,0	19.381	10.820	8.561	80,1
Messias	113,3	10.648	7.584	3.064	94,0
Murici	425,8	23.038	14.881	8.157	54,1
Santana do Mundaú	226,4	12.076	5.682	6.394	53,3
São José da Lage	273,8	22.118	12.029	10.089	80,8
União dos Palmares	429,6	54.799	34.494	20.305	127,6
BACIA LEITEIRA	3.199,1	134.941	52.583	82.358	42,2
Batalha	322,5	13.446	9.003	4.443	41,7
Belo Monte	334,8	6.411	1.164	5.247	19,1
Cacimbinhas	273,9	8.663	3.872	4.791	31,6
Estrela de Alagoas	265,5	15.260	3.127	12.133	57,5
Igaci	335,0	24.250	5.332	18.918	72,4
Jacaré dos Homens	142,9	5.273	2.563	2.710	36,9
Jaramataia	104,1	5.069	2.406	2.663	48,7
Major Isidoro	455,8	17.282	8.439	8.843	37,9
Minador do Negrão	167,3	5.344	1.793	3.551	31,9
Monteirópolis	86,4	6.453	2.359	4.094	74,7
Palestina	49,1	4.104	2.415	1.689	83,6
Pão de Açúcar	661,8	23.386	10.110	13.276	35,3
ESTADO	27.933,1	2.633.339	1.661.914	971.425	94,3

Mapa 2.4.1



Elaborado por Ricardo Veira 582.6395

Tabela 2.4.1

REGIÕES DE PLANEJAMENTO			
RP	MUNICÍPIOS	NÚCLEO REGIONAL	UNIDADE DE SERVIÇO AO CIDADÃO
ALTO SERTÃO	PIRANHAS, INHAPI, OLHO D'ÁGUA DO CASADO, MATA GRANDE, AGUA BRANCA, PARICONHA, DELMIRO GOUVEIA, CANAPI,	PIRANHAS	DELMIRO GOUVEIA MATA GRANDE
MÉDIO SERTÃO	CARNEIROS, POÇO DAS TRINCHEIRAS, MARAVILHA, SENADOR RUI PALMEIRA, OURO BRANCO, DOIS RIACHOS, OLHO D'ÁGUA DAS FLORES, OLIVENÇA, SANTANA DO IPANEMA, SÃO JOSÉ DA TAPERA,	SANTANA DO IPANEMA	POÇO DAS TRINCHEIRAS SÃO JOSÉ DA TAPERA OLHO D'ÁGUA DAS FLORES
AGRESTE	ARAPIRACA, CAMPO GRANDE, GIRAU DO PONCIANO, LAGOA DA CANOA, CRAIBAS, COITÉ DO NOIA, TAQUARANA, BELÉM, FEIRA GRANDE, MARIMBONDO, TANQUE D' ARCA,	ARAPIRACA	MARIMBONDO GIRAU DO PONCIANO
BAIXO SÃO FRANCISCO	PENEDO, TRAIPÚ, PORTO REAL DO COLÉGIO, SÃO BRÁS, IGREJA NOVA, PIAÇABUÇU, FELIZ DESERTO, OLHO D'ÁGUA GRANDE, SÃO SEBASTIÃO,	PENEDO	PORTO REAL DO COLÉGIO IGREJA NOVA TRAIPÚ
LITORAL SUL	CORURIBE, TEOTÔNIO VILELA, JUNQUEIRO, CAMPO ALEGRE, BOCA DA MATA, SÃO MIGUEL DOS CAMPOS, ROTEIRO, JEQUIÁ DA PRAIA, ANADIA, LIMOEIRO DE ANADIA	CORURIBE	ANADIA CAMPO ALEGRE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS
VALE DO PARAIBA (MATA)	VIÇOSA, ATALAIA, MAR VERMELHO, PAULO JACINTO, QUEBRANGULO, CHÃ PRETA, CAJUEIRO, CAPELA, PINDOBA, PALMEIRA DOS INDIOS	VIÇOSA	QUEBRANGULO ATALAIA PALMEIRA DOS INDIOS
ZUMBI	BRANQUINHA, COLÔNIA DE LEOPOLDINA, FLEXEIRAS, IBATEGUARA, JOAQUIM GOMES, MESSIAS, MURICI, SANTANA DO MUNDAÚ, SÃO JOSÉ DA LAGE, UNIÃO DOS PALMARES	UNIÃO DOS PALMARES	COLÔNIA DE LEOPOLDINA SÃO JOSÉ DA LAGE
LITORAL NORTE	PORTO CALVO, SÃO LUIZ DO QUITUNDE, PASSO DE CAMARAGIBE, NOVO LINO, CAMPESTRE, JUNDIÁ, JUCUIPE, MARAGOGI, PORTO DE PEDRAS, JAPARATINGA, SÃO MIGUEL DOS MILAGRES, MATRIZ DE CAMARAGIPE.	PORTO CALVO	JUNDIÁ MARAGOGI SÃO LUIZ DO QUITUNDE NOVO LINO
GRANDE MACEIÓ	MACEIÓ, RIO LARGO, PILAR, SATUBA, MARECHAL DEODORO, BARRA DE SÃO MIGUEL, SANTA LUZIA DO NORTE, COQUEIRO SECO, PARIPUEIRA, BARRA DE SANTO ANTÔNIO	MACEIÓ	RIO LARGO MAL. DEODORO
BACIA LEITEIRA	PALESTINA, BATALHA, BELO MONTE, JACARÉ DOS HOMENS, JARAMATAIA, MAJOR IZIDORO, MONTEIRÓPOLIS, CACIMBINHAS, ESTRELA DE ALAGOAS, IGACÍ, MINADOR DO NEGRÃO, PÃO DE AÇUCAR.	BATALHA	PÃO DE AÇUCAR IGACÍ MAJOR IZIDORO

3. CONTEXTO GERAL DA REALIDADE DE ALAGOAS

3.1. Base Física e Recursos Naturais

O Estado de Alagoas com 27.933 km² correspondendo a menos de 0,5% da área do Brasil e a cerca de 1,8% do Nordeste, é privilegiado em termos de dotação de recursos naturais. A área do polígono das secas, mesmo contemplando cerca de 52% da área do Estado e 35% de sua população, é uma das menores do Nordeste.

As demais áreas do Estado são revestidas de um mosaico edafo-climático cortada por uma rica base hidrográfica, com expressivo potencial para a agropecuária e para o turismo.

Além do rio São Francisco, que divide o estado com Sergipe numa extensão de mais de 200 km, com múltiplas utilidades, de abastecimento de água, aquícultura, irrigação, navegação, geração de energia e vias de comunicação, dispomos de uma rica rede hídrica formada por rios permanentes e outros menores cursos d'água intermitentes, além de dezenas de lagoas concentradas no litoral, formando paradisíacos ecossistemas com grande potencial para a exploração do eco-turismo.

A região úmida com toda a sua frente leste banhada por cerca de 230 km de costa litorânea, circunda cerca de 60% da área total de Alagoas com solos de elevada fertilidade natural onde predomina o cultivo da cana-de-açúcar acoplado ao complexo sucro-alcooleiro e o cultivo do coco, e se constitui num ativo econômico com condições de contribuir, decisivamente, para a alavancagem, a médio prazo, para a mudança do perfil da economia alagoana.

Contígua à região do Agreste, onde está assentada uma importante cadeia produtiva baseada no cultivo do fumo, o Estado conta com uma área de transição que abriga a mais importante bacia leiteira do Nordeste.

Quanto ao sub-solo, Alagoas é o Estado do Nordeste com a maior reserva de gás natural e sal gema, dispõe de importantes reservas de calcário, rochas ornamentais, amianto, cobre e argila.

Sob o ponto de vista climático, é também diferenciado dos Estados vizinhos porque a posição geográfica de Alagoas em relação ao hemisfério sul e a posição dos tabuleiros costeiros que se prolongam pelo interior até as encostas da Borborema, facilitam a penetração dos ventos úmidos contribuindo para tornar o clima ameno durante o ano inteiro.

3.2. População e Organização Espacial

A exemplo do que vem ocorrendo com o restante do país, a população do Estado de Alagoas vem, ao longo de quase 30 anos, apresentando redução nas suas taxas de crescimento, embora que, em números absolutos, a população tenha experimentado um aumento em mais de uma vez e meia, passando de 1.588.109 habitantes em 1970, para 2.633.251 habitantes, em 1996 (Tabela 3.1).

Entre as décadas de 70/80 essa taxa teve um aumento positivo de 2,24%, caindo para 2,18% no período 1980/1991, e reduzindo-se para 0,95% nos últimos cinco anos, no período que corresponde de 1991 a 1996, o que retrata sua tendência declinante.

Tabela 3.1. População residente e Taxa Geométrica Anual de Crescimento.

Local de Domicílio	1970	1980	1991	1996	Taxa Geométrica de Crescimento %		
					70/80	80/91	91/96
Total	1.588.109	1.982.591	2.514.100	2.633.251	2,24	2,18	0,95
Urbana	631.739	976.536	1.482.033	1.661.826	4,45	3,87	2,36
Rural	956.370	1.006.055	1.032.067	971.425	0,51	0,23	- 1,22

Fonte: IBGE - Tendências Demográficas: uma análise dos censos demográficos e da contagem da população

Nesse período, a densidade média populacional de Alagoas quase dobrou, tendo passado de 57 hab./km² para 94 hab./km². Na região metropolitana esse índice atinge atualmente os 1.410 hab./km².

A evolução das taxas geométricas de crescimento populacional das áreas urbana e rural não segue o mesmo comportamento quando se considera a população total. De fato, a população urbana experimentou um acréscimo de 2,36% (1991/96) enquanto a população rural sofreu um decréscimo de 1,22%.

Esses dados revelam o rápido e intenso processo de urbanização que vem ocorrendo no Estado de Alagoas com reflexos em necessidades crescentes na oferta de infra-estrutura urbano-social (saneamento básico, escolas, creches, hospitais, ambulatórios) particularmente para a população crescente de Maceió.

Em 1996, a população urbana representava 63% da população total com tendência de elevação, enquanto em 1970 ela representava apenas 40% do total da população de Alagoas. (Tabela 3.2)

Tabela 3.2. Grau de Urbanização: Alagoas e Brasil 1940 - 1996 (%)

Anos	Alagoas	Brasil
1940	24,1	31,2
1950	26,2	36,2
1960	33,4	44,7
1970	39,8	55,9
1980	49,3	67,6
1991	58,9	75,6
1996	63,1	78,4

Fonte: FIBGE

Essa queda da população rural vem sendo provocada, em grande parte, pela crise que vem sofrendo o complexo sucro-alcooleiro com o fechamento de 5 usinas e outros setores produtivos do meio rural que não conseguem absorver toda a mão de obra disponível no campo, aumentando as taxas de desemprego e subemprego, principalmente, em Maceió, que assiste à instalação de um crescente processo de favelização na sua periferia.

O Estado é dividido em 10 (dez) regiões de planejamento e conta atualmente com 102 municípios, dos quais apenas 10 concentram cerca de 50% da população de Alagoas. Desta população, 68,6% reside em Maceió e Arapiraca e os 31,4% restante - que representa cerca de 411 mil habitantes - se distribue nos outros 8 municípios, quase todos apresentando taxas negativas de crescimento populacional nos últimos anos. (Tabela 3.3)

Tabela 3.3. Os dez Municípios mais populosos do Estado de Alagoas em 1996.

Municípios mais Populosos	População Residente	Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual entre 1991/96 %	Relação Município/Estado %
Maceió	723.142	2,7	27,5
Arapiraca	173.339	1,0	6,6
Palmeira dos Índios	67.689	0,1	2,6
Rio Largo	58.244	1,5	2,2
União dos Palmares	54.799	(-) 1,0	2,1
Penedo	54.390	0,8	2,1
S. M. dos Campos	49.504	(-) 0,5	1,9
Coruripe	47.175	(-) 0,9	1,8
Delmiro Gouveia	40.537	(-) 0,3	1,5
Campo Alegre	38.246	0,8	1,4
Total	1.307.065		49,6

Fonte: IBGE - Tendências Demográficas: uma análise dos censos demográficos e da contagem da população 1996 Vol. 15.

Com relação à pirâmide populacional (Tabela 3.4), a estrutura etária vem se modificando persistentemente. Entre 1960 e 1991 houve uma redução de 9,8% na proporção de menores na faixa etária de 0 a 14 anos, aumento de cerca de 6% na faixa de 15 a 64 anos, e um aumento de 46% na faixa acima de 65 anos, que em termos absolutos representa uma população de cerca de 123 mil habitantes.

Tabela 3.4. Distribuição Etária da População de Alagoas dos Grandes Grupos Populacionais %. 1960 a 1996.

Grandes Grupos Populacionais	1960	1970	1980	1991	1996
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
0 a 14 anos	44,61	45,49	44,79	40,26	37,12
15 a 64 anos	52,37	51,57	50,96	55,33	58,21
65 anos a mais	3,02	2,94	4,25	4,41	4,67

Fonte: IBGE. Tendências Demográficas: uma análise dos censos demográficos e da contagem da população 1996

3.3. Quadro Social

A análise dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e das Condições de Vida (ICV) divulgados pela Organização das Nações Unidas, e a recente atualização das contas nacionais oferecem condições para se afirmar que, além do Estado de Alagoas ainda se encontrar distante de equacionar os seus problemas de crescimento econômico sustentado, convive com graves problemas de natureza social.

Os indicadores relacionados com as áreas de educação, saúde, condições de moradia, longevidade e renda per capita colocam Alagoas em situação desfavorável comparativamente aos números pertinentes ao Nordeste do País como um todo.

Os níveis de saúde são muito baixos. Os condicionantes que influem nos padrões de saúde da população guardam estreita correlação com a questão econômica e com as políticas públicas federais voltadas para este setor.

Nesse contexto, a crise econômico-financeira da economia brasileira, ao lado das atuais dificuldades econômicas do Estado, refletem-se nos baixos níveis de salários, nas altas taxas de desemprego e subemprego, déficit habitacional, ausência de água tratada e esgotamento sanitário, contribuindo sobremaneira para a redução dos padrões de saúde, principalmente da população mais carente.

As estatísticas mais recentes apontam um coeficiente de mortalidade infantil de 84,2 óbitos/1000 nascidos vivos destacando-se como principais causas, as doenças nos aparelhos respiratório e circulatório, doenças infecciosas e parasitárias e afecções originárias do período perinatal.

As estruturas de atendimento tais como número de estabelecimentos, equipamentos, recursos humanos não atendem às reais necessidades da população.

Quanto à educação, os níveis de evasão escolar na rede pública estadual ainda são elevados situando-se na faixa de 45% considerando-se a pré-escola, o primeiro e segundo graus. Na realidade, parte desse contingente escolar se vê obrigado a interromper os estudos para ingressar no mercado de trabalho e assim ajudar na composição da renda familiar.

Ao lado dos outros estados do Nordeste, na maioria dos municípios, com exceção da capital do Estado, o número de famílias indigentes¹ ultrapassa os 40%, fazendo com

que aumente o ingresso de crianças e adolescentes nas ruas cada vez mais precocemente. O trabalho infanto-juvenil também é determinado pelas condições socioeconômicas, sendo caracterizado por uma extensa jornada de trabalho.

A permanência, ao longo dos anos, do despreparo dos professores para o atendimento pedagógico condizente com uma clientela altamente diversificada, a inexistência de programas para corrigir e prevenir a repetência e a evasão escolar e o dimensionamento precário de prédios e instalações escolares, se constituem nos principais entraves para um salto de qualidade na educação de Alagoas.

Sob o ponto de vista do emprego, o Estado, apesar de suas potencialidades econômicas expressas pela indústria sucro-álcool-química, pelo gás natural, pelo turismo, pela cultura do fumo, pela bacia leiteira e pela agricultura irrigada, não tem contribuído para oferecer um maior nível de absorção de renda por parte da mão-de-obra alagoana. Segundo o IDB 97-Brasil, Alagoas apresentava, em 1996, uma taxa de desemprego de 7,9%, abaixo apenas dos Estados de Pernambuco, Bahia e Sergipe, situando-se, também, acima da média do Nordeste(6,2%). Por outro lado, os dados de 1997 indicam que cerca de 33% da população ocupada percebe até um salário mínimo.

As dificuldades com que a economia estadual vem se deparando nos últimos anos, conjugada com a crise da cultura canavieira, contribuem para um crescente êxodo rural-urbano, levando a um crescimento do setor informal.

No que se refere ao saneamento básico, a situação também não é favorável, uma vez que cerca de 63% da população consome água tratada e apenas 7,3% é assistida com sistemas de esgotos. Esses baixos níveis de atendimento contribuem para elevar os índices de doenças infecto-contagiosas como a esquistossomose, cólera e febre tifóide transmitidas por veiculação hídrica.

As condições da criança e do adolescente em situação de risco social e pessoal, notadamente em Alagoas, vem se agravando a níveis preocupantes, uma vez que o processo de favelização cada vez mais se intensifica em razão do êxodo rural que tem se elevado nos últimos anos.

Analisando-se o desempenho do IDH que expressa de forma combinada a longevidade da população, o grau de conhecimento e a renda per capita, constata-se que houve uma desaceleração do crescimento do IDH de Alagoas ao longo das três

1 - Famílias cuja renda familiar corresponde, no máximo, ao valor de aquisição da cesta básica de alimentos que atende aos requerimentos nutricionais recomendados pela FAO/OMS/ONU, para família como um todo.

últimas décadas. Cresceu 66% na década de 70, 16% na de 80 e apenas 6% na década de 90. No período de 1991 a 1996 o Estado apresenta uma performance inferior à da Região Nordeste.

Em 1996 o IDH de Alagoas se fixava em torno de 0,537 situando-se abaixo dos índices do Nordeste e do Brasil (Tabela 3.5). Este quadro demonstra que o Estado terá que realizar um grande esforço de desenvolvimento sustentável para se aproximar dos valores médios do IDH brasileiro.

Tabela 3.5. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - 1970 - 96

	1970	1980	1991	1996
Alagoas	0,263	0,437	0,506	0,537
Nordeste	0,299	0,483	0,557	0,608
Brasil	0,494	0,734	0,787	0,830

Fonte: PNUD/IPEA/FSP

Entre as três características que compõem o IDH, há um grande descompasso nos seus ritmos de crescimento, uma vez que a longevidade experimentou um acréscimo de 23% e a educação de 37%, no período 1980 a 1996, enquanto o componente da renda se fixou em 5%, o que revela, em parte, o baixo nível de desenvolvimento econômico e social de Alagoas.

Tabela 3.6. Evolução dos Componentes do (IDH) de Alagoas - 1970 - 96

Componentes	1970	1980	1991	1996
Longevidade	0,259	0,499	0,585	0,615
Educação	0,387	0,465	0,565	0,638
Renda	0,142	0,346	0,370	0,363

Fonte: PNUD/IPEA/FSP

Os dados sobre o Índice de Condições de Vida - ICV, que incorpora vários indicadores que retratam a realidade social, econômica e ambiental, mostram que entre os Estados do Nordeste, Alagoas, com 0,537 de ICV, coloca-se na penúltima colocação, logo acima do Estado do Maranhão, numa posição que reflete o quadro geral dos Estados do Nordeste..

Uma análise aprofundada dos componentes do ICV revela que Alagoas, frente à Região Nordeste, apresenta resultados menos favoráveis nos componentes de

educação, longevidade e infância, que são representativos do capital humano do Estado incluindo características da população e mão-de-obra. Isso reflete a carência do capital humano necessário para gerar vantagens competitivas dinâmicas.

3.4. Aspectos Econômicos

O Comportamento da Economia Estadual

A crise fiscal e institucional pela qual Alagoas vem passando, a recessão econômica que atinge a todos os Estados da Federação e os problemas do complexo sucro-alcooleiro condicionam, sobremaneira, o desempenho da economia Alagoana nos últimos anos.

Além do complexo sucro-alcooleiro, a estrutura produtiva de Alagoas se assenta predominantemente em atividades terciárias, destacando-se o turismo que já participa com 5,4% do PIB alagoano, o pólo cloroquímico baseado na exploração do sal-gema e as agroindústrias do leite e do fumo.

O PIB estadual, de acordo com as estatísticas oficiais, foi estimado, em 1996, em R\$ 6,3 bilhões correspondendo a 5,3% do Nordeste e apenas 0,8% do PIB do Brasil. O Estado possui uma economia de base ainda não sólida, com pequena diversificação e dependente de poucos segmentos produtivos, contribuindo para que responda por apenas 5,3% da produção regional e se posicione na sétima colocação em termos de base produtiva, em relação aos demais estados do Nordeste.

O desempenho da economia estadual mostra que, apesar do dinamismo experimentado em alguns períodos, Alagoas vem, ao longo dos últimos anos, perdendo posição no contexto regional.

No período 1980-90, a taxa média anual de crescimento do PIB foi de 5,2% acima das taxas inferidas para a Região, da ordem de 3,3% e para o País que foi de apenas 1,5% ao ano.

No sub-período seguinte, ou seja, de 1990 a 1994, essa taxa de crescimento do PIB se reduz para 2,6%, ainda assim, se posicionando um pouco acima das verificadas para o Nordeste e para o Brasil.

Na realidade, os investimentos no Programa Nacional do Álcool, na década de 80, respondem em boa medida, pela maior performance da economia alagoana naquele período que nos demais períodos analisados.

A análise do PIB sob a ótica setorial mostra que houve uma significativa alteração na participação dos três setores da economia. De acordo com os dados oficiais, o setor primário sofreu uma redução acentuada na sua participação no PIB total entre 1970 (25,6%) e 1997 (16,5%), expressando a menor eficiência deste setor e todo o quadro de dificuldades enfrentado ao longo das últimas décadas. (Tabela 3.7)

Nesse mesmo período, o setor industrial alagoano aumentou de forma expressiva sua participação no PIB, passando de quase 27,9% em 1970 para 31,6% em 1997, comportamento bem diferenciado em comparação com o Nordeste.

O setor terciário também se alterou, tanto em Alagoas como no Nordeste e no Brasil, seguindo a tendência mundial. Em Alagoas, este setor, no período citado, teve um aumento de sua participação agregada de 46,5% para 51,8%, revelando maior dinamismo deste segmento que hoje responde pela maior contribuição na formação do Produto Interno Bruto do Estado.

Essas transformações foram o resultado de um longo período de altas taxas de crescimento das atividades urbanas e do baixo crescimento do setor primário. O baixo desempenho do setor agrícola se verifica em todos os Estados como reflexo das secas periódicas e dos baixos investimentos em pesquisas e assistência técnica. Além disso, qualquer que seja o período em análise o setor industrial sempre apresentou um bom desempenho em todos os estados do Nordeste.

Tabela 3.7. PIB de Alagoas, Nordeste e Brasil, PIB per capita, Participação do PIB Setorial e Suas Taxas de Crescimentos em Anos Selecionados.(Em R\$ 1000,00)

Discriminação	1970	1980	1990	1996	TX GEOMÉTRICA		
					70/80	80/90	90/96
PIB a p.m R\$ 1.000.							
Alagoas	1.343.458	3.198.710	5.325.852	6.246.697	9,06	5,23	2,69
Nordeste	31.206.667	72.070.826	99.457.740	117.490.294	8,73	3,27	2,81
Brasil	238.704.666	548.234.935	638.548.639	752.438.573	8,67	1,54	2,77

PIB per capita							
R\$ 1,00							
Alagoas	865	1.639	2.172	2.316	6,6	2,8	1,1
Nordeste	1.130	2.098	2.393	2.598	6,4	1,3	1,4
Brasil	2.588	4.639	4.425	4.763	6,0	(-) 0,5	1,2
PIB (AL / Ne %)	4,31	4,44	5,35	5,32
PIB (AL//BR %)	0,56	0,58	0,83	0,83
PIB Setorial							
(Particip. %)							
Alagoas %							
Agropecuária	25,6	25,6	16,7	16,5*
Indústria	27,9	22,6	32,5	31,6*
Serviços	46,5	51,8	50,8	51,8*
Nordeste %							
Agropecuária	21,	17,3	13,3	12,4
Indústria	27,4	29,3	28,5	23,7
Serviços	51,6	53,4	58,2	63,9
Brasil							
Agrop.	11,6	10,2	9,3	14,2
Indústria	35,8	41,0	34,2	37,1
Serviços	52,6	48,8	56,5	55,7

Fonte: IBGE/DPE/DSNE: SUDENE/DPO/Contas Regionais. Cálculo do Autor (*) Dados de 1997 - Carta Conjuntural - SUDENE.

No interior da expansão da economia alagoana e nordestina tanto na evolução do produto como na formação bruta de capital fixo, é indiscutível que houve significativas transformações na estrutura produtiva.

A agricultura se moderniza, restringindo-se a alguns Municípios e a determinados produtos. Na realidade isto significa que apesar dos avanços tecnológicos em determinados segmentos, a agricultura praticada no Estado ainda se encontra num patamar com baixo nível tecnológico, em decorrência da insuficiente assistência técnica, praticamente ausência de pesquisa agrônômica, bem como escassez de crédito com taxas de juros compatíveis com a rentabilidade das explorações agropecuárias.

A análise do setor industrial através do comportamento dos subsetores, mostra que a indústria extrativa mineral aumentou a sua participação no PIB entre 1970 e 1985, quando atinge 4,53%, e a partir daí recua para 1,25% em 1993, seguindo o comportamento idêntico ao verificado no Nordeste como um todo.

A indústria de transformação, por sua vez, também se expande até 1985 ao atingir 23,0% do PIB e regride para 17,6% em 1993.

A construção civil é o único sub-setor que apresentou crescimentos continuados entre 1970 e 1993. Isso é explicado por duas condições: a primeira é a alocação de investimentos de empresários locais que acumularam em indústria no passado e atualmente não têm capacidade de expansão, como a sucroalcooleira; e a segunda é o resultado da instalação do segmento hoteleiro.

Nesse período, o comportamento do setor terciário também se modifica, principalmente em decorrência do dinamismo dos serviços relacionados com o setor financeiro, bens imóveis, serviços de empresas, comércio e serviços comunitários. É preciso destacar que uma parte da atividade comercial vem absorvendo uma parcela da população que sobrevive da atividade informal.

Apesar da crise, houve uma evolução positiva na FBKFSP (Formação Bruta de Capital Físico do Setor Público) ao longo dos últimos anos no Estado de Alagoas, que registrou uma participação da FBKFSP de 4,6% e 3,9% em 1974, passando para uma média de 12,5%, no período 1990/95.

Com relação ao comportamento da FBKFSP no setor industrial não existe uniformidade entre 1985 e 1995. Alagoas se destaca por ter expandido os investimentos públicos no período de forma importante e acima dos outros Estados.

No que concerne ao setor terciário, o investimento varia de Estado para Estado. No caso de Alagoas, os investimentos públicos em 1995 ficaram abaixo dos verificados em 1985.

Os investimentos públicos por esfera política apresentam uma dinâmica diferenciada entre o Estado de Alagoas e o Nordeste. A FBKSP Federal no Nordeste em 1995 foi de 78% em relação a 1985. Enquanto em Alagoas a FBKFSP Federal, em 1995, alcançou um índice de 187 em relação a 100 de 1985. Vale salientar que uma parcela importante desse crescimento se deve aos investimentos realizados na Hidroelétrica de Xingó.

A FBKFSP da esfera Estadual reduziu-se de forma importante no Nordeste como um todo, passando do índice 100 em 1985 para o índice 33 em 1995. Nesse mesmo período, no estado de Alagoas, esse índice caiu de 100 para 53, evidenciando as dificuldades do Estado em realizar investimentos.

Por fim, vale salientar que o comportamento dos investimentos públicos reflete também, o resultado da política macroeconômica do Governo Federal em razão das medidas de contenção dos gastos em decorrência da crise do Setor Público.

3.5 Finanças Públicas

O cenário macroeconômico da economia brasileira no período contemporâneo têm sido marcado por intensas e profundas transformações nas políticas monetária e fiscal. Percebe-se os reflexos da mudança de um contexto de instabilidade da moeda para um relativamente estável.

Mesmo com as recentes dificuldades na economia nacional conturbadas pelas repercussões da crise cambial, com a retração do nível de atividade econômica e o aumento do desemprego conjuntural, a inflação brasileira deverá situar-se na casa de um dígito no ano de 1999, com perspectiva de manter-se neste patamar nos próximos anos.

A década de 80 (e princípio dos anos 90) foi marcada por graves problemas no sistema econômico, com uma inflação média de 1.000% ao ano, chegando a atingir 2.700 % em 1993. A inflação era o instrumento através do qual os governos achavam que resolviam os desequilíbrios estruturais das contas públicas. Os resultados fiscais se mostravam aparentemente razoáveis, com a aplicação financeira das receitas e com a simples postergação de despesas que não eram indexadas. Os governantes eram generosos em conceder aumentos em salário nominal para os servidores públicos, contando com a inflação para corroê-los em termos reais nos meses subseqüentes.

Com o declínio da inflação, a partir de 1995, começou a desnudar-se o desequilíbrio que existia nos governos com a conta de pessoal e encargos sociais, despesas de custeio com ações de natureza continuada, investimentos, gastos financeiros relativos à dívida e em importantes componentes, como a previdência e empresas públicas deficitárias, até então mascarados pela inflação alta e crônica.

Nesse contexto, o Estado de Alagoas apresenta atualmente grandes dificuldades para atender às suas necessidades de financiamento. Nos últimos anos, a Receita Corrente Líquida não foi suficiente para atender aos quatro principais componentes de gastos do Governo: Pessoal e Encargos; benefícios da previdência; orçamento de custeio e investimento e as transferências constitucionais. A incompressibilidade, a rigidez e a incapacidade de atuar sobre despesas não financeiras do Governo, penalizou sobremaneira os investimentos e o custeio da administração pública.

A despesa com pessoal chegou a níveis insuportáveis, representando no ano de 1996, 103% da Receita Corrente Líquida (Tabela 3.8), isto sem considerar os débitos não liquidados no referido ano por falta de recursos financeiros. Ademais, estas despesas experimentaram acréscimos desordenados, ao longo da década de 90, tendo o seu maior impulso no ano de 95, em função do aumento dos salários cujo teto constitui referência para aumento de outras categorias e do aumento dos cargos de confiança e funções gratificadas, além dos mecanismos de crescimento automático,

tais como incorporação de vantagens e promoções, destacando-se o pagamento de quinquênios a todo o conjunto dos servidores das fundações e autarquias que passaram para o Regime Estatutário no início da década, que agravaram ainda mais o déficit público.

Os gastos com pessoal têm, ao longo dos anos, contribuído para o crescimento nominal das despesas não financeiras do Governo, fato que chama a atenção para a necessidade de consolidar a Reforma Administrativa, condição indispensável para uma gestão eficiente e eficaz do Orçamento do Estado.

O Programa de Demissão Voluntária - PDV, foi uma das medidas adotadas para a redução dos gastos com pessoal, que resultou em impactos positivos e negativos, mas não resolveu o problema de gastos com pessoal na Administração Pública Estadual, pois sua eficácia cobre apenas o Poder Executivo. Se por um lado promoveu-se uma redução de cerca de 30% do quadro de pessoal e uma certa redução no valor da folha, por outro lado, a falta de critérios de seletividade permitiu a saída de pessoal qualificado e especializado, sobretudo nas áreas de saúde e educação.

Outro fator importante refere-se ao tratamento dado ao déficit do Estado. Na perspectiva de que a crise era conjuntural, achava-se que o problema poderia ser resolvido com mais endividamento, o que piorou mais ainda a situação e adiou o emprego de soluções de múltiplas dimensões, atacando os fundamentos da crise de gestão pública, inclusive exigindo a renúncia de privilégios fiscais e de outras vantagens corporativas. As operações de crédito contratadas no período de 1996 a 1998 foram destinadas para o pagamento de salários atrasados.

Nesse particular, é necessário que se observe o grave problema do endividamento do Estado de Alagoas. Mesmo com o Programa de Ajuste Fiscal firmado com o Governo da União, as elevadas taxas de juros estão pressionando fortemente o orçamento estadual. Os encargos da dívida pública são pagos através de recursos orçamentários e, no caso de Alagoas, o acordo imposto pelo Governo Federal vem representando mais de 25% das suas receitas tributárias líquidas (26,4 % em 1998).

Não é difícil estimar o quanto se deixa de gastar em saúde, em educação e em segurança, que são atribuições indelegáveis do Estado, quando a taxa de juros se acelera por causa de uma política monetária restritiva, realocando os recursos orçamentários para o pagamento dos serviços desta dívida. Vale dizer, os juros que se pagam hoje são os salários dos servidores que são comprimidos amanhã, são as estradas que ficam sem conservação e manutenção, são os serviços de segurança que deterioram sua qualidade. Portanto, quanto mais bem sucedida a gestão da dívida

pública, maior a probabilidade de sucesso da própria gestão das políticas sociais compensatórias; o que impõe uma imediata renegociação do acordo, levando o percentual da receita tributária líquida para pagamento de encargos da dívida a patamares compatíveis com as necessidades prioritárias de investimento do Estado.

É importante frisar que o Programa de Ajuste Fiscal permitiu um alongamento do perfil da dívida do Estado de Alagoas e a fixação das taxas de juros, mas estas taxas ainda são muito elevadas, embora escapem dos valores astronômicos que prevalecem em períodos onde a política monetária assume papel dominante no controle da inflação.

A falência do banco estadual constituiu-se no reflexo mais imediato da crise alagoana. Sem nenhuma preocupação com a "gastança", foi muito comum para os governantes seguirem a norma de financiamento do déficit utilizando-se das operações de socorro realizadas no Banco Estadual de Alagoas, financiador de primeira instância, fazendo uso de recursos oficiais para gastos imprudentes e desprovidos de qualquer racionalidade.

Por outro lado, a máquina pública estadual foi bastante deteriorada, com crise generalizada de gestão pública, requerendo, de imediato, um encaminhamento alicerçado na austeridade fiscal, na moralização do serviço e na modernização gerencial.

A conjunção de vários fatores que afetaram as expectativas e perspectivas da capacidade de equacionar os problemas de desajuste fiscal, levou a uma estagnação da economia local, evidenciando significativas perdas de arrecadação pelo menos durante o período compreendido entre os anos de 1996 e 1998, concorrendo para projeções de déficits exponencialmente crescentes.

A retração do nível de atividade econômica e o aumento do desemprego conjuntural representaram elevados custos para Alagoas, com reflexos diretos no nível de arrecadação das receitas. O comportamento das Receitas dos Estados do Nordeste variou significativamente no período 1986 a 1995. Todas as categorias de receitas decresceram entre 1986 e 1993. A partir daí experimentaram uma razoável recuperação (Tabela 3.9).

Alagoas contudo, se destaca por ter uma recuperação mais baixa que a média do Nordeste. Em todo o período (1986-1995) Alagoas foi o único Estado em que o crescimento médio da Receita Tributária foi negativo (Tabelas 3.9 e 3.10).

Para o período citado, pode-se atribuir este resultado a três fatores. O primeiro diz respeito ao acordo dos usineiros, que reduziu significativamente a participação da indústria sucro-alcooleira e das empresas coligadas na receita tributária do Estado; o

segundo está associado à renúncia fiscal de tributos em áreas de "interesse" do Estado; e finalmente, a redução da taxa de crescimento econômico do Estado. Vale destacar que somente a partir de 1996 a receita tributária superou os índices de 1986, superando em 7%. Comparativamente aos índices da região Nordeste (Tabela 3.10), constata-se que as receitas correntes do Estado cresceram a taxas menores que a da região como um todo. Isto sugere que o esforço fiscal realizado pelos outros Estados foi superior ao de Alagoas.

É fato que o Estado de Alagoas vem procurando intensificar ações no campo fiscal, tendo como alvo o aprimoramento dos mecanismos de controle orçamentário e financeiro, no lado das despesas, e o aumento da eficiência da arrecadação tributária, no lado das receitas, com vistas ao objetivo de alcançar o equilíbrio fiscal nos próximos anos. Como resultado deste esforço, pode-se tomar como referência o comportamento das receitas tributárias, no período recente de 1996 a 1998, como um indicador do primeiro movimento nesta direção. Em termos nominais, neste período, o comportamento da Receita Tributária seguiu uma trajetória crescente, isto é, 1998 foi 17% superior ao ano de 1996 e 8% em relação à 1997 (Tabela 3.8).

Observa-se assim que a retomada do equilíbrio das contas públicas está estreitamente associada a um profundo ajuste estrutural, com intervenções relacionadas a práticas concretas de austeridade fiscal, combate à sonegação de tributos, reformas patrimoniais, administrativas e financeiras, reduções drásticas nas despesas de custeio que permitam ao Estado de Alagoas alcançar o equilíbrio orçamentário sustentável num horizonte relativamente curto.

Os esforços para a consolidação do PROMOFAZ, que contempla ações de fortalecimento e modernização da área fiscal estadual e de aprimoramento de mecanismos gerenciais, tecnológicos e operacionais, os trabalhos de gestão para revisão do acordo de renegociação da dívida e a implementação da reforma administrativa representam os primeiros passos nessa direção.

Tabela 3.8 - Principais Agregados da Receita e Despesa (*) - 1996 a 1998

R\$ milhões

RECEITAS	ANO			VARIÇÃO %	
	1996	1997	1998	98/96	98/97
RECEITA TRIBUTÁRIA	416,000	450,100	488,100	17%	8%
ICMS	395,300	425,500	463,800	17%	9%
OUTRAS	20,700	24,600	24,300	17%	-1%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	477,700	497,600	535,300	12%	8%
FPE	434,700	453,000	497,600	14%	10%
OUTRAS	43,000	44,600	37,700	-12%	-15%
TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS			86,400		

RECEITA DE CAPITAL	543,900	238,000	127,800	-77%	-46%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	538,500	222,800	124,900	-77%	-44%
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	5,400	15,200	2,900	-46%	-81%
TOTAL	1.437,600	1.185,700	1.237,600	-14%	4%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	781,90	833,90	894,90	14%	7%

(*) Valores corrigidos pelo IGP-DI de julho de 1999

Fonte: Secretaria da Fazenda

DESPEASAS	R\$ milhões			VARIACÃO %	
	1996	ANO 1997	1998	98/96	98/97
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	809,2	642,5	734,1	-9%	14%
DESPEASAS DE CUSTEIO	112,5	110,8	89,8	-20%	-19%
TRANSFÊRENCIAS A MUNICÍPIOS	111,8	113,8	128,5	15%	13%
DÍVIDA	206,2	128,6	236,9	15%	84%
AMORTIZAÇÃO	34,9	37,5	60,9	-26%	62%
JUROS E ENCARGOS	171,3	91,1	176,0	3%	93%
DESPEASAS DE CAPITAL	46,6	21,3	76,9	65%	261%
INVERSÕES	0,7	0,9	0,1	-90%	-92%
OUTRAS DESPEASAS DE CAPITAL	45,9	20,4	76,8	67%	276%
TOTAL	1.286,3	1.017,0	1.266,2	-2%	25%
RELAÇÃO DESPESA COM PESSOAL RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	103,5%	77,0%	82,0%		

(*) Valores corrigidos pelo IGP-DI de julho de 1999

Fonte: Secretaria da Fazenda

Tabela 3.9 - Comportamento da Receita por Categoria Econômica - Alagoas

ESPECIFICAÇÃO	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96
R. CORRENTES	100	84	60	66	101	90	88	74	90	117	119
R. TRIBUTÁRIA	100	86	51	57	80	70	66	51	75	91	107
T. CORRENTES	100	79	65	65	113	97	97	100	108	145	146
R. DE CAPITAL	100	279	77	21	129	97	29		23	117	
R. ORÇAMENTÁRIA	100	102	61	61	103	91	83	67	84	116	103

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Execução Orçamentária dos Estados e Municípios das Capitais. 1986 a 1995

Tabela 3.10 - Comportamento da Rec. por Categoria Econômica - Região Nordeste

ESPECIFICAÇÃO	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96
R. CORRENTES	100	87	89	95	110	108	110	110	117	139	
R. TRIBUTÁRIA	100	82	68	78	91	90	85	78	107	127	
T. CORRENTES	100	86	86	78	125	110	106	122	124	159	
R. DE CAPITAL	100	142	89	69	40	22	22	32	30	47	
R. ORÇAMENTÁRIA	100	98	89	90	97	91	93	95	100	121	

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Execução Orçamentária dos Estados e Municípios das Capitais. 1986 a 1995

3.6. Oportunidades e Desafios que Viabilizam o Desenvolvimento de Alagoas

Alagoas é o Estado com maior densidade de recursos naturais em relação aos demais do Nordeste. A sua área úmida, que supera a do semi-árido, que mesmo sofrendo os reflexos das secas periódicas sedia a mais importante bacia leiteira, tem grandes possibilidades de expansão. A zona da mata, apesar da crise por que passa o setor sucroalcooleiro tem potencialidades para promover o desenvolvimento sustentável com base na reestruturação produtiva do seu parque industrial e de sua agricultura. Nesse mosaico edafo-climático, pode-se ampliar o agronegócio sucroalcooleiro com vistas a produzir novos produtos: açúcar líquido, glutex, açúcar natural (orgânico), energia elétrica, bagaço hidrolizado, cana certificada socioambientalmente, com selos que garantam as novas qualidades anunciadas com condições de inserção competitiva, inclusive no exterior.

Ademais, é possível, em conformidade com a Lei, promover a reforma agrária nas terras improdutivas ocupando esses espaços com explorações frutícolas, bovinocultura de leite, produção de aves e ovos e atividades não-agrícolas e contribuir para a geração de trabalho e renda, além de ajudar na fixação do homem no campo

O agronegócio fumageiro precisa ser dinamizado no sentido de aumentar o valor agregado através da melhoria da qualidade do produto e sua diversificação. Esta atividade poderia, inclusive, ultrapassar as fronteiras da atual região fumageira em direção às áreas mais úmidas com novas possibilidades de rentabilidade da cultura.

Levando-se em consideração a quantidade e qualidade das águas interiores, principalmente na bacia do São Francisco, pode-se expandir a aquíicultura associada ao cultivo de arroz, com grandes possibilidades de geração de cerca de 10 mil

empregos diretos e indiretos, com o apoio das Prefeituras, da CODEVASF e os apoios financeiros do BNDES, Banco do Nordeste e Banco do Brasil.

O Estado, com as potencialidades que dispõe, sobretudo no litoral e no curso do Rio São Francisco, tem possibilidade de expandir de forma importante as atividades turísticas. Neste aspecto, Alagoas se diferencia de outras unidades da Federação: praias de águas azul-esverdeadas e piscinas naturais, recifes de corais, lagoas naturais, o Rio São Francisco e suas barragens, coqueiros, culinária com base em frutos do mar, bordados, rendas e folclore. Alagoas implantou nos últimos 20 anos expressiva rede hoteleira, especialmente em Maceió, que conta atualmente com 10.800 leitos. Desse total, 7.800 localizam-se na capital alagoana. Somente em 1998 o setor turístico gerou uma receita da ordem de R\$ 250 milhões.

O quadro dos indicadores econômicos e sociais analisado mostra a magnitude dos problemas e das dificuldades que o Estado de Alagoas terá que enfrentar nos próximos anos destacando-se entre os mais importantes:

O Desafio da Urbanização

Estima-se que nos próximos 10 anos mais de 70% da população alagoana estará residindo nas cidades. Isso coloca uma enorme responsabilidade sobre o Estado, para a viabilização da infra-estrutura física e social voltada para atender essa população.

O Desafio da Estruturação da Economia Rural

É imperioso reverter o quadro de enfraquecimento da economia rural, criando condições para o aumento da produção, da produtividade e da renda da população e, sobretudo, aumentando a capacidade do setor agrícola de criar e manter oportunidades de ocupação produtiva, reduzindo o êxodo rural.

4 - DIMENSÃO ESTRATÉGICA DE GOVERNO

4.1 Princípios Balizadores Considerados na Formulação do Plano

Mobilização Social -O Plano terá o objetivo maior de mobilizar toda a sociedade alagoana fortalecendo a consciência política e o resgate da cidadania em torno de uma proposta de recuperação e colocação do Estado na direção do desenvolvimento sustentável.

Integração/Articulação - O Plano visará, também, criar uma identidade de governo deixando de existir projeto de secretarias, pessoas ou facções políticas. O Plano será o único fórum de definição das ações intersetoriais (Estruturantes e

Estratégicas) de Governo e os recursos de investimento serão canalizados para as ações nele priorizadas, evitando-se fracionamento, para atender outras finalidades.

Flexibilização - O plano será de natureza dinâmica, num permanente processo de atualização através de revisões periódicas visando, a partir das mudanças no cenário presente, incorporar, excluir e alterar ações.

Participação Regional - A legitimação do Plano está configurada no trabalho desenvolvido na sua formulação, levando as discussões a todas as regiões do Estado e assegurando a participação da população no diagnóstico do contexto, identificação dos problemas e potencialidades, definição das opções estratégicas e a partir destas os Programas Estruturantes e Projetos Estratégicos.

Participação da população no processo de implantação e acompanhamento - O modelo de gestão prevê a ampla participação da população na implantação, execução e acompanhamento do Plano.

4.2 - Objetivo Global

O Plano tem como Objetivo Global promover a transformação sócio-econômica de Alagoas, através do desenvolvimento econômico, melhoria da qualidade de vida da população e redução da desigualdade social, respeitando a conservação do meio ambiente. ***A macroprioridade absoluta é o homem - cidadão e cidadã - na cidade e no campo.*** Este objetivo é traduzido em Eixos Estruturais de desenvolvimento, decompostos em Programas Estruturantes e Projetos Estratégicos.

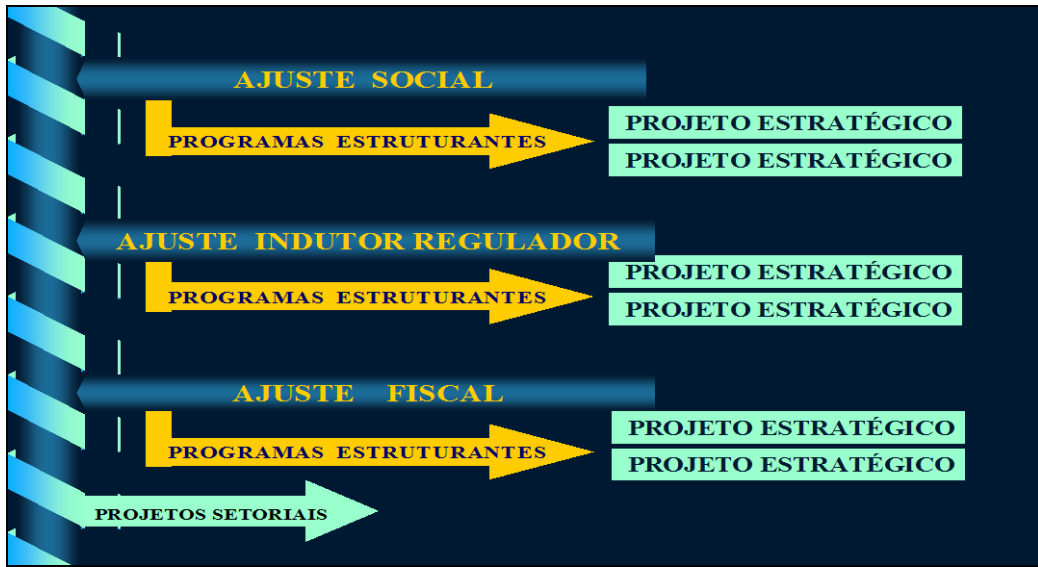
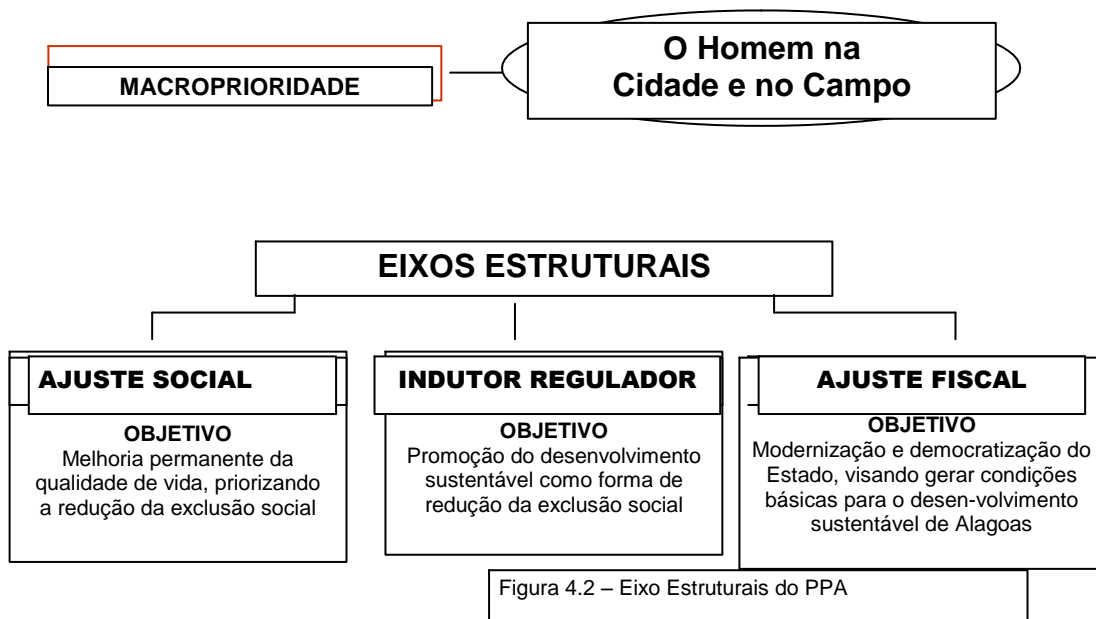


Figura 4.1 - Estrutura do plano: eixos, programas estruturantes e projetos estratégicos

4.3 Eixos Estruturais

Conjunto de ações de governo, dentro de determinado estado de competência, para atingir determinado objetivo, parte do objetivo global. Para efeito deste plano foram definidos como estados de competência:



Ajuste Social - o Governo beneficiando diretamente o cidadão;

Indutor e Regulador - o Governo desenvolvendo ações indutoras e reguladoras que tragam de forma indireta, benefícios ao cidadão;

Ajuste Fiscal - O Governo gerando receitas e controlando despesas de modo a proporcionar poupança para investimento.

4.4 Programas Estruturantes/Diretrizes/Projetos Estratégicos/Projetos Setoriais/Metas

Programas Estruturantes (figuras 4.3, 4.4 e 4.5)

Conjunto de projetos estratégicos afins que proporcione, de forma direta ou indireta, transformação profunda das condições gerais de vida dos cidadãos do Estado, ultrapassando os interesses dos grupos comunitários específicos, ou de áreas geográficas determinadas, podendo, no entanto, ter uma maior presença numa determinada região do Estado. Portanto, um programa para ser considerado estruturante tem que atender aos seguintes requisitos:

Ser constituído de um conjunto de Projetos afins;

Proporcionar transformações profundas;

Atender a mais de uma região geográfica do Estado;

Atender a mais de um segmento da população.

Projetos Estratégicos (figuras 4.3, 4.4 e 4.5)

As diretrizes do Plano estão traduzidas em Projetos Estratégicos, componente de um Programa Estruturante, de caráter transformador das condições de vida dos Cidadãos do Estado ou de determinada região do Estado, envolvendo, na maioria das vezes, mais de um órgão do Governo. O projeto para ser considerado estratégico tem que atender aos seguintes requisitos:

Ser de caráter transformador;

Atender a uma ou mais regiões do Estado;

Atender a um ou mais segmentos populacionais;

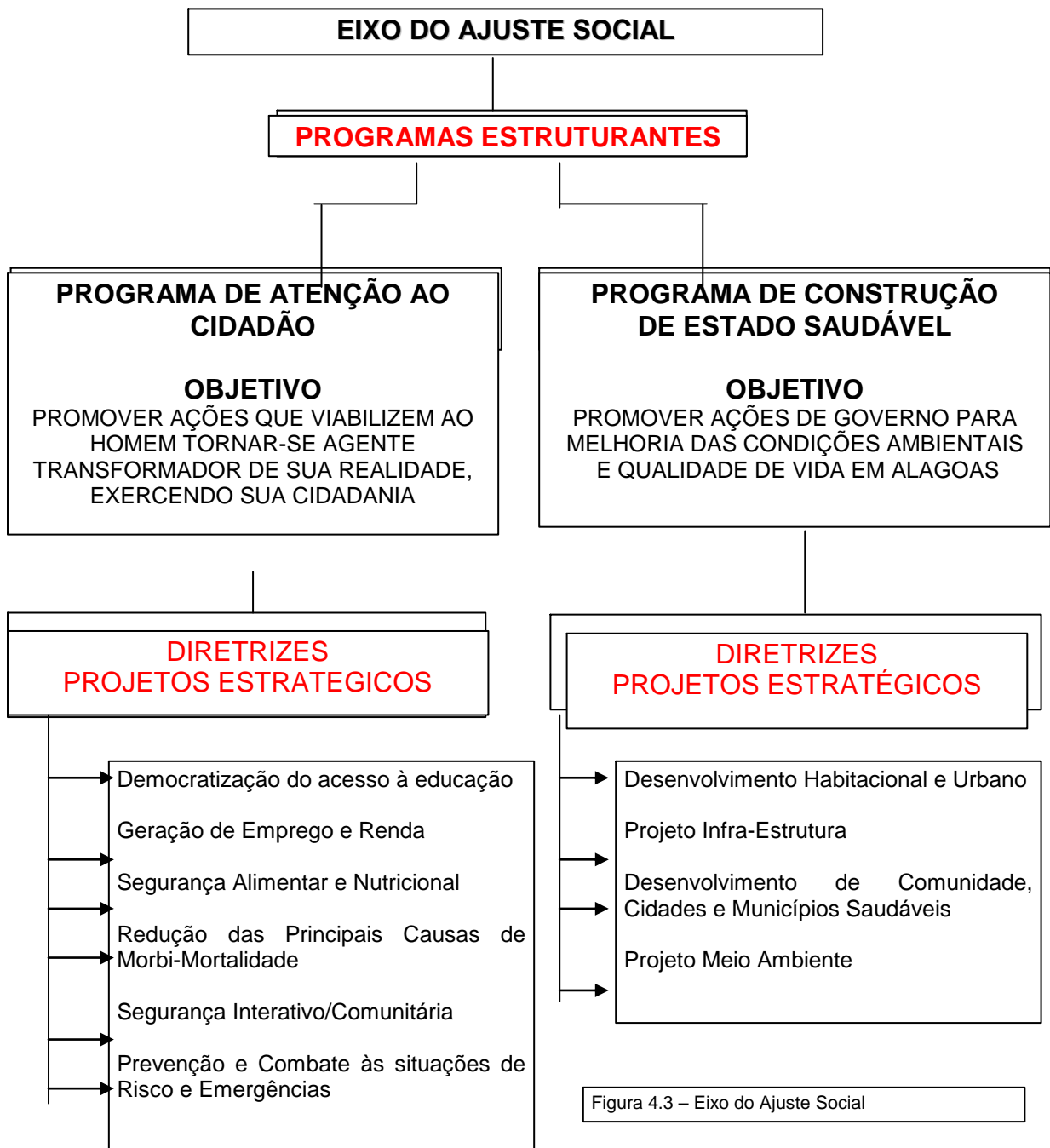
Preferencialmente, envolver mais de um órgão do Governo.

Projetos Setoriais

Os Projetos Setoriais são os projetos que não pertencem a Programas Estruturantes, porém fazem parte das diretrizes do Plano e são desenvolvidos a nível setorial. Estes projetos caracterizam-se por envolver, normalmente, apenas um órgão setorial.

Metas

As metas representam a quantificação dos objetivos. Para cada ação componente dos Projetos Estratégicos estão quantificados as metas, discriminadas no item 7 - Programação Plurianual.



EIXO DO AJUSTE FISCAL

PROGRAMAS ESTRUTURANTES

**PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E
DEMOCRATIZAÇÃO DO ESTADO**

**PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA
FAZENDA PÚBLICA**

**DIRETRIZES
PROJETOS ESTRATÉGICOS**

**DIRETRIZES
PROJETOS ESTRATÉGICOS**

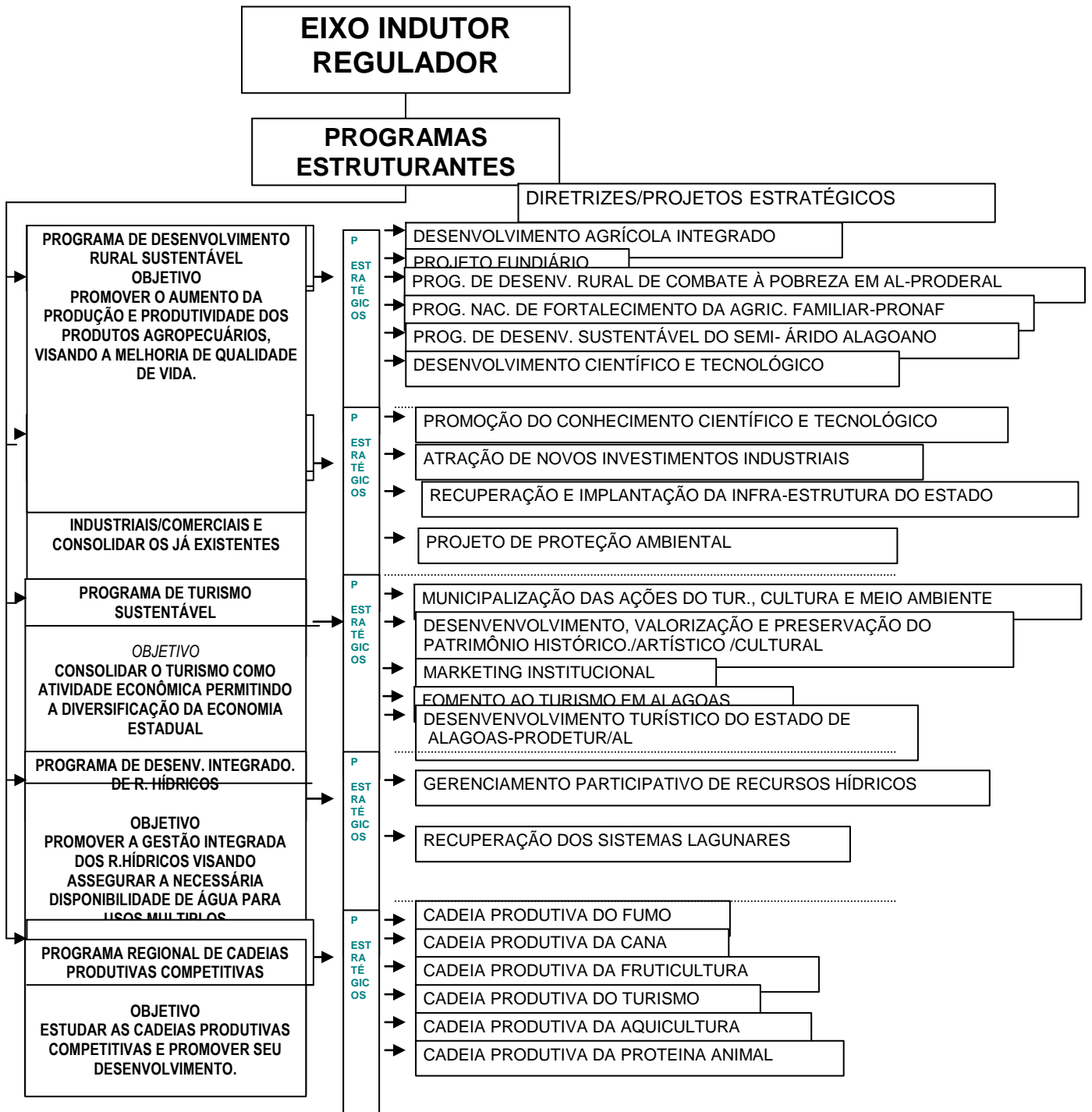


Figura 4.5 – Eixo Indutor Regulador

5 - FINANCIAMENTO DO PLANO

O Plano Plurianual 2000/2003 envolve todos os órgãos da Administração Pública Estadual que integram o Orçamento Fiscal, de Seguridade Social e de Investimento das Empresas do Estado. O investimento total do Plano monta R\$2.697.500.000,00 a preços de julho/99, compreendendo despesas de capital, outras delas decorrentes e as relativas aos Programas de Duração Continuada.

Diferente do Orçamento Anual que contempla todas as despesas do estado, O Plano Plurianual ora proposto define os investimentos que tem por objetivo promover a transformação sócio-econômica do Estado através do desenvolvimento econômico, melhoria da qualidade de vida da população, redução da desigualdade social, respeitando a conservação do meio ambiente.

Os recursos para o financiamento do Plano serão provenientes do Tesouro Estadual, Convênios, Operações de Crédito, Receita Própria da Administração Indireta e outras Fontes.

As estimativas de Convênios, Receita Própria e Outras Fontes estão fundamentadas nas propostas das versões consolidadas - integração das propostas Intersetoriais e Regionais - fornecidas pelos órgãos setoriais para os Programas Estruturantes e Projetos Estratégicos.

As estimativas das Operações de Crédito estão fundamentadas nas estimativas dos órgãos, adequadas às projeções da capacidade do Tesouro gerar contrapartida.

As estimativas dos Recursos do Tesouro para o financiamento do Plano estão consubstanciadas em três hipóteses:

A Primeira incorpora mudanças estruturais a serem realizadas ao longo do período do Plano. Considera, ainda, amplas reformas administrativo-financeiras e o aumento da produtividade fiscal.

A Segunda está relacionada ao aumento da eficácia do gasto público, somado a um esforço firme de contenção dos dispêndios correntes, visando dar segmento à redução do déficit público.

Por último, contempla as políticas econômicas orientadas para o desenvolvimento sustentado, à geração de renda, emprego e ocupação, aumento da eficiência dos serviços essenciais de segurança, saúde, educação, infra-estrutura e habitação.

Sob estas hipóteses foram identificadas alternativas para geração de recursos do Tesouro Estadual a partir de 2001 para o financiamento do Plano, merecendo menção específica as seguintes opções:

Negociação da redução do pagamento da dívida, estabelecendo novo limite máximo de comprometimento da Receita Líquida, compatível com a realidade do Estado. Estima-se com esta medida um adicional de recursos, a partir de 2001, da ordem de R\$ 54,00 milhões anuais.

Federalização da dívida do IPASEAL, nos moldes que foi feito para o Estado de Santa Catarina, e constituição do Fundo de Previdência dos Servidores. Estima-se com estas medidas um adicional de recursos, a partir de 2001, da ordem de R\$ 54,00 milhões.

Redução do tamanho das despesas do estado mediante uma ampla reforma e aumento na eficácia dos gastos públicos. Com esta medida, mesmo considerando o crescimento vegetativo da folha, calcula-se em R\$ 12,00 milhões os ganhos a partir de 2001.

Vale ressaltar que, de forma geral, os R\$ 120,00 milhões anuais de ganhos de recursos do tesouro, a partir de 2001 serão empregados, preferencialmente, em contrapartida de Projetos Estratégicos que alavancam recursos de outras fontes, objetos de convênios e operações de crédito com os organismos de desenvolvimento. Na Tabela 5.1 estão consolidados os resultados destas previsões.

Tabela 5.1 - Investimento do Plano 2000/2003 R\$ 1.000,00

FONTES	2000	2001/2003	TOTAL
TESOURO ESTADUAL	88.000,00	360.000,00	448.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	47.000,00	435.000,00	482.000,00
CONVÊNIOS	300.000,00	1.300.000,00	1.600.000,00
RECEITA PRÓPRIA	35.000,00	122.000,00	157.000,00
OUTRAS FONTES	2.500,00	8.000,00	10.500,00
TOTAL	472.500,00	2.225.000,00	2.697.500,00

6 - DEMAIS PODERES E ÓRGÃOS AUTÔNOMOS

6.1 - Poder Legislativo (Diagnóstico, Objetivos, Diretrizes E Metas).

6.1.1 - Assembléia Legislativa

A Assembléia Legislativa tem entre suas atribuições definidas na Constituição, a primordial prerrogativa de legislar sobre todas as matérias na área de competência do Estado. Com a Constituição de 1988, o Poder Legislativo conquistou novas prerrogativas que permitem participar de forma mais intensiva do processo de discussão dos grandes problemas nacionais e estaduais na perspectiva de poder atender aos reais anseios da sociedade.

Para o cumprimento de suas funções é necessário provê-la com os recursos materiais, humanos e de outras naturezas.

Considerando as suas necessidades, a Assembléia Legislativa estabeleceu como objetivos para o quadriênio:

Resgatar a história da Assembléia Legislativa Estadual, evitando que seu acervo seja destruído pela ação do tempo.

Dotar a Assembléia Legislativa de um sistema informatizado que permita o aperfeiçoamento da atividade parlamentar e do processo legislativo.

6.1.2 - Tribunal de Contas

O Tribunal de Contas, órgão constitucional de controle externo, tem a competência de :

- Exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das unidades dos Poderes Estadual e Municipal, bem como das entidades da administração indireta, incluídas as fundações, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade.

Seus objetivos no quadriênio 2000 / 2003 deverão estar direcionados para:

- Dinamizar a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos municípios alagoanos.
- Agilizar adequadamente e eficazmente o acompanhamento do controle externo.

- Operacionalizar a fiscalização financeira, de movimentação de pessoal e execução física das obras das entidades da administração direta e indireta, suas subsidiárias e nas fundações públicas estaduais e municipais.

6.2 - PODER JUDICIÁRIO

O Poder judiciário, por intermédio da aplicação das leis, tem como objetivo maior assegurar o pleno exercício dos direitos e garantias dos cidadãos. De forma integrada com os demais poderes, desenvolve seus esforços para a construção de uma sociedade justa para o povo alagoano.

No quadriênio 2000/2003 tem como objetivos:

- Concluir a informatização dos órgãos da capital, vinculados ao Poder Judiciário Alagoano.
- Concluir a informatização dos órgãos do interior, vinculados ao Poder Judiciário.
- Concluir a informatização do Tribunal de Justiça para melhor agilização processual.
- Dotar os Fóruns do interior de melhores condições físicas para se conseguir uma eficiente agilização processual.

6.3 - MINISTÉRIO PÚBLICO

A missão institucional do Ministério Público está hoje ontologicamente relacionada com a defesa da sociedade na luta pela manutenção do Estado de Direito e pelo respeito à cidadania, de cuja existência é corolário a prevalência da ordem judiciária, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Pode-se defluir das disposições contidas no art. 127, da Constituição Federal, de forma abrangente, que o Ministério Público incube defender os interesses, bens e valores essenciais à vida numa sociedade democrática em que vigorem o Estado de Direito e os princípios da igualdade e do respeito à cidadania.

Tem como objetivo no quadriênio 2000/2003:

- Dotar as Promotorias e 2º Centro de Apoio de Arapiraca de melhores condições de trabalho, em busca da qualidade de seus serviços.

DEMAIS PODERES E ÓRGÃO AUTÔNOMO COMPOSIÇÃO DOS GASTOS

Tabela 6.1

Projetos	2000	2001/2003	R\$ 1.000,00 Total PPA
Assembléia Legislativa			
Informatização da Assembléia Legislativa			
Despesas Correntes	330,00	990,00	1320,00
Despesas de Capital	170,00	510,00	680,00
Reequipamento da Biblioteca Sistema de Anais			
Despesas Correntes	45,00	135,00	180,00
Despesas de Capital	35,00	105,00	140,00
Tribunal de Contas do Estado			
Dinamização da fiscalização municipal			
Despesas Correntes	90,00	341,00	431,00
Despesas de Capital	1,00	3,00	4,00
Operacionalização da fiscalização da			
Despesas Correntes	10,00	36,00	46,00
Despesas de Capital	5,00	18,00	23,00
Modernização e informatização do Tribunal			
Despesas Correntes	15,00	59,00	74,00
Despesas de Capital	1,00	3,00	4,00
Tribunal de Justiça			
Informatização da capital			
Despesas de Capital	40,00	321,00	361,00
Informatização das Comarcas do interior			
Despesas de Capital	61,00	366,00	427,00
Informatização do Tribunal de Justiça			
Despesas de Capital	55,00	585,00	640,00
Construção dos Fóruns do interior			
Despesas de Capital	90,00	570,00	660,00
Ministério Público			
Construção do Prédio Sede e do 2º Centro de Apoio em Arapiraca			
Despesas de Capital	300,00		300,00

6 - Demais Poderes e Órgão Autônomo - Metas Físicas

Tabela 6.2

Projetos

	Unid	2000	2001/2003	Total PPA
Assembléia Legislativa				
Informatização da Assembléia Legislativa	unid	1,00	0,00	1,00
Reequipamento da Biblioteca e do Sistema de Anais	biblioteca	1,00	0,00	100,00
Tribunal de Contas do Estado				
Dinamização da fiscalização municipal	unid	102,00	102,00	102,00
Operacionalização da fiscalização da administração financeira	unid	100,00	300,00	400,00
Modernização e informatização do Tribunal de Contas	unid	1,00	0,00	1,00
Tribunal de Justiça				
Informatização da capital	unid	1,00	0,00	1,00
Informatização das Comarcas do interior	unid	1,00	0,00	1,00
Informatização do Tribunal de Justiça				
Construção dos Fóruns do interior	unid	1,00	0,00	1,00
Ministério Público				
Construção do Prédio Sede e do 2º Centro de Apoio em Arapiraca	unid	1,00	0,00	1,00

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

COMPOSIÇÃO DA DESPESA POR PODERES

Poderes	2000	2001/2003	R\$ 1.000,00
			Total
1 Executivo:			
Eixo do Ajuste Social	233.779,00	1.538.260,00	1.772.039,00
Eixo Indutor Regulador	212.854,00	640.348,00	853.202,00
Eixo do Ajuste Fiscal	14.262,00	21.701,00	35.963,00
Projetos Setoriais	8.761,00	15.186,00	23.947,00
TOTAL	469.656,00	2.215.495,00	2.685.151,00
Ministério Público:	300,00	-	300,00
Legislativo:			
Assembléia Legislativa:	580,00	1.740,00	2.320,00
Tribunal de Contas:	122,00	460,00	582,00
TOTAL	702,00	2.200,00	2.902,00
Judiciário:	246,00	1.842,00	2.088,00
TOTAL GERAL:	470.904,00	2.219.537,00	2.690.441,00

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

PROGRAMAÇÃO POR NATUREZA DA DESPESA

<i>Eixo/Programa/Projeto</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>	<i>R\$ 1.000,00</i> <i>Total</i>
Programa: Programa de Atenção ao Cidadão			
Projeto: Democratização do Acesso à Educação			
Despesas Correntes	21.131,00	153.025,00	174.156,00
Despesas de Capital	46.474,00	114.792,00	161.266,00
<i>Total Projeto:</i>	67.605,00	153.025,00	335.422,00
Projeto: Geração de Emprego e Renda.			
Despesas Correntes	9.162,00	34.241,00	43.403,00
Despesas de Capital	0,00	1.320,00	1.320,00
<i>Total Projeto:</i>	9.162,00	34.241,00	44.723,00
Projeto: Segurança Alimentar e Nutricional			
Despesas Correntes	437,00	2.849,00	3.286,00
Despesas de Capital	1.597,00	6.888,00	8.485,00
<i>Total Projeto:</i>	2.034,00	2.849,00	11.771,00
Projeto: Redução das Principais Causas de Morbi-Mortalidade.			
Despesas Correntes	39.486,00	170.078,00	209.564,00
Despesas de Capital	4.126,00	27.115,00	31.241,00
<i>Total Projeto:</i>	43.612,00	170.078,00	240.805,00
Projeto: Segurança Interativo/Comunitária			
Despesas Correntes	468,00	8.690,00	9.158,00
Despesas de Capital	3.423,00	48.743,00	52.166,00
<i>Total Projeto:</i>	3.891,00	8.690,00	61.324,00
Projeto: Prevenção e Combate às Situações de Risco e Emergência			
Despesas Correntes	619,00	4.353,00	4.972,00
Despesas de Capital	1.202,00	25.227,00	26.429,00
<i>Total Projeto:</i>	1.821,00	4.353,00	31.401,00

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

PROGRAMAÇÃO POR NATUREZA DA DESPESA

<i>Eixo/Programa/Projeto</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>	<i>R\$ 1.000,00</i> <i>Total</i>
Resumo Programa: Programa de Atenção ao Cidadão			
Despesas Correntes	71.303,00	373.236,00	444.539,00
Despesas de Capital	56.822,00	373.236,00	430.058,00
Total Programa:	128.125,00	597.321,00	725.446,00

Programa: **Programa de Construção de Estado Saudável**

Projeto: **Desenvolvimento Habitacional e Urbano.**

Despesas de Capital	18.260,00	79.344,00	97.604,00
<i>Total Projeto:</i>	18.260,00	79.344,00	97.604,00

Projeto: **Projeto Infra-Estrutura**

Despesas Correntes	2.325,00	10.582,00	12.907,00
Despesas de Capital	82.890,00	844.126,00	927.016,00
<i>Total Projeto:</i>	85.215,00	10.582,00	939.923,00

Projeto: **Projeto Meio Ambiente**

Despesas Correntes	1.123,00	4.147,00	5.270,00
Despesas de Capital	1.010,00	2.604,00	3.614,00
<i>Total Projeto:</i>	2.133,00	4.147,00	8.884,00

Projeto: **Desenv. de Comunidades, Cidades e Municípios Saudáveis**

Despesas Correntes	46,00	136,00	182,00
<i>Total Projeto:</i>	46,00	136,00	182,00

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

PROGRAMAÇÃO POR NATUREZA DA DESPESA

<i>Eixo/Programa/Projeto</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>	<i>R\$ 1.000,00</i> <i>Total</i>
Resumo Programa: Programa de Construção de Estado Saudável			
Despesas Correntes	3.494,00	14.865,00	18.359,00
Despesas de Capital	102.160,00	14.865,00	117.025,00
Total Programa:	105.654,00	940.939,00	1.046.593,00

Programa: Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável			
Projeto: Desenvolvimento Agrícola Integrado.			
Despesas Correntes	3.576,00	11.851,00	15.427,00
Despesas de Capital	61.741,00	254.349,00	316.090,00
<i>Total Projeto:</i>	65.317,00	11.851,00	331.517,00
Projeto: Projeto Fundiário			
Despesas Correntes	71,00	1.350,00	1.421,00
Despesas de Capital	329,00	3.205,00	3.534,00
<i>Total Projeto:</i>	400,00	1.350,00	4.955,00
Projeto: Projeto de Desenvolvimento Rural de Combate à Pobreza em Alagoas			
Despesas Correntes	9.809,00	42.262,00	52.071,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
<i>Total Projeto:</i>	9.809,00	42.262,00	52.071,00
Projeto: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar			
Despesas Correntes	841,00	3.166,00	4.007,00
<i>Total Projeto:</i>	841,00	3.166,00	4.007,00
Projeto: Programa de Desenvolvimento Sustentável do Semi-árido Alagoano			
Despesas Correntes	1.150,00	2.299,00	3.449,00
Despesas de Capital	27.491,00	27.777,00	55.268,00
<i>Total Projeto:</i>	28.641,00	2.299,00	58.717,00
Projeto: Desenvolvimento Científico e Tecnológico.			
Despesas Correntes	15.045,00	45.374,00	60.419,00
Despesas de Capital	3,00	0,00	3,00

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

PROGRAMAÇÃO POR NATUREZA DA DESPESA

<i>Eixo/Programa/Projeto</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>	<i>R\$ 1.000,00</i> <i>Total</i>
<i>Total Projeto:</i>	15.048,00	45.374,00	60.422,00
Resumo Programa: Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável			
Despesas Correntes	30.492,00	106.302,00	136.794,00
Despesas de Capital	89.564,00	106.302,00	195.866,00
Total Programa:	120.056,00	391.633,00	511.689,00

Programa: Programa de Desenvolvimento Industrial

Projeto: Promoção do Conhecimento Científico e Tecnológico.

Despesas Correntes	28,00	584,00	612,00
Despesas de Capital	826,00	1.070,00	1.896,00
<i>Total Projeto:</i>	854,00	584,00	2.508,00

Projeto: Atração de Novos Investimentos Industriais.

Despesas Correntes	476,00	775,00	1.251,00
Despesas de Capital	290,00	2.265,00	2.555,00
<i>Total Projeto:</i>	766,00	775,00	3.806,00

Projeto: Recuperação e Implantação da Infra-estrutura do Estado.

Despesas de Capital	27.463,00	73.750,00	101.213,00
<i>Total Projeto:</i>	27.463,00	73.750,00	101.213,00

Projeto: Projeto Proteção Ambiental.

Despesas Correntes	248,00	507,00	755,00
Despesas de Capital	13,00	15,00	28,00
<i>Total Projeto:</i>	261,00	507,00	783,00

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

PROGRAMAÇÃO POR NATUREZA DA DESPESA

<i>Eixo/Programa/Projeto</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>	<i>R\$ 1.000,00</i> <i>Total</i>
Resumo Programa: Programa de Desenvolvimento Industrial			
Despesas Correntes	752,00	1.866,00	2.618,00
Despesas de Capital	28.592,00	1.866,00	30.458,00
Total Programa:	29.344,00	78.966,00	108.310,00

Programa: **Programa de Turismo Sustentável**

Projeto: **Municipalização das Ações do Turismo, Cultura e Meio Ambiente.**

Despesas Correntes	266,00	1.051,00	1.317,00
Despesas de Capital	17,00	51,00	68,00
<i>Total Projeto:</i>	283,00	1.051,00	1.385,00

Projeto: **Desenv., Valorização e Preserv. do Patrim. Histórico/ Artístico/ Cultural .**

Despesas Correntes	294,00	912,00	1.206,00
Despesas de Capital	1.460,00	4.787,00	6.247,00
<i>Total Projeto:</i>	1.754,00	912,00	7.453,00

Projeto: **Marketing Institucional**

Despesas Correntes	705,00	4.970,00	5.675,00
<i>Total Projeto:</i>	705,00	4.970,00	5.675,00

Projeto: **Fomento ao Turismo em Alagoas**

Despesas Correntes	17,00	80,00	97,00
Despesas de Capital	22.800,00	24.750,00	47.550,00
<i>Total Projeto:</i>	22.817,00	80,00	47.647,00

Projeto: **Programa de Desenvolvimento Turístico do Estado de Alagoas**

Despesas Correntes	900,00	2.700,00	3.600,00
Despesas de Capital	8.338,00	26.628,00	34.966,00
<i>Total Projeto:</i>	9.238,00	2.700,00	38.566,00

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

PROGRAMAÇÃO POR NATUREZA DA DESPESA

<i>Eixo/Programa/Projeto</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>	<i>R\$ 1.000,00</i> <i>Total</i>
Resumo Programa: Programa de Turismo Sustentável			
Despesas Correntes	2.182,00	9.713,00	11.895,00
Despesas de Capital	32.615,00	9.713,00	42.328,00
Total Programa:	34.797,00	65.929,00	100.726,00

Programa: Programa de Desenvolvimento Integrado de Recursos Hídricos			
Projeto: Gerenciamento participativo de Recursos Hídricos			
Despesas Correntes	2.957,00	3.240,00	6.197,00
Despesas de Capital	13.299,00	53.458,00	66.757,00
<i>Total Projeto:</i>	16.256,00	3.240,00	72.954,00
Projeto: Recuperação dos Sistemas Lagunares			
Despesas Correntes	628,00	1.150,00	1.778,00
Despesas de Capital	11.388,00	41.357,00	52.745,00
<i>Total Projeto:</i>	12.016,00	1.150,00	54.523,00

Resumo Programa: Programa de Desenvolvimento Integrado de Recursos			
Despesas Correntes	3.585,00	4.390,00	7.975,00
Despesas de Capital	24.687,00	4.390,00	29.077,00
Total Programa:	28.272,00	99.205,00	127.477,00

Programa: Programa Regional de Cadeias Produtivas Competitivas			
Projeto: Cadeia Produtiva do Fumo			
Despesas Correntes	60,00	0,00	60,00
Despesas de Capital	10,00	1.500,00	1.510,00

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

PROGRAMAÇÃO POR NATUREZA DA DESPESA

<i>Eixo/Programa/Projeto</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>	<i>R\$ 1.000,00</i> <i>Total</i>
<i>Total Projeto:</i>	70,00	0,00	1.570,00
Projeto: Cadeia Produtiva da Cana			
Despesas Correntes	50,00	0,00	50,00
Despesas de Capital	10,00	550,00	560,00
<i>Total Projeto:</i>	60,00	0,00	610,00
Projeto: Cadeia Produtiva da Fruticultura			
Despesas Correntes	35,00	0,00	35,00
Despesas de Capital	5,00	555,00	560,00
<i>Total Projeto:</i>	40,00	0,00	595,00
Projeto: Cadeia Produtiva do Turismo			
Despesas Correntes	60,00	0,00	60,00
Despesas de Capital	15,00	650,00	665,00
<i>Total Projeto:</i>	75,00	0,00	725,00
Projeto: Cadeia Produtiva do Aqüicultura			
Despesas Correntes	60,00	0,00	60,00
Despesas de Capital	10,00	560,00	570,00
<i>Total Projeto:</i>	70,00	0,00	630,00
Projeto: Cadeia Produtiva da Proteína Animal			
Despesas Correntes	60,00	0,00	60,00
Despesas de Capital	10,00	800,00	810,00
<i>Total Projeto:</i>	70,00	0,00	870,00
Resumo Programa: Programa de Cadeias Produtivas Competitivas			
Despesas Correntes	325,00	0,00	325,00
Despesas de Capital	60,00	0,00	60,00
Total Programa:	385,00	4.615,00	5.000,00

Programa: **Programa de Reestruturação e Democratização do Estado**
Projeto: **Rede Estadual de Informação e Informática.**

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

PROGRAMAÇÃO POR NATUREZA DA DESPESA

<i>Eixo/Programa/Projeto</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>	<i>R\$ 1.000,00</i> <i>Total</i>
Despesas Correntes	263,00	282,00	545,00
Despesas de Capital	50,00	16,00	66,00
<i>Total Projeto:</i>	<i>313,00</i>	<i>282,00</i>	<i>611,00</i>
Projeto: Modernização da Gestão Administrativa.			
Despesas Correntes	1.020,00	2.643,00	3.663,00
Despesas de Capital	196,00	515,00	711,00
<i>Total Projeto:</i>	<i>1.216,00</i>	<i>2.643,00</i>	<i>4.374,00</i>
Projeto: Fortalecimento do Sistema de Planejamento Compartilhado.			
Despesas Correntes	77,00	705,00	782,00
Despesas de Capital	49,00	118,00	167,00
<i>Total Projeto:</i>	<i>126,00</i>	<i>705,00</i>	<i>949,00</i>
Projeto: Projeto Alagoas Comunicação			
Despesas Correntes	2.499,00	7.873,00	10.372,00
Despesas de Capital	745,00	39,00	784,00
<i>Total Projeto:</i>	<i>3.244,00</i>	<i>7.873,00</i>	<i>11.156,00</i>
Resumo Programa: Programa de Reestruturação e Democratização do Estado.			
Despesas Correntes	3.859,00	11.503,00	15.362,00
Despesas de Capital	1.040,00	11.503,00	12.543,00
Total Programa:	4.899,00	12.191,00	17.090,00

Programa: Programa de Modernização da Fazenda Pública

Projeto: Reestruturação do Aparelho Fiscal do Estado.

Despesas Correntes	6.503,00	4.690,00	11.193,00
Despesas de Capital	2.860,00	4.820,00	7.680,00
<i>Total Projeto:</i>	<i>9.363,00</i>	<i>4.690,00</i>	<i>18.873,00</i>

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

PROGRAMAÇÃO POR NATUREZA DA DESPESA

<i>Eixo/Programa/Projeto</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>	<i>R\$ 1.000,00</i> <i>Total</i>
Resumo Programa: Programa de Modernização da Fazenda Pública			
Despesas Correntes	6.503,00	4.690,00	11.193,00
Despesas de Capital	2.860,00	4.690,00	7.550,00
Total Programa:	9.363,00	9.510,00	18.873,00

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

COMPOSIÇÃO DA DESPESA POR EIXO ESTRUTURAL, SEGUNDO OS PROGRAMAS ESTRUTURANTES E PROJETOS ESTRATÉGICOS.

<i>Eixo/Programa/Projeto</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>	<i>R\$ 1.000,00</i> <i>Total</i>
Do Ajuste Social			
Programa de Atenção ao Cidadão			
Projeto Estratégico			
Democratização do Acesso à Educação	67.605,00	267.817,00	335.422,00
Geração de Emprego e Renda.	9.162,00	35.561,00	44.723,00
Segurança Alimentar e Nutricional	2.034,00	9.737,00	11.771,00
Redução das Principais Causas de Morbi-Mortalidade.	43.612,00	197.193,00	240.805,00
Segurança Interativo/Comunitária	3.891,00	57.433,00	61.324,00
Prevenção e Combate às Situações de Risco e Emergência	1.821,00	29.580,00	31.401,00
Total do Programa:	128.125,00	597.321,00	725.446,00
Programa de Construção de Estado Saudável			
Projeto Estratégico			
Desenvolvimento Habitacional e Urbano.	18.260,00	79.344,00	97.604,00
Projeto Infra-Estrutura	85.215,00	854.708,00	939.923,00
Projeto Meio Ambiente	2.133,00	6.751,00	8.884,00
Desenv. de Comunidades, Cidades e Municípios Saudáveis	46,00	136,00	182,00
Total do Programa:	105.654,00	940.939,00	1.046.593,0
Eixo: Do Ajuste Social	Total Eixo:	233.779,00	1.538.260,00
		1.772.039,00	

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

COMPOSIÇÃO DA DESPESA POR EIXO ESTRUTURAL, SEGUNDO OS PROGRAMAS ESTRUTURANTES E PROJETOS ESTRATÉGICOS.

<i>Eixo/Programa/Projeto</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>	<i>R\$ 1.000,00</i> <i>Total</i>
Indutor Regulador			
Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável			
Projeto Estratégico			
Desenvolvimento Agrícola Integrado.	65.317,00	266.200,00	331.517,00
Projeto Fundiário	400,00	4.555,00	4.955,00
Projeto de Desenvolvimento Rural de Combate à Pobreza em	9.809,00	42.262,00	52.071,00
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar	841,00	3.166,00	4.007,00
Programa de Desenvolvimento Sustentável do Semi-árido	28.641,00	30.076,00	58.717,00
Desenvolvimento Científico e Tecnológico.	15.048,00	45.374,00	60.422,00
Total do Programa:	120.056,00	391.633,00	511.689,00
Programa de Desenvolvimento Industrial			
Projeto Estratégico			
Promoção do Conhecimento Científico e Tecnológico.	854,00	1.654,00	2.508,00
Atração de Novos Investimentos Industriais.	766,00	3.040,00	3.806,00
Recuperação e Implantação da Infra-estrutura do Estado.	27.463,00	73.750,00	101.213,00
Projeto Proteção Ambiental.	261,00	522,00	783,00
Total do Programa:	29.344,00	78.966,00	108.310,00
Programa de Turismo Sustentável			
Projeto Estratégico			
Municipalização das Ações do Turismo, Cultura e Meio	283,00	1.102,00	1.385,00
Desenv., Valorização e Preserv. do Patrim. Histórico/	1.754,00	5.699,00	7.453,00
Marketing Institucional	705,00	4.970,00	5.675,00
Fomento ao Turismo em Alagoas	22.817,00	24.830,00	47.647,00
Programa de Desenvolvimento Turístico do Estado de Alagoas	9.238,00	29.328,00	38.566,00
Total do Programa:	34.797,00	65.929,00	100.726,00

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

COMPOSIÇÃO DA DESPESA POR EIXO ESTRUTURAL, SEGUNDO OS PROGRAMAS ESTRUTURANTES E PROJETOS ESTRATÉGICOS.

<i>Eixo/Programa/Projeto</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>	<i>R\$ 1.000,00</i> <i>Total</i>
Programa de Desenvolvimento Integrado de Recursos Hídricos			
Projeto Estratégico			
Gerenciamento participativo de Recursos Hídricos	16.256,00	56.698,00	72.954,00
Recuperação dos Sistemas Lagunares	12.016,00	42.507,00	54.523,00
Total do Programa:	28.272,00	99.205,00	127.477,00
Programa de Cadeias Produtivas Competitivas			
Projeto Estratégico			
Cadeia Produtiva do Fumo	70,00	1.500,00	1.570,00
Cadeia Produtiva da Cana	60,00	550,00	610,00
Cadeia Produtiva da Fruticultura	40,00	555,00	595,00
Cadeia Produtiva do Turismo	75,00	650,00	725,00
Cadeia Produtiva do Aqüicultura	70,00	560,00	630,00
Cadeia Produtiva da Proteína Animal	70,00	800,00	870,00
Total do Programa:	385,00	4.615,00	5.000,00
Eixo: Indutor Regulador			
Total Eixo:	212.854,00	640.348,00	853.202,00

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

COMPOSIÇÃO DA DESPESA POR EIXO ESTRUTURAL, SEGUNDO OS PROGRAMAS ESTRUTURANTES E PROJETOS ESTRATÉGICOS.

<i>Eixo/Programa/Projeto</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>	<i>R\$ 1.000,00</i> <i>Total</i>
Do Ajuste Fiscal			
Programa de Reestruturação e Democratização do Estado			
Projeto Estratégico			
Rede Estadual de Informação e Informática.	313,00	298,00	611,00
Modernização da Gestão Administrativa.	1.216,00	3.158,00	4.374,00
Fortalecimento do Sistema de Planejamento Compartilhado.	126,00	823,00	949,00
Projeto Alagoas Comunicação	3.244,00	7.912,00	11.156,00
Total do Programa:	4.899,00	12.191,00	17.090,00
Programa de Modernização da Fazenda Pública			
Projeto Estratégico			
Reestruturação do Aparelho Fiscal do Estado.	9.363,00	9.510,00	18.873,00
Total do Programa:	9.363,00	9.510,00	18.873,00
Eixo: Do Ajuste Fiscal			
Total Eixo:	14.262,00	21.701,00	35.963,00

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

COMPOSIÇÃO DA DESPESA POR EIXO ESTRUTURAL, SEGUNDO OS PROGRAMAS ESTRUTURANTES E PROJETOS ESTRATÉGICOS.

<i>Eixo/Programa/Projeto</i>			<i>R\$ 1.000,00</i>
	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>	<i>Total</i>
TOTAL GERAL	460.895,00	2.200.309,00	2.661.204,00

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO DO PPA

<i>Eixo/Programa/Projeto</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>	<i>R\$ 1.000,00</i> <i>Total</i>
Do Ajuste Social			
Programa de Atenção ao Cidadão			
Democratização do Acesso à Educação			
SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL			
Implantar mecanismos de re(socialização) de meninos (as) de rua.	1.550,00	21.209,00	22.759,00
Efetivar ações integradas que visem o combate às drogas e à prostituição infantil.	20,00	576,00	596,00
Integrar o idoso, e a PPD à família, à sociedade e ao mercado de trabalho.	80,00	5.900,00	5.980,00
Mobilizar a sociedade civil na defesa dos Direitos da Coletividade.	0,00	360,00	360,00
Implantar ações voltadas para pesq., capacit. e acomp.téc. aos munic.,abrangendo crianças/adolesc., idosos e PPD.	30,00	2.273,00	2.303,00
Desenvolver Campanhas de Sensibilização para a inserção da PPD no mercado de trabalho.	20,00	653,00	673,00
Implantar ações integradas para geração de emprego e renda da PPD.	20,00	900,00	920,00
Implantar Programa de Renda Mínima.	5.080,00	60.077,00	65.157,00
Sensibilizar a classe empresarial para absorção do jovem ao primeiro emprego.	0,00	180,00	180,00
Programas de Incentivo ao artesanato alagoano.	30,00	915,00	945,00
Total do Órgão:	6.830,00	93.043,00	99.873,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DO DESPORTOS			
Universalizar e revitalizar o ensino fundamental.	24.153,00	75.415,00	99.568,00
Expandir e reformar o Ensino Médio	15.686,00	22.678,00	38.364,00
Transformar, revitalizar e expandir a Educação Especial.	2.267,00	6.156,00	8.423,00
Fortalecer e expandir a Educação de Jovens e Adultos.	2.209,00	7.988,00	10.197,00
Implementar Informática Educativa nas Escolas da Rede Estadual de Ensino.	161,00	416,00	577,00
Expandir a implem. dos Círculos de Educação e Cultura do Semi-Árido para as demais regiões "Educação p/a Vida".	601,00	4.443,00	5.044,00
Promover interação artístico-cultural-esportiva e lazer nas escolas/comunidades.	224,00	1.790,00	2.014,00
Implantar e implementar a Política Estadual de Educação Profissional.	6.890,00	19.360,00	26.250,00
Implantar a gestão democrática na educação.	405,00	897,00	1.302,00
Garantir merenda escolar regionalizada.	6.608,00	21.189,00	27.797,00

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO DO PPA

<i>Eixo/Programa/Projeto</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>	<i>R\$ 1.000,00</i> <i>Total</i>
Instituir Bolsa Escola	1.000,00	11.883,00	12.883,00
Total do Órgão:	60.204,00	172.215,00	232.419,00
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE			
Expandir a implem. dos Círculos de Educação e Cultura do Semi-Árido para as demais regiões "Educação p/a Vida".	87,00	263,00	350,00
Promover interação artístico-cultural-esportiva e lazer nas escolas/comunidades.	29,00	88,00	117,00
Desenvolver mecanismos de ação da saúde do educando.	52,00	30,00	82,00
Implantar e implementar ações de assistência integral à saúde da mulher	17,00	13,00	30,00
Implantar ações de controle da saúde do trabalhador.	59,00	175,00	234,00
Desenvolver ações sobre planejamento familiar.	15,00	45,00	60,00
Implementar as ações de saúde pública da criança, do adolescente e do idoso.	13,00	37,00	50,00
Implementar ações integradas de orientação à prevenção e combate aos agravos da saúde.	29,00	88,00	117,00
Mobilizar a sociedade civil na defesa dos Direitos da Coletividade.	88,00	307,00	395,00
Total do Órgão:	389,00	1.046,00	1.435,00
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS			
Ampliar a área de atuação da FUNESA ao Xingó.	32,00	219,00	251,00
Total do Órgão:	32,00	219,00	251,00
INSTITUTO DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL DO ESTADO DE ALAGOAS			
Ampliar, equipar e manter espaços físicos do ITEAL (Rádio e TVE).	100,00	949,00	1.049,00
Difundir, informações educacional e cultural, através da rádio e TVE.	50,00	345,00	395,00
Total do Órgão:	150,00	1.294,00	1.444,00
Total do Projeto :	67.605,00	267.817,00	335.422,00

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO DO PPA

<i>Eixo/Programa/Projeto</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>	<i>R\$ 1.000,00</i> <i>Total</i>
Geração de Emprego e Renda.			
SEC. PARA ASSUNTOS DO GABINETE CIVIL			
Criar a Agência de Fomento e implementar ações de geração de emprego e renda	1.500,00	5.320,00	6.820,00
Total do Órgão:	1.500,00	5.320,00	6.820,00
SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL			
Desenvolver Cursos de Qualificação Profissional.	6.472,00	24.966,00	31.438,00
Criar Cooperativa de Trabalho.	20,00	300,00	320,00
Fomentar a criação e capacitação das Comissões Municipais de Trabalho.	50,00	660,00	710,00
Implementar ações voltadas para intermediação da mão-de-obra e seguro desemprego	1.060,00	3.300,00	4.360,00
Incentivar micro-empresas e cooperativas	30,00	330,00	360,00
Articular as instituições que fomentam emprego e renda.	20,00	360,00	380,00
Total do Órgão:	7.652,00	29.916,00	37.568,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E IRRIGAÇÃO			
Criar Programas de Alternativa de Trabalho do Homem do Campo no seu Habitat.	10,00	325,00	335,00
Total do Órgão:	10,00	325,00	335,00
Total do Projeto :	9.162,00	35.561,00	44.723,00

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO DO PPA

<i>Eixo/Programa/Projeto</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>	<i>R\$ 1.000,00</i> <i>Total</i>
Segurança Alimentar e Nutricional			
SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL			
Estimular Ações Assist. de Aliment. e Nutrição: alimentos alternativos, supl. Aliment., vigilância sanitária e nutricional.	50,00	1.500,00	1.550,00
Total do Órgão:	50,00	1.500,00	1.550,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E IRRIGAÇÃO			
Intensificar a produção de alimentos básicos (diversificação de culturas, distribuição de sementes, hortas comunitárias).	12,00	205,00	217,00
Intensificar os Serviços de Inspeção Sanitária Industrial de Produtos de Origem Animal e Vegetal	20,00	100,00	120,00
Total do Órgão:	32,00	305,00	337,00
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE			
Implementar o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional em todos os Municípios.	21,00	42,00	63,00
Intensificar o controle da qualidade dos alimentos, através do controle/acompanhamento/manuseio dos agrotóxicos.	283,00	849,00	1.132,00
Controlar as deficiências calóricas protéicas, anemia e hipovitaminose A	55,00	165,00	220,00
Total do Órgão:	359,00	1.056,00	1.415,00
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA ESTRUTURA			
Garantir o abastecimento de água com regularidade e qualidade.	1.593,00	6.876,00	8.469,00
Total do Órgão:	1.593,00	6.876,00	8.469,00
Total do Projeto :	2.034,00	9.737,00	11.771,00

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO DO PPA

<i>Eixo/Programa/Projeto</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>	<i>R\$ 1.000,00</i> <i>Total</i>
Redução das Principais Causas de Morbi-Mortalidade.			
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE			
Garantir Ações de Vigilância à Saúde (epidemiológica, sanitária e do trabalhador) e saúde ambiental.	1.580,00	5.607,00	7.187,00
Garantir Ações de Assistência Integral à Saúde da Mulher.	74,00	221,00	295,00
Garantir Ações de Assist. à Saúde do Adolescente (sexualidade, DSTS/AIDS, drogas, violência, prostituição, acidentes).	44,00	131,00	175,00
Implementar Ações de Assistência ao Adulto (hipertensão, neoplasias, diabetes, acidentes, violência).	106,00	80,00	186,00
Garantir o atendimento de urgência e emergência ao cidadão.	6.741,00	20.223,00	26.964,00
Garantir Ações de Assistência Integral à Criança.	41,00	124,00	165,00
Garantir Assistência Farmacêutica nos diversos níveis de complexidade.	6.679,00	61.382,00	68.061,00
Implantar e descentralizar o programa de órtese e prótese	69,00	207,00	276,00
Expandir os serviços de reabilitação	69,00	206,00	275,00
Reativar e atualizar o PRODEFAL	9,00	26,00	35,00
Equipar e realizar a manutenção nas unidades de saúde	973,00	2.917,00	3.890,00
Capacitar as parteras em localidades distantes	69,00	208,00	277,00
Implantar serviços de saúde bucal, ocular e auditiva	69,00	208,00	277,00
Criar um canal de comunicação entre os Conselhos de Saúde e a sociedade	55,00	120,00	175,00
Implantar leitos psiquiátricos em hospitais gerais	17,00	49,00	66,00
Aperfeiçoar o Projeto Casas Maternais	69,00	208,00	277,00
Ampliar o Programa de Saúde da Família PSF e investir em ações preventivas	68,00	206,00	274,00
Total do Órgão:	16.732,00	92.123,00	108.855,00
LABORATÓRIO INDUSTRIAL FARMACÊUTICO DE ALAGOAS-S/A-LIFAL			
Garantir no Estado a produção e distribuição de medicamentos essenciais para o atendimento à farmácia básica	26.880,00	105.070,00	131.950,00
Total do Órgão:	26.880,00	105.070,00	131.950,00
Total do Projeto :	43.612,00	197.193,00	240.805,00

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO DO PPA

<i>Eixo/Programa/Projeto</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>	<i>R\$ 1.000,00</i> <i>Total</i>
Segurança Interativo/Comunitária			
POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS			
Desenvolver Ações Educativas e Repressivas de Combate às drogas.	0,00	7.750,00	7.750,00
Garantir os Direitos do Cidadão à Segurança.	0,00	3.000,00	3.000,00
Garantir a Segurança no Sistema Prisional.	50,00	2.661,00	2.711,00
Reequipar o Sistema de Segurança Pública (Equipamentos)	0,00	3.366,00	3.366,00
Ampliar e conservar a estrutura física do Sistema de Segurança Pública	0,00	4.248,00	4.248,00
Total do Órgão:	50,00	21.025,00	21.075,00
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA			
Identificar pontos críticos juntamente com a comunidade.	0,00	240,00	240,00
Implantar um Programa de Proteção às Vítimas e Testemunhas de Crimes.	70,00	190,00	260,00
Desenvolver Ações Educativas e Repressivas de Combate às drogas.	30,00	100,00	130,00
Reequipar o Sistema de Segurança Pública (Equipamentos)	154,00	9.000,00	9.154,00
Ampliar e conservar a estrutura física do Sistema de Segurança Pública	134,00	1.800,00	1.934,00
Reciclar o efetivo policial RGM/RSF	0,00	180,00	180,00
Capacitar policiais para atuar de forma efetiva e humana	0,00	180,00	180,00
Abrir concurso público para aumentar o efetivo policial	10,00	220,00	230,00
Continuar as Campanhas de Desarmamento	10,00	180,00	190,00
Total do Órgão:	408,00	12.090,00	12.498,00
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA			
Executar Programas de Atendimento Bio-Psico-Social às Crianças e Adolescentes Infratores e suas Famílias.	40,00	209,00	249,00
Garantir a Segurança no Sistema Prisional.	2.919,00	8.334,00	11.253,00
Garantir Assistência Educativa e Profissionalizante aos Encarcerados.	333,00	15.092,00	15.425,00
Intensificar a análise dos processos penais dos encarcerados	54,00	254,00	308,00
Criar e implantar os Conselhos de Direito e Defesa da Criança e do Adolescente e Garantia do Exercício da Cidadania	87,00	429,00	516,00
Total do Órgão:	3.433,00	24.318,00	27.751,00

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO DO PPA

<i>Eixo/Programa/Projeto</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>	<i>R\$ 1.000,00</i> <i>Total</i>
Total do Projeto :	3.891,00	57.433,00	61.324,00

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO DO PPA

<i>Eixo/Programa/Projeto</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>	<i>R\$ 1.000,00</i> <i>Total</i>
Prevenção e Combate às Situações de Risco e Emergência			
CORPO DE BOMBEIROS Militar de Alagoas			
Aprimorar o atendimento pré-hospitalar ao trauma.	200,00	2.540,00	2.740,00
Intensificar a fiscalização das Instalações Preventivas de Incêndio e Pânico.	36,00	112,00	148,00
Intensificar as Ações de Segurança nas Praias, Lagoas, Rios e Açudes...	21,00	243,00	264,00
Identificar áreas de riscos de desastres e adotar medidas de prevenção e combate.	15,00	46,00	61,00
Interiorizar as Ações de Bombeiros e Defesa Civil.	150,00	7.455,00	7.605,00
Reequipar o Corpo de Bombeiros	578,00	10.385,00	10.963,00
Total do Órgão:	1.000,00	20.781,00	21.781,00
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO			
Apoio ao atendimento hospitalar ao Politraumatizado	-	-	-
Garantir a efetiva aplicação do Código de Trânsito.	220,00	660,00	880,00
Inserir a educação de trânsito nas escolas(da pré-escola à universidade)	294,00	882,00	1.176,00
Total do Órgão:	514,00	1.542,00	2.056,00
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE ALAGOAS			
Melhorar a segurança nas estradas (pavimentação adequada, sinalização).	307,00	7.257,00	7.564,00
Total do Órgão:	307,00	7.257,00	7.564,00
Total do Projeto :	1.821,00	29.580,00	31.401,00

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO DO PPA

<i>Eixo/Programa/Projeto</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>	<i>R\$ 1.000,00</i> <i>Total</i>
Total do Programa:	128.125,00	597.321,00	725.446,00
Programa de Construção de Estado Saudável			
Desenvolvimento Habitacional e Urbano.			
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA ESTRUTURA			
Recuperar e melhorar conjuntos habitacionais	6.080,00	21.200,00	27.280,00
Atender às demandas habitacionais e realizar Plano Habitacional nas regiões.	12.180,00	58.144,00	70.324,00
Total do Órgão:	18.260,00	79.344,00	97.604,00
Total do Projeto :	18.260,00	79.344,00	97.604,00

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO DO PPA

<i>Eixo/Programa/Projeto</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>	<i>R\$ 1.000,00</i> <i>Total</i>
Projeto Infra-Estrutura			
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE			
Adequar a Rede Física de Saúde Estadual.	3.645,00	19.141,00	22.786,00
Total do Órgão:	3.645,00	19.141,00	22.786,00
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA ESTRUTURA			
Construir e ampliar os Sistemas de Distribuição de Água.	15.000,00	108.533,00	123.533,00
Implantar, expandir e recuperar os Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotos Sanitários	16.174,00	181.913,00	198.087,00
Identificar e promover as soluções alternativas de captação e administração de água no Semi-árido.)	9.956,00	33.185,00	43.141,00
Construir o Canal do Sertão.	15.000,00	335.000,00	350.000,00
Implantar Infra-estrutura para perímetros irrigados.	10.000,00	125.900,00	135.900,00
Implantar o Projeto Pratygy	15.000,00	49.716,00	64.716,00
Fazer Estudos de Impacto Ambiental para as Obras de Infraestrutura	440,00	1.320,00	1.760,00
Total do Órgão:	81.570,00	835.567,00	917.137,00
Total do Projeto :	85.215,00	854.708,00	939.923,00

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO DO PPA

<i>Eixo/Programa/Projeto</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>	<i>R\$ 1.000,00</i> <i>Total</i>
Projeto Meio Ambiente			
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE			
Efetivar Ações de Controle Ambiental e Vigilância Sanitária.	1.555,00	4.681,00	6.236,00
Total do Órgão:	1.555,00	4.681,00	6.236,00
INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE			
Implementar Programa de Educação Ambiental.	9,00	42,00	51,00
Implementar Planos de Manejo para as APAs existentes e incent. a criação de novas áreas de proteção e outras UCN.	96,00	348,00	444,00
Monitoramento das Bacias Hidrográficas do Estado de Alagoas	33,00	360,00	393,00
Implementar o Programa Nacional do Meio Ambiente - PNMA II em Alagoas	440,00	1.320,00	1.760,00
Total do Órgão:	578,00	2.070,00	2.648,00
Total do Projeto :	2.133,00	6.751,00	8.884,00

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO DO PPA

<i>Eixo/Programa/Projeto</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>	<i>R\$ 1.000,00</i> <i>Total</i>
Desenv. de Comunidades, Cidades e Municípios Saudáveis			
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE			
Criar o Comitê Intersetorial do Estado	8,00	22,00	30,00
Criar a Rede Estadual de Municípios Saudáveis	38,00	114,00	152,00
Total do Órgão:	46,00	136,00	182,00
Total do Projeto :	46,00	136,00	182,00

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO DO PPA

<i>Eixo/Programa/Projeto</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>	<i>R\$ 1.000,00</i> <i>Total</i>
Total do Programa:	105.654,00	940.939,00	1.046.593,00
Total do Eixo :	233.779,00	1.538.260,00	1.772.039,00

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO DO PPA

<i>Eixo/Programa/Projeto</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>	<i>R\$ 1.000,00</i> <i>Total</i>
Indutor Regulador			
Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável			
Desenvolvimento Agrícola Integrado.			
SECRETARIA DE AGRICULTURA E IRRIGAÇÃO			
Promover diversificação na produção animal e vegetal.	23,00	218,00	241,00
Promover a Agroindústria.	0,00	102,00	102,00
Incentivar a produção de sementes e mudas.	7,00	148,00	155,00
Criar Banco de Sementes.	13,00	92,00	105,00
Garantir a Defesa Animal e Vegetal.	1.030,00	3.150,00	4.180,00
Fomentar a Produção de Alimentação Animal.	25,00	172,00	197,00
Incentivar a Criação de Agropólos de Desenvolvimento.	20,00	150,00	170,00
Fomentar melhoramento genético dos rebanhos.	15,00	92,00	107,00
Preservar e recuperar o Meio Ambiente.	0,00	104,00	104,00
Realizar Levantamento AgroEcológico (Zoneamento).	90,00	0,00	90,00
Total do Órgão:	1.223,00	4.228,00	5.451,00
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA ESTRUTURA			
Implantar Rede de Energização Rural.	10.000,00	90.000,00	100.000,00
Implantar o Programa de Integração Rural nas regiões do Estado.	39.162,00	108.709,00	147.871,00
Total do Órgão:	49.162,00	198.709,00	247.871,00
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL.			
Assistir, capacitar e organizar os produtores Rurais.	300,00	1.330,00	1.630,00
Total do Órgão:	300,00	1.330,00	1.630,00
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA DE ALAGOAS			
Realizar Análise Conjuntural.	6,00	36,00	42,00
Implementar bancos de dados do setor público agrícola	6,00	28,00	34,00
Assessorar na elaboração do Plano de Desenvolvimento Rural nos Municípios e revisão dos Planos existentes.	6,00	31,00	37,00
Total do Órgão:	18,00	95,00	113,00
EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO EST. DE ALAGOAS			

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO DO PPA

<i>Eixo/Programa/Projeto</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>	<i>R\$ 1.000,00</i> <i>Total</i>
Incentivar a produção de sementes e mudas.	20,00	75,00	95,00
Promover Pesquisa Agropecuária.	50,00	405,00	455,00
Fomentar melhoramento genético dos rebanhos.	15,00	75,00	90,00
Promover a Difusão da Informação e Educação Agrícola e Ambiental através dos Meios de Comunicação.	15,00	84,00	99,00
Total do Órgão:	100,00	639,00	739,00
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIA DE ALAGOAS			
Promover diversificação na produção animal e vegetal.	180,00	592,00	772,00
Incentivar a produção de sementes e mudas.	200,00	3.500,00	3.700,00
Criar Banco de Sementes.	125,00	270,00	395,00
Incentivar a Criação de Agropolos de Desenvolvimento.	20,00	20,00	40,00
Modernizar e adquirir equipamentos para armazenagem e mecanização.	539,00	3.163,00	3.702,00
Modernizar e construir Centrais de Abastecimento.	2.100,00	2.330,00	4.430,00
Total do Órgão:	3.164,00	9.875,00	13.039,00
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE ALAGOAS			
Melhorar e recuperar estradas.	4.950,00	25.874,00	30.824,00
Pavimentação de estradas.	6.400,00	25.450,00	31.850,00
Total do Órgão:	11.350,00	51.324,00	62.674,00
Total do Projeto :	65.317,00	266.200,00	331.517,00

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO DO PPA

<i>Eixo/Programa/Projeto</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>	<i>R\$ 1.000,00</i> <i>Total</i>
Projeto Fundiário			
INSTITUTO DE TERRAS DE ALAGOAS-ITERAL			
Apoiar a redistribuição de terras	300,00	3.375,00	3.675,00
Regularizar e recuperar a Malha Fundiária.	100,00	1.180,00	1.280,00
Total do Órgão:	400,00	4.555,00	4.955,00
Total do Projeto :	400,00	4.555,00	4.955,00

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO DO PPA

<i>Eixo/Programa/Projeto</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>	<i>R\$ 1.000,00</i> <i>Total</i>
Projeto de Desenvolvimento Rural de Combate à Pobreza em Alagoas			
SECRETARIA DE AGRICULTURA E IRRIGAÇÃO			
Executar Desenvolvimento Institucional, Administração, Monitoria e Avaliação.	980,00	2.232,00	3.212,00
Executar projetos Produtivos.	2.308,00	10.991,00	13.299,00
Executar projetos de Infra-estrutura.	5.733,00	25.287,00	31.020,00
Executar projetos de Melhorias Sociais.	788,00	3.752,00	4.540,00
Total do Órgão:	9.809,00	42.262,00	52.071,00
Total do Projeto :	9.809,00	42.262,00	52.071,00

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO DO PPA

<i>Eixo/Programa/Projeto</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>	<i>R\$ 1.000,00</i> <i>Total</i>
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar			
SECRETARIA DE AGRICULTURA E IRRIGAÇÃO			
Profissionalizar Agricultores Familiares.	116,00	366,00	482,00
Informatizar as Unidades de ATER e capacitar técnicos em informática.	52,00	196,00	248,00
Reaparelhar as Unidades Municipais de ATER.	121,00	165,00	286,00
Elaborar Planos de Créditos e prestar assistência técnica para os agricultores familiares.	230,00	1.150,00	1.380,00
Capacitar técnicos em Desenvolvimento Rural Sustentável e Planejamento Municipal	76,00	277,00	353,00
Produção de Sementes e Mudas	82,00	358,00	440,00
Estudo e Diagnóstico Participativo com Agricultores Familiares	112,00	480,00	592,00
Avaliação e manejo de clones/cultivares palma forrageira e mandioca	40,00	144,00	184,00
Total do Órgão:	829,00	3.136,00	3.965,00
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA DE ALAGOAS			
Assessorar os CMDR na elaboração de Planos de Trabalho (PT'S) e aos CMDR.	12,00	30,00	42,00
Total do Órgão:	12,00	30,00	42,00
Total do Projeto :	841,00	3.166,00	4.007,00

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO DO PPA

<i>Eixo/Programa/Projeto</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>	<i>R\$ 1.000,00</i> <i>Total</i>
Programa de Desenvolvimento Sustentável do Semi-árido Alagoano			
SECRETARIA DE AGRICULTURA E IRRIGAÇÃO			
Perímetro Irrigado Moxotó	2.765,00	5.529,00	8.294,00
Perímetro Irrigado Olho D'Água do Casado	1.379,00	2.756,00	4.135,00
Total do Órgão:	4.144,00	8.285,00	12.429,00
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO			
Implantação do Açude Bananeira	3.400,00	6.600,00	10.000,00
Construção de Barragens Subterrâneas.	129,00	256,00	385,00
Construção de Cisternas	1.750,00	3.500,00	5.250,00
Perfuração de Poços Tubulares	2.500,00	5.000,00	7.500,00
Implantação do Açude Capiazinho	1.000,00	2.000,00	3.000,00
Sistema de Esgotamento Sanitário	934,00	1.866,00	2.800,00
Total do Órgão:	9.713,00	19.222,00	28.935,00
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA ESTRUTURA			
Energia renovável	400,00	800,00	1.200,00
Eletrificação Rural	833,00	1.667,00	2.500,00
Total do Órgão:	1.233,00	2.467,00	3.700,00
INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE			
Farmácias Vivas	51,00	102,00	153,00
Total do Órgão:	51,00	102,00	153,00
COMPANHIA DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA E SANEAMENTO DO ESTADO DE ALAGOAS			
Implantação do sistema Estrela/Minador do Negrão	2.500,00	0,00	2.500,00
Ampliação do Sistema Girau do Ponciano	1.500,00	0,00	1.500,00
Reforço do Sistema Carangueija/Palmeira dos Índios.	1.700,00	0,00	1.700,00
Ampliação do Sistema de Abastecimento Delmiro Gouveia/Pariconha	3.500,00	0,00	3.500,00
Implantação do Sistema de Abastecimento Olho D'Água/Piau	2.800,00	0,00	2.800,00
Ampliação da Rede de Distribuição Urbana	1.500,00	0,00	1.500,00

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO DO PPA

<i>Eixo/Programa/Projeto</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>	<i>R\$ 1.000,00</i> <i>Total</i>
Total do Órgão:	13.500,00	0,00	13.500,00
Total do Projeto :	28.641,00	30.076,00	58.717,00

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO DO PPA

<i>Eixo/Programa/Projeto</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>	<i>R\$ 1.000,00</i> <i>Total</i>
Desenvolvimento Científico e Tecnológico.			
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO			
Elaborar Plano Estadual de Ciência e Tecnologia.	18,00	35,00	53,00
Implantar o Sistema Estadual de Informação em Ciência e Tecnologia (SEICT).	23,00	15,00	38,00
Total do Órgão:	41,00	50,00	91,00
FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DE ALAGOAS-FAPEAL			
Apoiar e Fomentar a Pesquisa.	15.007,00	45.021,00	60.028,00
Total do Órgão:	15.007,00	45.021,00	60.028,00
EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO EST. DE ALAGOAS			
Apoiar e Fomentar a Pesquisa.	0,00	303,00	303,00
Total do Órgão:	0,00	303,00	303,00
Total do Projeto :	15.048,00	45.374,00	60.422,00

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO DO PPA

<i>Eixo/Programa/Projeto</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>	<i>R\$ 1.000,00</i> <i>Total</i>
Total do Programa:	120.056,00	391.633,00	511.689,00
Programa de Desenvolvimento Industrial			
Promoção do Conhecimento Científico e Tecnológico.			
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO			
Selecionar áreas e definir prioridades.	24,00	54,00	78,00
Criar e reestruturar Laboratórios de Pesquisas.	830,00	1.600,00	2.430,00
Total do Órgão:	854,00	1.654,00	2.508,00
Total do Projeto :	854,00	1.654,00	2.508,00

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO DO PPA

<i>Eixo/Programa/Projeto</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>	<i>R\$ 1.000,00</i> <i>Total</i>
Atração de Novos Investimentos Industriais.			
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO			
Identificar as Potencialidades do Estado por Região.	20,00	20,00	40,00
Reestruturar o PRODESIN.	6,00	0,00	6,00
Implantar o Programa Estadual de Exportação.	20,00	60,00	80,00
Criar a Agência Reguladora de Serviços Públicos.	20,00	0,00	20,00
Promover o Estado e Divulgar as Oportunidades de Investimento.	100,00	360,00	460,00
Promover a criação de incubadora de base tecnológica e técnica.	140,00	980,00	1.120,00
Implantação de Pólos de Desenvolvimento Regionais	420,00	1.200,00	1.620,00
Total do Órgão:	726,00	2.620,00	3.346,00
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE ALAGOAS			
Recuperar os Distritos Industriais e criar novos.	40,00	420,00	460,00
Total do Órgão:	40,00	420,00	460,00
Total do Projeto :	766,00	3.040,00	3.806,00

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO DO PPA

<i>Eixo/Programa/Projeto</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>	<i>R\$ 1.000,00</i> <i>Total</i>
Recuperação e Implantação da Infra-estrutura do Estado.			
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA ESTRUTURA			
Implantar Sistemas de Energia Alternativa, Energia Elétrica (CHESF/CEAL)	3.400,00	11.220,00	14.620,00
Expandir as Redes de Micro e Macro Drenagem da capital	16.080,00	30.800,00	46.880,00
Total do Órgão:	19.480,00	42.020,00	61.500,00
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE ALAGOAS			
Recuperar e modernizar a Malha Rodoviária do Estado.	4.843,00	25.550,00	30.393,00
Elaborar Projetos de Implantação de Acessos a Municípios sem pavimentação.	1.150,00	5.100,00	6.250,00
Total do Órgão:	5.993,00	30.650,00	36.643,00
GÁS DE ALAGOAS S.A			
Otimizar o uso do gás natural no Estado.	1.990,00	1.080,00	3.070,00
Total do Órgão:	1.990,00	1.080,00	3.070,00
Total do Projeto :	27.463,00	73.750,00	101.213,00

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO DO PPA

<i>Eixo/Programa/Projeto</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>	<i>R\$ 1.000,00</i> <i>Total</i>
Projeto Proteção Ambiental.			
INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE			
Elaborar Agenda 21 Estadual.	203,00	348,00	551,00
Disseminar o Conceito de Indústria Limpa.	58,00	174,00	232,00
Total do Órgão:	261,00	522,00	783,00
Total do Projeto :	261,00	522,00	783,00

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO DO PPA

<i>Eixo/Programa/Projeto</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>	<i>R\$ 1.000,00</i> <i>Total</i>
Total do Programa:	29.344,00	78.966,00	108.310,00
Programa de Turismo Sustentável			
Municipalização das Ações do Turismo, Cultura e Meio Ambiente.			
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA			
Cadastrar e Inventariar os Monumentos Históricos de Alagoas.	20,00	72,00	92,00
Total do Órgão:	20,00	72,00	92,00
INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE			
Incentivar a criação de Órgãos Oficiais. de Meio Ambiente e Turismo.	157,00	579,00	736,00
Total do Órgão:	157,00	579,00	736,00
EMPRESA ALAGOANA DE TURISMO S/A.			
Conscientizar quanto à limpeza urbana.	10,00	60,00	70,00
Sensibilizar, conscientizar dirigentes e Comunidades da importância do turismo.	21,00	32,00	53,00
Apoio aos municípios para a elaboração dos Planos de Desenvolvimento do Turismo	10,00	96,00	106,00
Capacitar Recursos Humanos nos Municípios.	0,00	135,00	135,00
Implantar o Comitê Estadual	10,00	108,00	118,00
Revitalizar Roteiros Turísticos Existentes.	25,00	0,00	25,00
Criação de novos roteiros (regulamentação)	10,00	0,00	10,00
Implantação da sinalização turística	20,00	20,00	40,00
Total do Órgão:	106,00	451,00	557,00
Total do Projeto :	283,00	1.102,00	1.385,00

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO DO PPA

<i>Eixo/Programa/Projeto</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>	<i>R\$ 1.000,00</i> <i>Total</i>
Desenv., Valorização e Preserv. do Patrim. Histórico/ Artístico/ Cultural .			
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA			
Restaurar e Revitalizar Monumentos e Sítios Históricos/Museus.	1.402,00	4.461,00	5.863,00
Apoiar Manifestações Artísticas e Culturais do Estado.	53,00	184,00	237,00
Total do Órgão:	1.455,00	4.645,00	6.100,00
FUNDAÇÃO TEATRO DEODORO			
Criar Grupo Popular de Dança.	38,00	134,00	172,00
Criar Orquestra de Câmara de Alagoas.	112,00	407,00	519,00
Criar o Corpo de Baile de Alagoas.	112,00	406,00	518,00
Criar Grupo Popular de Teatro.	19,00	53,00	72,00
Total do Órgão:	281,00	1.000,00	1.281,00
EMPRESA ALAGOANA DE TURISMO S/A			
Implantar projeto REVIVER	18,00	54,00	72,00
Total do Órgão:	18,00	54,00	72,00
Total do Projeto :	1.754,00	5.699,00	7.453,00

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO DO PPA

<i>Eixo/Programa/Projeto</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>	<i>R\$ 1.000,00</i> <i>Total</i>
Marketing Institucional			
EMPRESA ALAGOANA DE TURISMO S/A			
Modernizar a legislação turística: Pol.de incentivos fiscais; Fiscaliz. dos serviços; Contr. de qualidade serviços/equip.	50,00	60,00	110,00
Viabilizar um Centro de Convenção.	25,00	0,00	25,00
Implantar o Selo Turístico.	50,00	0,00	50,00
Realizar Pesquisas de Demanda e Opinião Turística.	30,00	150,00	180,00
Participar de Feiras Nacionais, Regionais e Internacionais.	200,00	2.400,00	2.600,00
Criar Evento Interno no Estado, envolvendo Turismo, Meio Ambiente e Cultura.	100,00	360,00	460,00
Elaborar Material Promocional e Informativo (Turístico).	150,00	1.400,00	1.550,00
Criar Campanhas Promocionais e de Conscientização.	100,00	600,00	700,00
Total do Órgão:	705,00	4.970,00	5.675,00
Total do Projeto :	705,00	4.970,00	5.675,00

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL**PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO DO PPA**

<i>Eixo/Programa/Projeto</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>	<i>R\$ 1.000,00</i> <i>Total</i>
Fomento ao Turismo em Alagoas			
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA ESTRUTURA			
Modernização e ampliação do Aeroporto Campos dos Palmares.	22.800,00	24.750,00	47.550,00
Total do Órgão:	22.800,00	24.750,00	47.550,00
EMPRESA ALAGOANA DE TURISMO S/A			
Integrar outros Setores Produtivos ao Turismo.	17,00	80,00	97,00
Total do Órgão:	17,00	80,00	97,00
Total do Projeto :	22.817,00	24.830,00	47.647,00

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO DO PPA

<i>Eixo/Programa/Projeto</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>	<i>R\$ 1.000,00</i> <i>Total</i>
Programa de Desenvolvimento Turístico do Estado de Alagoas			
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO			
Consolidar e Implementar o Projeto Costa Dourada	3.100,00	9.300,00	12.400,00
Consolidar e Implementar o Projeto Rotas do Camurupim	1.300,00	3.900,00	5.200,00
Total do Órgão:	4.400,00	13.200,00	17.600,00
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA ESTRUTURA			
Ampliar o atendimento com abastecimento de água das cidades abrangidas pelo Projeto Costa Dourada	4.838,00	16.128,00	20.966,00
Total do Órgão:	4.838,00	16.128,00	20.966,00
Total do Projeto :	9.238,00	29.328,00	38.566,00

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO DO PPA

<i>Eixo/Programa/Projeto</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>	<i>R\$ 1.000,00</i> <i>Total</i>
Total do Programa:	34.797,00	65.929,00	100.726,00
Programa de Desenvolvimento Integrado de Recursos Hídricos			
Gerenciamento participativo de Recursos Hídricos			
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO			
Implantar o Sistema Estadual de Gestão dos Recursos Hídricos.	331,00	338,00	669,00
Instituir a Secretaria de Recursos Hídricos.	50,00	960,00	1.010,00
Instituir o Sistema de Outorga de Direito de Uso da Água.	81,00	33,00	114,00
Elaborar o Plano Estadual de Recursos Hídricos.	1.130,00	0,00	1.130,00
Regulamentar Lei de Recursos Hídricos.	83,00	0,00	83,00
Incentivar a criação de Associações de Usuários e Comitês de Bacias.	70,00	210,00	280,00
Implantar o Sistema Estadual de Informações de Recursos Hídricos.	230,00	172,00	402,00
Desenvolver Estudos e Projetos, visando aumentar a oferta de água.	2.080,00	0,00	2.080,00
Implementar as ações do PROAGUA Semi-Árido	7.863,00	50.116,00	57.979,00
Ampliar, modernizar e manter a Rede de Hidrometeorológica do Estado	660,00	1.815,00	2.475,00
Sistema de Informação geográfica da Rede Hidrometeorológica do Estado	88,00	144,00	232,00
Monitorar os rios e açudes públicos do Estado	440,00	660,00	1.100,00
Participar do programa de modernização da Meteorologia e Hidrologia Brasileira	3.150,00	2.250,00	5.400,00
Total do Órgão:	16.256,00	56.698,00	72.954,00
Total do Projeto :	16.256,00	56.698,00	72.954,00

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO DO PPA

<i>Eixo/Programa/Projeto</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>	<i>R\$ 1.000,00</i> <i>Total</i>
Recuperação dos Sistemas Lagunares			
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO			
Realizar o Macro Zoneamento da Região do CELMM	165,00	0,00	165,00
Realizar estudos físicos e biológicos complementares	259,00	259,00	518,00
Ligar áreas críticas dos canais do CELMM	3.100,00	0,00	3.100,00
Elaborar Projetos de Sistemas de Esgotamento Sanitário (povoados lagunares)	440,00	440,00	880,00
Implementar Sistemas de coleta/transporte/disposição de resíduos sólidos(Bacias Hidrográficas)	1.100,00	1.650,00	2.750,00
Incentivar ações de educação ambiental	110,00	220,00	330,00
Apoiar a pesca artesanal	66,00	66,00	132,00
Apoiar a fiscalização ambiental na região	33,00	99,00	132,00
Implementar planos de manejo APA'S de Santa Rita e Catolé	66,00	66,00	132,00
Total do Órgão:	5.339,00	2.800,00	8.139,00
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA ESTRUTURA			
Implantar o interceptor lagunar de Maceió	6.677,00	39.707,00	46.384,00
Total do Órgão:	6.677,00	39.707,00	46.384,00
Total do Projeto :	12.016,00	42.507,00	54.523,00

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO DO PPA

<i>Eixo/Programa/Projeto</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>	<i>R\$ 1.000,00</i> <i>Total</i>
Total do Programa:	28.272,00	99.205,00	127.477,00
Programa de Cadeias Produtivas Competitivas			
Cadeia Produtiva do Fumo			
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO			
Estudar a cadeia produtiva do Fumo.	70,00	0,00	70,00
Apoiar o desenvolvimento da cadeia produtiva do fumo	0,00	1.500,00	1.500,00
Total do Órgão:	70,00	1.500,00	1.570,00
Total do Projeto :	70,00	1.500,00	1.570,00

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO DO PPA

Eixo/Programa/Projeto	2000	2001/2003	R\$ 1.000,00 Total
Cadeia Produtiva da Cana			
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO			
Estudar a cadeia produtiva da Cana-de-Açúcar	60,00	0,00	60,00
Apoiar o desenvolvimento da cadeia produtiva da Cana-de-Açúcar	0,00	550,00	550,00
Total do Órgão:	60,00	550,00	610,00
Total do Projeto :	60,00	550,00	610,00

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO DO PPA

<i>Eixo/Programa/Projeto</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>	<i>R\$ 1.000,00</i> <i>Total</i>
Cadeia Produtiva da Fruticultura			
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO			
Estudar a cadeia produtiva da Fruticultura	40,00	0,00	40,00
Apoiar o desenvolvimento da cadeia produtiva da Fruticultura	0,00	555,00	555,00
Total do Órgão:	40,00	555,00	595,00
Total do Projeto :	40,00	555,00	595,00

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO DO PPA

<i>Eixo/Programa/Projeto</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>	<i>R\$ 1.000,00</i> <i>Total</i>
Cadeia Produtiva do Turismo			
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO			
Estudar a cadeia produtiva do Turismo	75,00	0,00	75,00
Apoiar o desenvolvimento da cadeia produtiva do Turismo	0,00	650,00	650,00
Total do Órgão:	75,00	650,00	725,00
Total do Projeto :	75,00	650,00	725,00

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO DO PPA

<i>Eixo/Programa/Projeto</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>	<i>R\$ 1.000,00</i> <i>Total</i>
Cadeia Produtiva da Aqüicultura			
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO			
Estudar a cadeia produtiva da Aqüicultura	70,00	0,00	70,00
Apoiar o desenvolvimento da cadeia produtiva da Aqüicultura	0,00	560,00	560,00
Total do Órgão:	70,00	560,00	630,00
Total do Projeto :	70,00	560,00	630,00

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO DO PPA

Eixo/Programa/Projeto	2000	2001/2003	R\$ 1.000,00 Total
Cadeia Produtiva da Proteína Animal			
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO			
Estudar a cadeia produtiva da Proteína Animal	70,00	0,00	70,00
Apoiar o desenvolvimento da cadeia produtiva da Proteína Animal	0,00	800,00	800,00
Total do Órgão:	70,00	800,00	870,00
Total do Projeto :	70,00	800,00	870,00

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO DO PPA

<i>Eixo/Programa/Projeto</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>	<i>R\$ 1.000,00</i> <i>Total</i>
Total do Programa:	385,00	4.615,00	5.000,00
Total do Eixo :	212.854,00	640.348,00	853.202,00

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO DO PPA

<i>Eixo/Programa/Projeto</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>	<i>R\$ 1.000,00</i> <i>Total</i>
Do Ajuste Fiscal			
Programa de Reestruturação e Democratização do Estado			
Rede Estadual de Informação e Informática.			
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO			
Ampliar a base de informação do Estado	50,00	278,00	328,00
Total do Órgão:	50,00	278,00	328,00
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO			
Elaborar e implantar os Planos Setoriais de Informação e Informática.	90,00	20,00	110,00
Implantar a Rede Estadual de Informação e Informática.	83,00	0,00	83,00
Criar o Centro de Capacitação em Informação e Informática.	90,00	0,00	90,00
Total do Órgão:	263,00	20,00	283,00
Total do Projeto :	313,00	298,00	611,00

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO DO PPA

<i>Eixo/Programa/Projeto</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>	<i>R\$ 1.000,00</i> <i>Total</i>
Modernização da Gestão Administrativa.			
SEC. PARA ASSUNTOS DO GABINETE CIVIL			
Sistematizar, anotar, consolidar e democratizar a Legislação Estadual vigente.	20,00	66,00	86,00
Total do Órgão:	20,00	66,00	86,00
SECRETARIA DE ESTADO DE RECURSOS HUMANOS E ADM. PÚBLICA			
Implantar a Reforma Organizacional do Estado.	20,00	44,00	64,00
Implementar Plano de Cargos e Carreira.	4,00	16,00	20,00
Implementar Plano de Formação, Capacitação e Desenvolvimento de RH.	16,00	82,00	98,00
Implementar o Sistema Único de Controle e Acompanhamento de Processos.	15,00	160,00	175,00
Reformular e implantar o Regime Jurídico Único.	7,00	107,00	114,00
Realizar concurso público para profissionais de educação e Polícia Militar	9,00	106,00	115,00
Modernização da Gestão do Patrimônio Móvel do Estado	16,00	101,00	117,00
Total do Órgão:	87,00	616,00	703,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DO DESPORTO			
Implementar Plano de Formação, Capacitação e Desenvolvimento de RH.	910,00	1.881,00	2.791,00
Total do Órgão:	910,00	1.881,00	2.791,00
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE ALAGOAS			
Implementar o Modelo Previdenciário e Assistencial do Estado.	199,00	595,00	794,00
Total do Órgão:	199,00	595,00	794,00
Total do Projeto :	1.216,00	3.158,00	4.374,00

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL**PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO DO PPA**

<i>Eixo/Programa/Projeto</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>	<i>R\$ 1.000,00</i> <i>Total</i>
Fortalecimento do Sistema de Planejamento Compartilhado.			
SECRETARIA DE ESTADO DE RECURSOS HUMANOS E ADM. PÚBLICA			
Implantar e Operacionalizar as Unidades de Serviço ao Cidadão.	50,00	823,00	873,00
Total do Órgão:	50,00	823,00	873,00
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO			
Implantar e Operacionalizar os Núcleos Regionais de Planejamento.	60,00	0,00	60,00
Implantar o Sistema de Acomp., Monitoramento e Avaliação das Ações Governamentais.	16,00	0,00	16,00
Total do Órgão:	76,00	0,00	76,00
Total do Projeto :	126,00	823,00	949,00

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO DO PPA

<i>Eixo/Programa/Projeto</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>	<i>R\$ 1.000,00</i> <i>Total</i>
Projeto Alagoas Comunicação			
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL			
Implementar o Plano de Mídia do Estado	1.820,00	7.183,00	9.003,00
Regionalizar a Informação Oficial do Estado.	40,00	132,00	172,00
Total do Órgão:	1.860,00	7.315,00	9.175,00
RÁDIO DIFUSORA DE ALAGOAS			
Difundir as Ações do Estado de forma integrada, através das Rádios e TV Oficiais.	27,00	198,00	225,00
Total do Órgão:	27,00	198,00	225,00
SERVIÇOS GRÁFICOS DE ALAGOAS			
Regionalizar a Informação Oficial do Estado.	87,00	110,00	197,00
Centralizar na SERGASA os Serviços Gráficos do Estado.	1.245,00	250,00	1.495,00
Inserir o Diário Oficial na Home Page da SERGASA.	25,00	39,00	64,00
Total do Órgão:	1.357,00	399,00	1.756,00
Total do Projeto :	3.244,00	7.912,00	11.156,00

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO DO PPA

<i>Eixo/Programa/Projeto</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>	<i>R\$ 1.000,00</i> <i>Total</i>
Total do Programa:	4.899,00	12.191,00	17.090,00
Programa de Modernização da Fazenda Pública			
Reestruturação do Aparelho Fiscal do Estado.			
SECRETARIA DA FAZENDA			
Definir e implantar novas tecnologias para Arrecadação e Fiscalização.	1.020,00	1.700,00	2.720,00
Dotar a SEFAZAL de infra-estrutura física e equipamentos necessários às suas atividades.	1.520,00	2.820,00	4.340,00
Capacitar Recursos Humanos para atendimento às exigências organizacionais.	20,00	380,00	400,00
Promover o Redesenho dos Processos da Administração Fazendária.	1.020,00	0,00	1.020,00
Criar um Núcleo de Inteligência Fiscal para Combate à Sonegação.	25,00	0,00	25,00
Desenvolver um Sistema Integrado de Informações Econômico-Fiscais e Contábeis Financeiras.	515,00	195,00	710,00
Implantar a Corregedoria Fiscal.	20,00	0,00	20,00
Desenvolver um Sistema de Planejamento da Ação Fiscal.	15,00	550,00	565,00
Desenvolver Sistemas de Acompanhamento de Controle da Arrecadação e Despesas Públicas.	525,00	515,00	1.040,00
Elaborar o Código de Administração Financeira do Estado.	20,00	0,00	20,00
Desenvolver Programa de Educação Tributária.	3.336,00	1.900,00	5.236,00
Desenvolver uma Sistemática para Recuperação de Receita (Dívida Ativa/ICMS).	20,00	0,00	20,00
Reformular a Legislação Tributária.	15,00	0,00	15,00
Definir Indicadores de Desempenho.	15,00	350,00	365,00
Criar uma Base de Dados de Informações Gerenciais.	1.247,00	1.100,00	2.347,00
Implantar a Delegacia de Combate à Sonegação Fiscal	30,00	0,00	30,00
Total do Órgão:	9.363,00	9.510,00	18.873,00
Total do Projeto :	9.363,00	9.510,00	18.873,00

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO DO PPA

<i>Eixo/Programa/Projeto</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>	<i>R\$ 1.000,00</i> <i>Total</i>
Total do Programa:	9.363,00	9.510,00	18.873,00
Total do Eixo :	14.262,00	21.701,00	35.963,00

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO DO PPA

<i>Eixo/Programa/Projeto</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>	<i>R\$ 1.000,00</i> <i>Total</i>
Total Geral :	460.895,00	2.200.309,00	2.661.204,00

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

METAS FÍSICAS POR EIXO ESTRUTURAL

Eixo/Programa/Projeto

Do Ajuste Social

Programa de Atenção ao Cidadão

Democratização do Acesso à Educação

SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Centro Social Urbano Mantido	csu	4	12
Centro Social Urbano Recuperado/Reforma	csu	2	2
Conselho mantido	conselho	1	3
Creche recuperada/reformada	creche	11	11
Criança assistida	crianças	15000	45000
Criança e adolescente assistidos	crianças/adolescentes	10000	30000
Meninos(as) (re)socializados/criança/adolescentes	criança/adolescente	100	600
Criança e adolescente assistidos	crianças/adolescentes	300	1200
Idoso Assistido	idoso	4000	14560
Mão-de-Obra Treinada (pessoa)	pessoa	350	1265
Pessoa Portadora Deficiência Assistida	deficientes	3000	43920
Seminário Realizado	seminário	12	36
Mão-de-Obra Treinada (pessoa)	pessoa	3000	9000
Material Publicitário Impresso	unid.	612	1836
Pesquisa Contratada	pesquis	3	9
Evento Apoiado	evento	12	36
Empresa Assistida	empresa	10	60
Criança e adolescente assistidos	crianças/adolescentes	12000	42700
Pessoa Assistida	pessoas	8500	30935
Evento Apoiado	evento	0	36
Mão-de-Obra Treinada (pessoa)	pessoa	0	600
Artesão Assistido	artesão	500	1850
Unid. Artesanato Mantida	unid.	1	3

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DO DESPORTOS

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Atividade Educativa Promovida	evento	1	3
campo de futebol recuperado	unid.	1	2
Centro educacional mantido	unid.	1	0
Curso realizado	cursos	6	18
Equipamento mobiliário adquirido	unid.	11	0
Escola ampliada	escola	10	30
Escola ampliada (sala/aula)	sala	14	42
Escola construída	escola	20	60
Escola equipada	escola	81	232
Escola recuperada/reformada	escola	31	93
Estudo Elaborado	estudo	2	6
Evento Realizado	evento	4	12
Ginásio Ampliado	ginásio	1	1
Ginásio Recuperado/Reformado	ginásio	1	3
Material Escolar Distribuído	kit	2800	8400
Programa Implantado	programa	1	3
Projeto Implantado	projeto	20	20
Projeto Pedagógico Desenvolvido	projeto	1	3
Projeto Pesquisa Desenvolvida	projeto	1	3
Quadra Construída	unid.	1	3
Quadra Reparada/adaptada	unid.	1	3
Sala Aula Construída	sala	56	66
Sala Aula Recuperada	sala	187	94
Terreno Desapropriado	unid.	26	78

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

METAS FÍSICAS POR EIXO ESTRUTURAL

Eixo/Programa/Projeto

Equipamento Escolar Adquirido	escola	40	120
Material Educativo Distribuído	kit	6626	19878
Veículo Adquirido	ônibus	4	12
Biblioteca Equipada	biblioteca	10	0
Curso especialização promovido	cursos	0	3
Curso extensão promovido	cursos	0	3
Curso realizado	cursos	0	1
Equipamento mobiliário adquirido	unid.	10	0
Escola ampliada	escola	14	8
Escola construída	escola	8	5
Escola equipada	escola	6	0
Escola mantida	escola	0	135
Escola reparada/adaptada	escola	10	0
Evento Apoiado	evento	0	135
Evento Realizado	evento	0	135
Material Didático Produzido	unid.	0	1000
Órgão/Entidade Equipada	órgão/entidade	1	3
Professor Treinado	professor	135	838
Projeto Implantado	projeto	1	3
Terreno Desapropriado	unid.	8	5
Visita supervisão/acomp. realizado	prog/visita	836	786
Evento Realizado	pessoa	130	130
Material Publicitário Impresso	escola	22	98
Atividade Curricular Desenvolvida	consultoria	1	1
Material Didático Distribuído	escola	10	35
Equipamento Escolar Adquirido	escola	0	60
Campanha educativa realizada	campanha	1	3
Convênio realizado	convênio	8	24
Curso realizado	cursos	12	36
Equipamento esportivo reparado/adaptado	unid.	10	30
Equipamento/material permanente adquirido	unid.	50	150
Escola ampliada	escola	1	0
Escola reparada/adaptada	escola	50	150
Livro Adquirido	unid.	150	450
Material Didático Distribuído	aluno	1200	3600
Material Didático Produzido	unid.	1200	1200
Projeto Pesquisa Desenvolvida	projeto	1	1
Quadra Construída	unid.	1	0
Quadra Reparada/adaptada	unid.	10	10
Seminário Realizado	seminário	1	3
Biblioteca Equipada	biblioteca	2	4
Bolsa Concedida	bolsa	100	600
Classe supletiva implantada	classe	400	1700
Curso especialização promovido	cursos	1	1
Curso realizado	cursos	6	18
Edição Publicada	unid.	2000	2000
Escola equipada	escola	1	4
Escola recuperada/reformada	escola	1	3
Material Didático Distribuído	aluno	28000	120000
Material Didático Produzido	unid.	4000	12000
Órgão/Entidade Equipada	órgão/entidade	1	4
Programa Apoiado	programa	1	3
Programa Desenvolvido	programa	1	3
Programa Implantado	programa	1	2
Projeto Pesquisa Desenvolvida	projeto	1	3
Sala Aula Construída	sala	3	0
Seminário Realizado	seminário	1	3
Equipamento mobiliário adquirido	unid.	336	400
Escola mantida	escola	35	0
Evento Promovido	evento	1	1
Programa Apoiado	programa	1	3
Publicidade e Propaganda Realizada	programa	1	1
Sala Aula Recuperada	sala	8	10

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

METAS FÍSICAS POR EIXO ESTRUTURAL

Eixo/Programa/Projeto

Curso Realizado	pessoa	600	1800
Atividade Curricular Desenvolvida	escola	70	210
Evento Divulgado	evento	8	24
Evento Promovido	evento	1	3
Evento Realizado	evento	32	96
Material Educativo Produzido	vídeo	8	0
Material Publicitário Impresso	unid.	10000	0
Seminário Apoiado	seminário	8	24
Seminário Realizado	seminário	2	6
Técnico Treinado	pessoa	33	99
Projeto Tecnológico Desenvolvido	oficina	10	30
Acompanhamento Realizado	acompanhamento	1	3
Atividade Educativa Promovida	escola	1	3
Atividade Cultural Assistida	evento	89	267
Atividade Educativa Promovida	evento	10	30
Biblioteca Apoiada	biblioteca	1	3
Professor Treinado	professor	100	162
Programa Apoiado	programa	1	3
Curso realizado	cursos	5	10
Edifício Público construído	unid.	5	4
Escola equipada	escola	5	4
Escola mantida	escola	5	6
Evento Realizado	evento	0	30
Material Publicitário Impresso	unid.	10000	20000
Núcleo Implantado	núcleo	1	0
Núcleo Mantido	núcleo	1	2
Projeto Implantado	projeto	2	0
Projeto Pedagógico Desenvolvido	projeto	1	0
Técnico Treinado	pessoa	15	35
Terreno Desapropriado	unid.	2	5
Veículo adquirido	unid.	5	4
Associação/Grupo Atendido	unid.	100	306
Campanha educativa realizada	campanha	1	3
Escola assistida	escola	100	306
Estudo e Projeto Elaborados	estudo/projeto	1	0
Evento Divulgado	evento	2	6
Evento Promovido	evento	100	306
Evento Realizado	evento	100	306
Núcleo Mantido	núcleo	1	3
Programa Apoiado	programa	1	3
Programa Desenvolvido	programa	1	3
Programa Implantado	programa	1	3
Técnico Treinado	pessoa	22	66
Veículo Leve Adquirido	unid.	1	0
Visita supervisão/acomp. realizado	prog/visita	1	3
Acompanhamento Realizado	acompanhamento	12	36
Equipamento Mobiliário Adquirido	ambiente	1	0
Equipamento/Material Perm. Adquirido	ambiente	1	0
Aluno atendido	aluno	177472	597834
Escola mantida	escola	407	0
Órgão/Entidade Equipada	órgão/entidade	2	6
Pessoa Orientada	pessoas	1221	3663
Programa Apoiado	programa	1	3
Projeto Implantado	projeto	1	3
Bolsa Concedida	bolsa	2200	7281

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Acervo adquirido	vídeo	70	210
Atividade Educativa Promovida	evento	12	36
Material Educativo Distribuído	vídeo	330	990

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

METAS FÍSICAS POR EIXO ESTRUTURAL

Eixo/Programa/Projeto

Material Educativo Produzido	vídeo	3	9
Atividade Educativa Promovida	evento	60	225
Curso realizado	cursos	10	50
Atividade Educativa Promovida	evento	10	30
Curso realizado	cursos	10	30
Atividade Educativa Promovida	evento	3	9
Curso realizado	cursos	3	9
Evento realizado	unid.	3	9
Curso-pós graduação promovido	cursos	2	12
Núcleo Implantado	núcleo	2	6
Atividade Educativa Promovida	evento	8	24
Material Publicitário Impresso	unid.	100000	300000
Evento realizado	unid.	12	36
Acompanhamento realizado	%	100	300
Curso realizado	cursos	25	
Curso realizado	cursos	8	10
Evento Realizado	evento	8	10
Visita supervisão/acomp. realizado	prog/visita	4	5
Atividade Educativa Promovida	evento	10	45
Curso realizado	cursos	12	36
Material Publicitário Impresso	unid.	1700000	510000
Seminário Realizado	seminário	1	6

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Curso graduação implantado	cursos	1	3

INSTITUTO DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL DO ESTADO DE ALAGOAS

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Sinais de Rádio e TV ampliado	%	50	50
Servidor Treinado	pessoa	20	60
Informações Processadas e Divulgadas	unid.	100	300

Geração de Emprego e Renda.

SEC. PARA ASSUNTOS DO GABINETE CIVIL

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Pequenos/Médios e Empreendimentos atendidos	unid.	580	2600

SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Trabalhador Treinado	pessoa	4000	12000
Cooperativa de Trabalho Criada	unid.	5	15
Cooperativa de Trabalho Criada	unid.	5	15
Conselho mantido	conselho	1	3
Comissão Criada	unid.	5	15
Trabalhador Assistido	pessoa	10000	30000
Empresa Assistida	empresa	700	2100
Emprego Gerado	empregos	500	1820

SECRETARIA DE AGRICULTURA E IRRIGAÇÃO

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Programa Implantado	programa	4	20

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

METAS FÍSICAS POR EIXO ESTRUTURAL

Eixo/Programa/Projeto

Segurança Alimentar e Nutricional

SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Entidade assistida	entidades	102	306
Pessoa Atendida	pessoas	396000	1188000

SECRETARIA DE AGRICULTURA E IRRIGAÇÃO

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Programa Implantado	programa	8	35
Estabelecimento fiscalizado	unid.	80	240
Veículo adquirido	unid.	1	0

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Visita supervisão/acomp. realizado	prog/visita	102	306
Sistema de Informação ampliado	%	40	60
Acompanhamento realizado	%	100	300
Avaliação realizada	%	100	300
Curso realizado	cursos	4	12
Município Assistido	unid.	102	306

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA ESTRUTURA

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Estação de tratamento d' água construída	estação	3	6
Estação Reparada/ Adaptada	estação	2	9

Redução das Principais Causas de Morbi-Mortalidade.

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Visita supervisão/acomp. realizado	prog/visita	100	300
Unidade de Vigilância Epidemiológica implantada	unid.	60	
Curso realizado	cursos	12	36
Visita supervisão/acomp. realizado	prog/visita	408	1224
Comitê Implantado	comitê	1	3
Coordenação mantida	unid.	102	306
Curso realizado	cursos	12	36
Visita supervisão/acomp. realizado	prog/visita	204	612
Comitê Implantado	comitê	1	
Curso realizado	cursos	8	24
Estudo e Pesquisa Elaborados	estudo/pesquisa	102	
Evento Realizado	evento	8	24
Município Assistido	unid.	102	306
Visita supervisão/acomp. realizado	prog/visita	102	306
Unid. Emergência Equipada	unid.	10	
Unid. Emergência Recuperada/Reformada	unid.	10	
Unidade de Saúde supervisionada	%	100	300
Central de Regulação implantada	unid.	1	
Curso realizado	cursos	14	
Visita supervisão/acomp. realizado	prog/visita	204	612

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

METAS FÍSICAS POR EIXO ESTRUTURAL

Eixo/Programa/Projeto

Paciente Atendido	%	80	240
Visita supervisão/acomp. realizado	prog/visita	4	12
Visita supervisão/acomp. realizado	prog/visita	8	24
campanha realizada	campanha	2	6
Estudo e Projeto Elaborados	estudo/projeto	1	
Órgão/Entidade Modernizada	órgão/entidade	1	
Trabalhador Treinado	pessoa	2	6
Visita supervisão/acomp. realizado	prog/visita	4	12
Unid. Saúde Equipada	unid.	9	26
Unid. Saúde Mantida	unid.	35	105
Acompanhamento realizado	%	100	300
Pessoa Orientada	pessoas	358	1074
Material Médico adquirido	kit	12888	38640
Visita supervisão/acomp. realizado	prog/visita	102	306
Evento Realizado	evento	9	24
Leito Hospitalar Instalado	unid.	37	111
Acompanhamento realizado	%	100	300
Serviço Administração Pública Modernizado	unid.	17	
Avaliação realizada	%	100	300
Evento Realizado	evento	9	27
Visita supervisão/acomp. realizado	prog/visita	100	300
Agenda elaborada	unid.	25	75

LABORATÓRIO INDUSTRIAL FARMACÊUTICO DE ALAGOAS-S/A-LIFAL

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Prod.Comerc.Distribuição Medicamentos	caixas	921600	405460
Prod.Comerc.Distribuição Medicamentos	vidros	422400	185940

Segurança Interativo/Comunitária

POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Armamento Adquirido	unid.	0	2000
Munição Adquirida	unid.	0	2500
Viatura adquirida	unid.	0	50
Coletes Adquiridos	unid.	0	1000
Armamento Adquirido	unid.	0	4000
Munição Adquirida	unid.	0	500000
Viatura adquirida	unid.	0	100
Coletes Adquiridos	unid.	0	2000
Armamento Adquirido	unid.	400	1200
Equipamento comunicação adquirido	unid.	50	150
Equipamento segurança adquirido	unid.	500	1500
Caminhão adquirido	unid.	0	9
Equipamento elétrico adquirido	unid.	0	60
Equipamento mobiliário adquirido	unid.	0	60
Veículo adquirido	unid.	0	9
Quartel Construído	unid.	0	3
Quartel Recuperado/Reformado/Ampliado	unid.	0	12000

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Estudo e Pesquisa Elaborados	estudo/pesquisa	1	3
Pessoa Assistida	pessoas	100	500
Combater Tráfico de Drogas	%	50	190
Armamento Adquirido	unid.	300	700
Equipamento informática adquirido	unid.	100	230

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

METAS FÍSICAS POR EIXO ESTRUTURAL

Eixo/Programa/Projeto

Munição Adquirida	unid.	5000	15000
Viatura adquirida	unid.	50	220
Delegacia construída	unid.	6	23
Delegacia recuperada/reformada	unid.	14	32
Concurso Realizado	concurso	1	3
Campanha educativa realizada	campanha	6	16

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Curso realizado	cursos	18	24
Penitenciária Equipada	unid.	80	247
Presídio Ampliado	m ²	2439	3088
Presídio Recuperado/Reformado	m ²	1440	480
Presídio Reparado/Adaptado	unid.	1	3
Presídio Construído	m ²	1608	1519
Área agrícola assistida	ha	400	500
Unid. Produção Implantada	unid.	5	26
Sistema Prisional Implantado	sistema	1	3
Processo Penal analisado	unid.	700	2180
Conselho Implantado	conselho	12	24

Prevenção e Combate às Situações de Risco e Emergência

CORPO DE BOMBEIROS Militar de Alagoas

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Curso realizado	cursos	5	15
Quartel Construído	unid.	0	1
Viatura adquirida	unid.	3	14
Equipamento informática adquirido	unid.	2	2
Prédio Construído	unid.	0	1
Viatura adquirida	unid.	2	3
Quartel Construído	unid.	0	1
Sinalização Informativa	unid.	10	25
Posto Salva-vidas Construído	postos	10	20
Plano Diretor Elaborado	região	1	4
Comissão de Defesa Civil Criada	municípios	25	77
Concurso público realizado	vagas	100	2082
Quartel Construído	unid.	0	16
Equipamento segurança adquirido	unid.	1	5
Viatura adquirida	unid.	4	60
Embarcação Adquirida	unid.	0	10

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Campanha educativa realizada	campanha	10	30
Atividade Educativa Promovida	evento	15	30

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE ALAGOAS

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Rodovia Conservada	km	562	3647

Programa de Construção de Estado Saudável

Desenvolvimento Habitacional e Urbano.

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

METAS FÍSICAS POR EIXO ESTRUTURAL

Eixo/Programa/Projeto

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA ESTRUTURA

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Habitação Melhorada	unid.	1000	3000
Casa popular construída	unid/habitacional	1916	5056

Projeto Infra-Estrutura

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Imóvel reparado/adaptado	%	40	60

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA ESTRUTURA

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Adução ampliada	unid.	15	75
Adução construída	unid.	10	60
Sistema Abastecimento Água Ampliado	unid.	3	7
Sistema Abastecimento Água Implantado	unid.	2	6
Sistema Esgotamento Sanitário Ampliado	unid.	2	10
Sistema Esgotamento Sanitário Implantado	unid.	3	7
Sistema Esgotamento Sanitário Melhorado	unid.	2	10
Adução ampliada	unid.	12	34
Adução construída	unid.	19	72
Canal construído	m ²	60000	160000
Irrigação Implantada	ha	20000	40000
Adução construída	unid.	8	37
Estação de tratamento d'água construída	estação	1	0
Rede Água Ampliada	m	86406	85064
Reservatório Construído	unid.	2	2

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Estudo de Impacto Ambiental Elaborado	unid.	1	3

Projeto Meio Ambiente

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Município Assistido	unid.	102	306

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Programa Implantado	programa	1	
Plano implementado	%	40	60
Campanha realizada	campanha	50	150
Programa Implantado	programa	1	3

Desenv. de Comunidades, Cidades e Municípios Saudáveis

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

METAS FÍSICAS POR EIXO ESTRUTURAL

Eixo/Programa/Projeto

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Visita supervisão/acomp. realizado	prog/visita	15	45
Comitê Implantado	comitê	1	
Evento Realizado	evento	19	57

Indutor Regulador

Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável

Desenvolvimento Agrícola Integrado.

SECRETARIA DE AGRICULTURA E IRRIGAÇÃO

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Produtor Assistido	produtor	1000	14000
Unid. Agro-Industrial Implantada	unid.	0	37
Muda Fiscalizada	unid.	20000	530000
Semente Produzida	kg	100	1600
Posto Fiscalização Implantado	unid.	9	0
Propriedade Agrícola Acompanhada	unid.	250	2900
Agropólos Implantados	unid.	1	12
Rebanho Assistido	cabeças	500	4600
Campanha realizada	campanha	2	16
Levantamento Realizado	unid.	1	0
Veículo adquirido	unid.	1	0

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA ESTRUTURA

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Propriedade Rural Eletrificada	unid.	8300	24900
Obras de infra-estrutura realizada	obra	27	73

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Associação/Grupo Atendido	unid.	300	1150
Produtor Treinado	produtor	400	2600
Famílias Produtores Assistidos	família	20000	85000

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA DE ALAGOAS

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Equipamento/material permanente adquirido	unid.	1	
Computador adquirido/instalado	unid.	1	
Equipamento mobiliário adquirido	unid.	1	
Equipamento/material permanente adquirido	unid.	5	
Pesquisa Realizada	unid.	2	6
Publicação Editada	unid.	4	12
Relatório Elaborado	unid.	2	6
Sistema de Informação Implantado	unid.	1	3
Município Assistido	unid.	40	60

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO EST.DE ALAGOAS

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
-------------	---------------	-------------	------------------

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

METAS FÍSICAS POR EIXO ESTRUTURAL

Eixo/Programa/Projeto

Produção Assistida	há	50	150
Projeto Pesquisa Desenvolvida	projeto	11	60
Plantel Assistido	cabeça	200	780
Evento Realizado	evento	40	140

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIA DE ALAGOAS

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Produto Classificado	ton	220	801
Muda Fiscalizada	unid.	100	524
Semente Produzida	kg	600	2184
Banco de Sementes Implantado	unid.	1	
Núcleo Implantado	núcleo	1	3
Núcleo Produção Agrícola Implantado	unid.	2	
Equipamento agrícola adquirido	unid.	6	44
Projeto Elaborado	projeto	4	16
Centro de abastecimento ampliado	unid.	2	3
Centro abastecimento construído	unid.	0	
Núcleo Produção Agrícola Implantado	unid.	2	6

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE ALAGOAS

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Rodovia Recuperada	km	90	365
Rodovia Construída	km	40	170

Projeto Fundiário

INSTITUTO DE TERRAS DE ALAGOAS-ITERAL

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Imóvel Adquirido/Desapropriado	ha	500	1500
Famílias Assentadas	família	60	180
Imóvel Cadastrado	imóvel	7756	23266
Título Terra Emitido	unid.	510	1529

Projeto de Desenvolvimento Rural de Combate à Pobreza em Alagoas

SECRETARIA DE AGRICULTURA E IRRIGAÇÃO

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Curso realizado	cursos	17	16
Equipamento/material permanente adquirido	unid.	232	0
Seminário Realizado	seminário	60	55
Família Beneficiada	família	9990	37960
Projeto Implantado	projeto	67	252
Família Beneficiada	família	2680	10080
Projeto Implantado	projeto	133	506
Família Beneficiada	família	6650	25300
Projeto Implantado	projeto	22	86
Família Beneficiada	família	660	2580

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

METAS FÍSICAS POR EIXO ESTRUTURAL

Eixo/Programa/Projeto

SECRETARIA DE AGRICULTURA E IRRIGAÇÃO

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Curso realizado	cursos	47	144
Produtor treinado	produtor	960	3010
Unid. Didática Implantada	unid.	2	8
Equipamento informática adquirido	unid.	9	33
Técnico treinado	pessoa	60	200
Equipamento/material permanente adquirido	unid.	9	11
Produtor assistido	produtor	4000	16000
Plano de Crédito elaborado	unid.	200	800
Curso realizado	cursos	3	13
Produtor assistido	produtor	80	360
Muda fiscalizada	unid.	5000	21840
Semente produzida	kg.	50	218
Estudo elaborado	estudo	14	56
Sistema de Produção Agro-Pecuária implantado	unid.	10	40
Pesquisa realizada	unid.	10	36

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA DE ALAGOAS

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Município Assistido	unid.	40	60
Seminário Realizado	seminário	40	60
Plano elaborado	plano	40	60

Programa de Desenvolvimento Sustentável do Semi-árido Alagoano

SECRETARIA DE AGRICULTURA E IRRIGAÇÃO

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Irrigação Implantada	ha	264	
Irrigação Implantada	ha	200	

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Açude construído	unid.	1	
Barragem construída	unid.	34	
Cisterna construída	cisternas	5000	
Poço perfurado	unid.	100	
Açude construído	unid.	1	
Localidades beneficiadas c/ esgotamento sanitário	localidade	2	

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA ESTRUTURA

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Sist. Energ. renovável resid. Implantado	unid.	133	267
Propriedade Rural Eletrificada	unid.	333	667

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Farmácia implantada	unid.		3

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

METAS FÍSICAS POR EIXO ESTRUTURAL

Eixo/Programa/Projeto

COMPANHIA DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA E SANEAMENTO DO ESTADO DE ALAGOAS.

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Adução construída	unid.	16	0
Estação de tratamento d'água construída	estação	1	0
Adução construída	unid.	9	0
Estação Reparada/Adaptada	estação	1	0
Adução construída	unid.	20	0
Estação de tratamento d'água construída	estação	1	0
Reservatório construído	unid.	5	0
Adução construída	unid.	0	0
Estação de tratamento d'água construída	estação	1	0
Ligação água realizada	domicílio	8000	0
Rede água ampliada	m	16	0

Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Plano elaborado	plano	1	0
Plano implementado	%	0	100
Sistema de informação implantado	unid.	1	0

FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DE ALAGOAS-FAPEAL

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Bolsa concedida	bolsa	50	210
Projeto pesquisa desenvolvida	projeto	20	90
Auxílio à pesquisa concedida	produtor	10	60

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO EST. DE ALAGOAS

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Biblioteca mantida	unid.	0	3
Laboratório mantido	unid.	0	4
Estação Experimental mantida	unid.		4
Treinamento realizados	pessoas	0	160

Programa de Desenvolvimento Industrial

Promoção do Conhecimento Científico e Tecnológico.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Estudo e Pesquisa elaborados	estudo/pesquisa	1	3
Laboratório instalado	unid.	0	3
Laboratório reparado/adaptado	unid.	2	2

Atração de Novos Investimentos Industriais.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
-------------	---------------	-------------	------------------

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

METAS FÍSICAS POR EIXO ESTRUTURAL

Eixo/Programa/Projeto

Pesquisa realizada	unid.	6	2
Revisar Lei de Incentivos	unid.	1	0
Feira Promocional realizada	feira	2	6
Agência Reguladora criada	unid.	1	0
Feira Promocional realizada	feira	6	18
Criar Incubadoras	unid.	1	7
Infra-Estrutura Industrial implantada	unid.	1	3
Áreas Identificadas	unid.	8	0

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE ALAGOAS

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Rede de Água Implantada/Ampliada	km	20	130
Sistema Viário Recuperado	km	35	205
Serviços de Comunicação Realizado	m	150	960
Rede Elétrica instalada/recuperada	m	100	1100

Recuperação e Implantação da Infra-estrutura do Estado.

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA ESTRUTURA

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Sistema implantado	unid.	900	2700
Drenagem Urbana realizada	km ²	15	36

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE ALAGOAS

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Rodovia recuperada	km	90	365
Projeto de Engenharia elaborado	km ²	220	900

GÁS DE ALAGOAS S.A

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Gasoduto implantado	km	4	9

Projeto Proteção Ambiental.

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Agenda elaborada	unid.	1	3
Campanha educativa realizada	campanha	24	72

Programa de Turismo Sustentável

Municipalização das Ações do Turismo, Cultura e Meio Ambiente.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Acervo cadastrado	unid.	5	15

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

METAS FÍSICAS POR EIXO ESTRUTURAL

Eixo/Programa/Projeto

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Informações Processadas e Divulgadas	unid.	1	3

EMPRESA ALAGOANA DE TURISMO S/A

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Estudo e Projeto elaborados	estudo/projeto	25	76
Capacitação turística	curso	46	
Plano elaborado	plano	4	12
Curso realizado	curso		45
Comitê implantado	comitê	6	26
Roteiros Turísticos revitalizados	roteiro	8	
Roteiros Turísticos criados	roteiro	6	
Sinalização informativa	unid.	5	

Desenv., Valorização e Preserv. do Patrim. Histórico/ Artístico/ Cultural .

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Museu recuperado	unid.	392	1176
Prédio recuperado/reformado	m ²	3461	10383
Apoio atividades artísticas/culturais	%	100	300

FUNDAÇÃO TEATRO DEODORO

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Projeto Pedagógico desenvolvido	apresentação/crianças	50	450
Orquestra de Câmara criada	apresentações	20	200
Corpo de Baile criado	apresentações	50	300
Projeto Pedagógico desenvolvido	apresentação/crianças	50	450

EMPRESA ALAGOANA DE TURISMO S/A

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Projeto Implantado	projeto	1	3

Marketing Institucional

EMPRESA ALAGOANA DE TURISMO S/A

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Capacitação sobre controle de qualidade	curso		60
Viabilização do Centro de Convenção feita	%	100	
Sêlo turístico implantado	unid.	1	
Pesquisa realizada	unid.	4	12
Feira Promocional realizada	feira	4	26
Evento realizado	evento	4	12
Material turístico distribuído	unid.	700000	280000
campanha realizada	campanha	3	12

Fomento ao Turismo em Alagoas

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

METAS FÍSICAS POR EIXO ESTRUTURAL

Eixo/Programa/Projeto

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA ESTRUTURA

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Aeroporto ampliado	m ²	50000	50000

EMPRESA ALAGOANA DE TURISMO S/A

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
CLUSTER Econômico	cluster	1	3

Programa de Desenvolvimento Turístico do Estado de Alagoas

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Projeto Viário elaborado	municípios atendidos	6	4
Projeto Saneamento elaborado	municípios atendidos	2	8
Projetos de Resíduos Sólidos elaborados	consórcios municipais	0	2
Projeto Desenvolvimento Institucional	unid.beneficiadas	5	10
Projeto Viário elaborado	municípios atendidos	0	17
Projeto Saneamento elaborado	municípios atendidos	0	17
Projetos de Resíduos Sólidos Elaborados	consórcios municipais	0	3
Projeto Desenvolvimento Institucional	unid.beneficiadas	0	17

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA ESTRUTURA

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Pessoa Atendida	pessoas	118500	24885

Programa de Desenvolvimento Integrado de Recursos Hídricos

Gerenciamento participativo de Recursos Hídricos

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Sist. Est. De gestão de Recursos Hídrico	%	60	40
Órgão criado	órgão	1	0
Instituir o Sist. de Outorga do uso água	%	70	30
Plano elaborado	plano	1	0
Lei Est. Recursos Hídricos regulamentado	%	100	0
Ass.usuários e Comitês de bacias criadas	unid.	5	15
Implantar Sist.Estadual Inf.Rec.Hídricos	%	60	40
Estudos/Projetos desenvolvidos	%	100	0
Implementar Ações do PROÁGUA	%	34	66
Rede Hedrometeorológica ampliada	%	25	75
Rede Pluviométrica modernizada/ampliada	%	40	60
Sist.Inf.Geo.da Rede Hidrometeorológica	%	40	60
Monitorar os Rios e Açudes Públicos	%	25	75
Part.Progr.Moder.Meteor.Hidr.Brasileira	%	25	75
Radar Meteorológico	%	85	15

Recuperação dos Sistemas Lagunares

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

METAS FÍSICAS POR EIXO ESTRUTURAL

Eixo/Programa/Projeto

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Macrozoneamento realizado	%	100	0
Real.Est.Fís.Bio. da Região CELMM	%	50	50
Dragar Áreas dos canais do CELMM	%	100	0
Sistema implantado	%	50	50
Sistema implantado	%	40	60
Incentivar Ações de Educação Ambiental	%	34	66
Pesca Artesanal apoiada	%	50	50
Fiscalização Ambiental apoiada	%	25	75
Plano implementado	%	50	50

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA ESTRUTURA

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Pessoa Atendida	pessoas	100000	50000

Programa de Cadeias Produtivas Competitivas

Cadeia Produtiva do Fumo

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Estudo Elaborado	estudo	1	0
Ação Programada/Implementada	%	0	100

Cadeia Produtiva da Cana

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Estudo Elaborado	estudo	1	0
Ação Programada/Implementada	%	0	100

Cadeia Produtiva da Fruticultura

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Estudo Elaborado	estudo	1	0
Estudo Elaborado	estudo	1	0
Ação Programada/Implementada	%	0	100

Cadeia Produtiva do Turismo

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Estudo Elaborado	estudo	1	0
Ação Programada/Implementada	%	0	100

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

METAS FÍSICAS POR EIXO ESTRUTURAL

Eixo/Programa/Projeto

Cadeia Produtiva da Aqüicultura

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Estudo elaborado	estudo	1	0
Ação programada/implementada	%	0	100

Cadeia Produtiva da Proteína Animal

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Estudo elaborado	estudo	1	0
Ação programada/implementada	%	0	100

Do Ajuste Fiscal

Programa de Reestruturação e Democratização do Estado

Rede Estadual de Informação e Informática.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Pesquisa realizada	unid.	0	19
Publicação editada	unid.	22	69

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Projeto elaborado	projeto	35	
Projeto implantado	projeto	10	25
Rede Informática implantada	unid.	1	
Central de informação implantada	unid.	1	

Modernização da Gestão Administrativa.

SEC. PARA ASSUNTOS DO GABINETE CIVIL

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Legislação consolidada	unid.	1	3

SECRETARIA DE ESTADO DE RECURSOS HUMANOS E ADM PÚBLICA

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Reforma implantada	%	60	40
Plano implantado	%	50	50
Plano implementado	%	70	30
Sistema implantado	unid.	1	3
Folha descentralizada	unid.	1	3
Regime Jurídico Único reform./implantado	unid.	1	3
Concurso realizado	concurso	1	3
Plano elaborado	plano	1	3

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

METAS FÍSICAS POR EIXO ESTRUTURAL

Eixo/Programa/Projeto

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DO DESPORTOS

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Estudo e Projeto elaborados	estudo/projeto	1	0
Programa apoiado	programa	1	3
Sala Aula construída	sala	5	8
Curso realizado	pessoa	1907	7500
Evento realizado	pessoa	1400	5600
Concurso realizado	concurso	1	0
Avaliação realizada	pessoa	2400	7200

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE ALAGOAS

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Projeto implantado	projeto	1	3

Fortalecimento do Sistema de Planejamento Compartilhado.

SECRETARIA DE ESTADO DE RECURSOS HUMANOS E ADM. PÚBLICA

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Unidade de Serviços ao Cidadão implantado	unid.	2	15

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Núcleo implantado	núcleo	8	0
Sistema implantado	unid.	1	0

Projeto Alagoas Comunicação

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
campanha realizada	campanha	50	150
Jornais editados	unid.	55	165

RÁDIO DIFUSORA DE ALAGOAS

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Curso realizado	curso	4	24
Evento realizado	evento	50	165
Programa rádio/produzido	programa	80	240

SERVIÇOS GRÁFICOS DE ALAGOAS

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Sistema Informática implantado	unid.	1	3
Trabalhador treinado	pessoa	100	80
Software adquirido	unid.	1	
Equipamento informática adquirido	unid.	8	12
Software adquirido	unid.	1	3

Programa de Modernização da Fazenda Pública

7 - PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL

METAS FÍSICAS POR EIXO ESTRUTURAL

Eixo/Programa/Projeto

Reestruturação do Aparelho Fiscal do Estado.

SECRETARIA DA FAZENDA

<i>Meta</i>	<i>Medida</i>	<i>2000</i>	<i>2001/2003</i>
Central de informação implantada	unid.	1	
Computador adquirido/instalado	unid.	100	140
Equipamento informática adquirido	unid.	170	220
Servidor treinado	pessoa	1500	1400
Pesquisa realizada	unid.	10	
Órgão/Entidade modernizada	órgão/entidade	1	
Equipamento comunicação adquirido	unid.	20	25
Órgão/Entidade modernizada	órgão/entidade	1	
Empresa cadastrada	empresa	15000	54000
Empresa fiscalizada	empresa	5000	33000
Software adquirido	unid.	10	8
Código de Administração Financeira elaborado	unid.	1	
Campanha educativa realizada	campanha	10	270
Sistemática de recuperação de Receita	unid.	1	
Legislação Tributária reformulada	unid.	1	
Indicadores de Desenvolvimento implantado	%	100	
Sistema Informática implantado	unid.	15	11
Órgão/Entidade modernizada	órgão/entidade	1	

7 - Projetos Setoriais

2000 2001/2003 Total PPA

Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento

Informatização da SEPLANDES

Despesas Correntes	2,00	19,00	21,00
Despesas de Capital	10,00	49,00	59,00
Total	12,00	68,00	80,00

Apoio ao desenvolvimento de ações municipais

Despesas Correntes	100,00	300,00	400,00
Total	100,00	300,00	400,00

Junta Comercial do Estado de Alagoas

Modernização do banco de dados da Junta Comercial

Despesas Correntes	20,00	105,00	125,00
Despesas de Capital	10,00	60,00	70,00
Total do Projeto	30,00	165,00	195,00

Cadastramento e organização de arquivos da Junta Comercial

Despesas Correntes	70,00	210,00	280,00
Total do Projeto	70,00	210,00	280,00

Reequipamento da Junta Comercial

Despesas de Capital	81,00	243,00	324,00
Total do Projeto	81,00	243,00	324,00

Secretaria de Educação e do Desporto

Implantação de Sistema de Informações Gerenciais

Despesas Correntes	767,00	1418,00	2185,00
Despesas de Capital	800,00	2760,00	3560,00
Total do Projeto	1567,00	4178,00	5745,00

Secretaria para Assuntos do Gabinete Civil

Informatização do Órgão

Despesas de Capital	23,00	76,00	99,00
Total do Projeto	23,00	76,00	99,00

Fundação Teatro Deodoro

Reforma e recuperação de prédios e acervos

Despesas Correntes	154,00	562,00	716,00
Despesas de Capital	140,00	371,00	511,00
Total do Projeto	294,00	933,00	1227,00

Fomento à produção e circulação cultural

Despesas Correntes	153,00	557,00	710,00
Despesas de Capital	65,00	192,00	257,00
Total do Projeto	218,00	749,00	967,00

Informatização do Órgão			
Despesas Correntes	20,00	122,00	142,00
Despesas de Capital	33,00	47,00	80,00
Total do Projeto	53,00	169,00	222,00
Serviço de Engenharia do Estado de Alagoas			
Projetos arquitetônicos			
Despesas de Capital	121,00	398,00	519,00
Total do Projeto	121,00	398,00	519,00
Informatização da empresa			
Despesas de Capital	41,00	146,00	187,00
Total do Projeto	41,00	146,00	187,00
Projeto de reforma e manutenção do prédio sede			
Despesas de Capital	152,00	488,00	640,00
Total do Projeto	152,00	488,00	640,00
Companhia de desenvolvimento Agropecuário			
Implantar banco de dados informatizado			
Despesas de Capital	5,00	60,00	65,00
Total do Projeto	5,00	60,00	65,00
Fundação Estadual de Planejamento Agrícola			
Implantar sistema de acompanhamento e avaliação			
Despesas Correntes	6,00	15,00	21,00
Total do Projeto	6,00	15,00	21,00
Secretaria de Justiça e Cidadania			
Reforma e recuperação do Centro de Reeducação do Menor			
Despesas Correntes	5,00		5,00
Despesas de Capital	750,00	132,00	882,00
Total do Projeto	755,00	132,00	887,00
Construção do Centro de Atendimento Infante-Juvenil			
Despesas Correntes	10,00		10,00
Despesas de Capital	140,00	639,00	779,00
Total do Projeto	150,00	639,00	789,00
Capacitar os Conselhos Tutelares			
Despesas Correntes	29,00	27,00	56,00
Despesas de Capital	25,00	270,00	295,00
Total do Projeto	54,00	297,00	351,00
Informatização do sistema penitenciário			
Despesas Correntes	9,00	6,00	15,00
Despesas de Capital	32,00	60,00	92,00
Total do Projeto	41,00	66,00	107,00

Departamento Estadual de Trânsito

Informatização das atividades do Órgão

Despesas Correntes	12,00	72,00	84,00
Total do Projeto	12,00	72,00	84,00

Ampliação de equipamentos

Despesas de Capital	400,00	1200,00	1600,00
Total do Projeto	400,00	1200,00	1600,00

Construção de prédios de CIRETRANS

Despesas de Capital	780,00	780,00	1560,00
Total do Projeto	780,00	780,00	1560,00

Obras de reformas e instalações físicas na sede

Despesas de Capital	3000,00	2000,00	5000,00
Total do Projeto	3000,00	2000,00	5000,00

Secretaria de Recursos Humanos e Administração Pública

Informatização da Diretoria Central de Documentação

Despesas Correntes	3,00	338,00	341,00
Despesas de Capital		23,00	23,00
Total do Projeto	3,00	361,00	364,00

Expansão das ações da Diretoria de Desenvolvimento de R.H.

Despesas Correntes	6,00	52,00	58,00
Despesas de Capital		15,00	15,00
Total do Projeto	6,00	67,00	73,00

Descentralização da folha de pagamento do Estado

Despesas Correntes	3,00		3,00
Total do Projeto	3,00		3,00

Procuradoria Geral do Estado

Implantar Sistema de Informações Jurídicas

Despesas Correntes	9,00	30,00	39,00
Despesas de Capital	2,00	7,00	9,00
Total do Projeto	11,00	37,00	48,00

Reorganização da biblioteca

Despesas Correntes	8,00	26,00	34,00
Despesas de Capital	3,00	9,00	12,00
Total do Projeto	11,00	35,00	46,00

Fundação Governador Lamenha Filho

Tratamento do lixo hospitalar

Despesas de Capital	6,00	60,00	66,00
Total do Projeto	6,00	60,00	66,00

Fundação Universidade Estadual de Alagoas

Informatização do Complexo Administrativo e das Unidades

Despesas Correntes	5,00	45,00	50,00
Despesas de Capital	8,00	144,00	152,00
Total do Projeto	13,00	189,00	202,00

Reorganização da Biblioteca Central

Despesas de Capital	300,00	900,00	1200,00
Total do Projeto	300,00	900,00	1200,00

Reforma, ampliação e construção do Campus I, sede da Faculdade de Formação de Professores (Extensão Palmeira dos Índios)

Despesas Correntes	16,00	48,00	64,00
Despesas de Capital	24,00	72,00	96,00
Total do Projeto	40,00	120,00	160,00

Instalação do Laboratório da ESSER / Santana do Ipanema

Despesas Correntes	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-
Total do Projeto	-	-	-

Secretaria de Comunicação Social

Informatização do Órgão

Despesas de Capital	10,00	33,00	43,00
Total do Projeto	10,00	33,00	43,00

Departamento de Estradas de Rodagem

Construção e melhorias em edifícios públicos

Despesas de Capital	38,00		38,00
Total do Projeto	38,00		38,00

Ampliação de equipamentos

Despesas de Capital	205,00		205,00
Total do Projeto	205,00		205,00

Construção e melhoramentos de aeródromos

Despesas de Capital	85,00		85,00
Total do Projeto	85,00		85,00

Obras de arte especiais

Despesas de Capital	65,00		65,00
Total do Projeto	65,00		65,00

Secretaria de Estado da Cultura

Apoio às Organizações não Governamentais

Despesas de Capital	-		-
Total do Projeto	-		-

Projetos Setoriais - Metas Físicas

Órgão	Descrição	Und	2000	2001/2003	Total
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento					
Apoio ao desenvolvimento de ações municipais	Acompanhamento realizado	percentual	25,00	75,00	100,00
Informatização da SEPLANDES	Equipamento/material permanente adquirido	unid	5,00	9,00	14,00
Junta Comercial do Estado de Alagoas					
Modernização do banco de dados da Junta Comercial	Central de informação implantada	unid	1,00		1,00
Cadastramento e organização de arquivos da Junta Comercial	Arquivo modernizado	unid	40,00	70,00	110,00
Reequipamento da Junta Comercial	Equipamento de informática adquirido	unid	10,00	30,00	40,00
	Equipamento mobiliário adquirido	unid	10,00	20,00	30,00
	Equipamento/material permanente adquirido	unid	15,00	15,00	30,00
Secretaria de Educação e do Desporto					
Implantação de Sistema de Informações Gerenciais	Computador adquirido/instalado	unid	650,00	1234,00	1884,00
	Equipamento de informática adquirido	unid	1055,00	1582,00	2637,00
	Projeto de engenharia elaborado	projeto	10,00	6,00	16,00
	Projeto implantado	projeto	156,00	300,00	456,00
Secretaria para Assuntos do Gabinete Civil					
Informatização do Órgão	Órgão informatizado	órgão	1,00		1,00
Fundação Teatro Deodoro					
Reforma e recuperação de prédios e acervos	Teatro recuperado/reformado	unid	1,00		1,00
Fomento a produção e circulação cultural	Atividade cultural assistida	evento	100,00	350,00	450,00
Informatização do Órgão	Órgão informatizado	órgão	1,00		1,00
Serviços de Engenharia do Estado de Alagoas					
Projetos arquitetônicos	Projeto elaborados			projeto	240,00
	Informatização da empresa	Equipamento/material permanente adquirido	unid	25,00	55,00
	Computador adquirido/instalado	unid	10,00	30,00	40,00
	Equipamento/material permanente adquirido	unid	15,00	40,00	55,00
Projeto de reforma e manutenção do prédio sede	Prédio Recuperado/Reformado	m2	200,00	600,00	800,00
Companhia de Desenvolvimento Agropecuário de Alagoas					
Implantar banco de dados informatizado	Sistema de informação implantado	unid	1,00	0,00	1,00
Fund. Estadual de Planejamento Agrícola					
Implantar sistema de acompanhamento e avaliação	Indicador econômico-social processado	documento	50,00	50,00	100,00
	Pesquisa realizada	unid	1,00		1,00
	Sistema de informação implantado	unid	1,00		1,00
Secretaria de Justiça e Cidadania					
Reforma e recuperação do Centro de Reeducação do Menor	Prédio construído	unid	1,00		1,00
Construção do Centro de Atendimento Infante-Juvenil	Prédio construído	unid	1,00		1,00
Capacitação dos Cons. Tutelares-Acompanhamento realizados	Curso realizado	curso	6,00	19,00	25,00
	Equipamento/material permanente adquirido	unid	10,00	73,00	83,00
Informatização do sistema penitenciário	Sistema penitenciário informatizado	unid	1,00		1,00
Departamento Estadual de Transito					
Informatização das atividades	Software adquirido	unid	2,00	6,00	8,00

Ampliação de equipamentos	Computador adquirido/instalado	unid	40,00	100,00	140,00
	Veículo adquirido	unid	15,00	35,00	50,00
	Veículo leve adquirido	unid	10,00	30,00	40,00
Construção de prédios de CIRETRANS	CIRETRAN construída	unid	5,00	8,00	13,00
Obras de reformas e instalações físicas na sede	Prédio Recuperado/Reformado	unid	1,00		1,00
Secretaria de Recursos Humanos e Administração					
Informatização da Diretoria Central de Documentação	Órgão informatizado	órgão	1,00		1,00
Descentralização da folha de pagamento do Estado	Sistema de informação implantado	unid	1,00		1,00
Expansão das ações da Diretoria de Desenvolvimento de R.H.	Órgão / Entidade modernizada	órgão	1,00		1,00
Procuradoria Geral do Estado					
Implantar Sistema de Informações Jurídicas	Sistema implantado	unid	1,00		1,00
Reorganização da biblioteca	Biblioteca mantida	unid	1,00		1,00
Fundação Governador Lamenha Filho					
Tratamento do lixo hospitalar	Incinerador de lixo adquirido	unid	1,00	2,00	3,00
Fund. Universidade Estadual de Alagoas					
Informatização do Complexo Adm. e das Unidades mantidas	Equipamento de informática adquirido	unid	24,00	72,00	96,00
Construção da Unidade FFPA em Palmeira dos Índios	Sede / unidade regional construída	unid	1,00		1,00
Capacitação e treinamento de Recursos Humanos	Curso realizado	curso	12,00	36,00	48,00
Reorganização da Biblioteca Central	Livro adquirido	unid	3000,00	9000,00	12000,00
Reforma e ampliação do Campus I	Sala de aula construída	unid	96,00	288,00	384,00
Secretaria de Comunicação Social					
Informatização do Órgão	Órgão informatizado	órgão	1,00		1,00
Departamento de Estradas de Rodagem					
Construção e melhoramentos de edifícios públicos	Edifício público recuperado	unid	8,00	12,00	20,00
Ampliação de equipamentos	Equipamento/material permanente adquirido	unid	100	200	300
Construção e melhoramento de aeroportos	Aeroporto construído/reformado	unid	3	5	8
Obras de arte especiais	Ponte construída			m	1000

7-PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL AÇÕES DE ARTICULAÇÃO E DE GESTÃO

- . Gestão para a Implantação da Usina Termoelétrica;
- . Gestão para a Implantação da Usina de Processamento de Gás Natural-UPGN;
- . Gestão para ampliação do micro crédito com a utilização do Fundo de Aval;
 - . Promover parcerias entre as diversas Instituições de Pesquisa;
- . Incentivar a Iniciativa Privada para construção de Parques Temáticos;
- . Implementar parcerias com Organizações Internacionais para garantir a implantação de projetos que visem a geração de emprego e renda;
- . Incentivar a criação de micro empresas e cooperativas;
- . Fomentar a criação e capacitação das Comissões Municipais de Trabalho;
- . Sensibilizar a classe empresarial para absorção do jovem ao primeiro emprego;
- . Incentivar a criação de Cooperativa de Trabalho;
- . Articular as Instituições que fomentam emprego e renda para unificar ações;
- . Incentivar consórcios municipais para criar Fundo Mantenedor de Hospitais;
- . Implementar gestões para definição de Políticas de Preço Mínimo;
- . Articular os Municípios para a Formação de Consórcios;
- . Incentivar a Criação de Conselhos.

8 - GESTÃO COMPARTILHADA

8.1 - Gestão do Plano

Para passarmos da fase de "Organização da Fantasia" para a das realizações, é preciso implementar e gerenciar as ações nele previstas.

O modelo proposto, de natureza democrática, prevê a participação dos diversos atores sociais através das suas instâncias representativas, na implantação, execução e acompanhamento do plano.

Para o gerenciamento dos Programas Estruturantes e Projetos Estratégicos contidos no plano, será adotada a Gerência por Projeto na Administração Pública - GEPAP, um moderno conceito de gestão baseada na filosofia do "Portfólio de Projetos". Isto é, os de uma organização matricial, onde temos no eixo horizontal os Órgãos de Governo envolvidos, com a definição clara de suas responsabilidades e atribuições. Cada Programa e Projeto terá um gerente responsável(Quadro 8.1)

8.2 - Monitoramento e Avaliação do Plano

Paralelo à elaboração do plano será desenvolvido o software de monitoria e avaliação, ferramenta gerencial que será disponibilizada a todos os envolvidos no processo de execução e tomada de decisão

O sistema de monitoria e avaliação, em complemento ao GEPAP, objetiva produzir, de forma contínua, a informação necessária para análise de desempenho do plano nos seus diversos níveis de desdobramento. A monitoria centrará suas observações sobre o comportamento dos insumos e produtos - execução das ações; a avaliação se concentrará na análise de efeitos e impactos do plano - resultados para a sociedade. Enquanto a monitoria proporá corretivos sobre a marcha da execução das ações do plano, a avaliação poderá chegar a recomendar alteração e/ou redesenho dos próprios Programas Estruturantes e Projetos Estratégicos.

MATRIZ DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Eixo: DO AJUSTE SOCIAL

PROGRAMA ESTRUTURANTE	PROJETO ESTRATÉGICO	ÓRGÃO PARTICIPANTES																						
		SERVEAL	SED	SETAS	SEINFRA	SENPLANDES	SEJUC	SSP	LIFAL	CASAL	SGC	SEAGRI	DER	IMA	PMAL	CBM	DETRAN	ITEAL	FUNESA	SECOM	EMATUR	ITEAL	SESAU	
1. PROGRAMA DE ATENÇÃO AO CIDADÃO	1.1 Democratização do Acesso à Educação		*	⊙														⊙	⊙	◆	◆		⊙	
	1.2 Geração de Emprego e Renda		◆	*		◆				⊙	⊙							◆		◆	◆		◆	
	1.3 Segurança Alimentar e Nutricional		◆	⊙	⊙	◆	◆			◆		⊙		◆										*
	1.4 Redução das Principais Causas de Morbimortalidade		◆	◆		◆	◆		⊙	◆		◆	◆		⊙		◆				◆		*	◆
	1.5 Segurança Interativo/Comunitário		◆	◆		◆	⊙	*		◆		◆	◆		⊙						◆		◆	◆
	1.6 Prevenção e Combate às Situações de Risco e Emergência		◆			◆	◆		◆	◆		◆	⊙	◆	◆	*	⊙	◆			◆		◆	◆
2. PROGRAMA DE CONSTRUÇÃO DO ESTADO SAUDÁVEL	2.1 Desenvolvimento Habitacional Urbano	◆	◆		*		◆			◆			◆						◆			◆	◆	
	2.2 Projeto Infra-estrutura	◆	◆		*	⊙			⊙				◆									◆	⊙	
	2.3 Projeto Meio Ambiente					◆					◆		*								◆		⊙	
	2.4 Desenvolvimento de Comunidade, Cidades e Municípios Saudáveis		◆			◆											◆				◆		*	

Legenda:

- * ÓRGÃO RESPONSÁVEL
- ⊙ ÓRGÃO EM AÇÕES
- ◆ DEMAIS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

Quadro 3

MATRIZ DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Eixo: INDUTOR REGULADOR

PROGRAMA ESTRUTURANTE	PROJETO ESTRATÉGICO	ÓRGÃO PARTICIPANTES																			
		SEAGRI	SEINFRA	EMATER	FCEPA	EPEAL	COMAG	DER	ITERAL	FAPEAL	SEPLANDES	CASAL	IMA	CODEAL	ALGAS	EMATER	SECULT	FUNTED	PGE	SEFAZ	
1. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	1.7 Desenvolvimento Agrícola Integrado	*	⊙	⊙	⊙	⊙	⊙	⊙	◆	◆	◆	◆	◆							◆	
	1.8 Projeto Fundiário	*																			
	1.9 Programa de Desenvolvimento Rural de Combate a Pobreza em Alagoas - PRODERAL	*	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆			◆							
	1.10 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF	*	◆	◆	⊙	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆								
	1.11 Programa de Desenvolvimento Sustentável do semi-árido Alagoano	◆	⊙	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	*	⊙	⊙							
	1.12 Desenvolvimento Científico e Tecnológico.	◆		◆		⊙					*	⊙	◆	◆							
2. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	2.1 Promoção do Conhecimento Científico e Tecnológico									◆	*	◆	◆	◆							
	2.2 Atração de Novas Investimentos Industriais									◆	*	◆	⊙	◆			◆	◆			
	2.3 Recuperação e Implantação da infraestrutura do Estado		*					⊙		◆	◆	⊙	◆	⊙							
	2.4 Projeto de Proteção Ambiental.			◆	◆	◆				◆	◆	◆	*	◆	◆						

Legenda:

- * ÓRGÃO RESPONSÁVEL
- ⊙ ÓRGÃO EM AÇÕES
- ◆ DEMAIS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

Quadro 3

MATRIZ DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Eixo: INDUTOR REGULADOR (continuação)

PROGRAMA ESTRUTURANTE	PROJETO ESTRATÉGICO	ÓRGÃO PARTICIPANTES																	
		SEAGRI	SEINFRA	EMATER	FCEPA	EPEAL	COMAG	DER	ITERAL	FAPEAL	SEPLANDES	CASAL	IMA	CODEAL	ALGAS	EMATUR	SECULT	FUNTED	SECOM
3. PROGRAMA DE TURISMO SUSTENTÁVEL	3.1 Municipalização das Ações do Turismo, Cultura e Meio Ambiente 3.2 Desenvolvimento, valorização e Preservação do Patrimônio Histórico/Artístico e Cultural. 3.3 Marketing Institucional 3.4 Fomento ao Turismo em Alagoas 3.5 Desenvolvimento Turístico do Estado de Alagoas – PRODETUR/AL		⊙								◆		⊙			★	⊙		
4. PROGRAMA DE SENVOLVIMENTO INTEGRADO DE RECURSOS HÍDRICOS	4.1 Gerenciamento Participativo de Recursos Hídricos 4.2 Recuperação dos Sistemas Lagunares	◆	⊙								★		⊙	◆					
5. PROGRAMA REGIONAL DE CADEIAS PRODUTIVAS COMPETITIVAS	5.1 Cadeia Produtiva do Fumo 5.2 Cadeia Produtiva da Cana 5.3 Cadeia Produtiva da Fruticultura 5.4 Cadeia Produtiva do Turismo 5.5 Cadeia Produtiva da Agricultura 5.6 Cadeia Produtiva da Proteína Animal	⊙	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	⊙	★		◆	◆			⊙		
		⊙	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	⊙	★		◆	◆					
		⊙	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	⊙	★		◆	◆					
		⊙	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	⊙	★		◆	◆					

Quadro 3

MATRIZ DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Eixo: DO AJUSTE FISCAL

PROGRAMA ESTRUTURANTE	PROJETO ESTRATÉGICO	ÓRGÃO PARTICIPANTES															
		FIPLAN/IPD	SEPLANDES	SERHAD	SGC	IPASEAL	SECOM	SERGASA	RDA	SEFAZ	PGE	FAPEAL	SEJUC				
1. PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DO ESTADO	1.13 Rede de Informação e Informática 1.14 Modernização da Gestão Administração 1.15 Fortalecimento do Sistema de Planejamento Compartilhado 1.16 Projeto Alagoas Comunicação	*	⊙														
		◆	*	⊙													
			◆				*	⊙	⊙								
2. PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA	2.1 Reestruturação do Aparelho Fiscal do Estado	◆	◆							*							

Legenda:

- * ÓRGÃO RESPONSÁVEL
- ⊙ ÓRGÃO EM AÇÕES
- ◆ DEMAIS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

Quadro 2

SECRETARIAS DE ESTADO E ÓRGÃOS VINCULADOS

- **GABINETE DO GOVERNADOR**
 - FUNDAÇÃO GOVERNADOR LAMENHA FILHO - FUNGLAF
 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS - FUNESA
 - EMPRESA ALAGOANA DE TURISMO- EMATUR/AL

- **SECRETARIA DE AGRICULTURA E IRRIGAÇÃO**
 - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER
 - FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA - FCEPA
 - EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DE ALAGOAS S/A - EPEAL
 - INSTITUTO DE TERRAS DE ALAGOAS - ITERAL
 - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE ALAGOAS - COMAG

- **SECRETARIA DE ESTADO DE REC. HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**
 - INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE ALAGOAS - IPASEAL

- **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DO DESPORTO**
 - INSTITUTO E TECNOLOGIA EDUCACIONAL DO ESTADO DE ALAGOAS -ITEAL
 - FUNDAÇÃO ALAGOANA DE PROMOÇÕES ESPORTIVAS - FAPE

- **SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO**
 - FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DE ALAGOAS - FIPLAN
 - INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE - IMA
 - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE ALAGOAS - CODEAL

- **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**
 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE E SERVIÇO SOCIAL - FUSAL

- **SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA**
 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN

- **SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**
 - RÁDIO DIFUSORA DE ALAGOAS
 - SERVIÇOS GRÁFICOS DE ALAGOAS S/A - SERGASA

- **SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA**
 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE ALAGOAS - DER/AL
 - SERVIÇOS DE ENGENHARIA DO ESTADO DE ALAGOAS S/A - SERVEAL
 - COMPANHIA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO DO ESTADO DE ALAGOAS - CASAL
 - COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DO ESTADO DE ALAGOAS - COHAB/AL
 - COMPANHIA DE GÁS DE ALAGOAS S/A - ALGÁS

- **SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA**
 - FUNDAÇÃO TEATRO DEODORO - FUNTED

Relação dos Participantes

NÚCLEO MATRIZ DE PLANEJAMENTO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO - SEPLANDES
SECRETÁRIO LUÍS ABÍLIO DE SOUSA NETO
SECRETÁRIO ADJUNTO RICARDO VIEIRA
SECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE JAN/JULHO/99 DELZA LEITE GÓIS GITAI
EQUIPE DO GRUPO MATRIZ
COORDENAÇÃO JOSÉ CÂNDIDO DO NASCIMENTO SOLANGE ALBUQUERQUE VIÉGAS
EQUIPE TÉCNICA
EIXO DO AJUSTE SOCIAL EVELYNE MASTRIANI FABIANA RODRIGUES CASTELO BRANCO MÁRCIA MARIA FERRO GOMES MARIA DE FÁTIMA COUTINHO MARIA HELENA SILVA DE BARROS LIMA MARIA LEONICE DE MEDEIROS CARLOS PAULO SAMPAIO DE ARAÚJO FILHO SOLANGE S. GALVÃO VANDITE AGUIAR
EIXO INDUTOR REGULADOR ADELMO MOTA MENDONÇA ELIZABETH CARDOSO LIMA RAIMUNDA FÁTIMA L. TAVARES ILMO WANDERLEY GALLINDO ROSÂNGELA MARIA DE MELO MY SÉRGIO ROBERTO BRAGA NETO TELMA TENÓRIO BEZERRA VILMA LÚCIA TENÓRIO CAVALCANTE
EIXO DO AJUSTE FISCAL CÍCERA DINALVA MATOS DANTAS EDJANE LESSA DOS S. PRAXEDES MARIA CÉLIA DE ROSSITER COSTA YARA CORREIA REBELO GONÇALVES
INFORMÁTICA MARCELO SANTANA COSTA RAUL PINTO PAES VERA LÚCIA ALVES CAVALCANTE NEREIDA VIANA RABELO
SUPORTE OPERACIONAL ALDA LÚCIA SOARES BARBALHO EDCLÉA LEOCÁDIO SUELY PROTÁSIO
CONSULTORIA: CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS LATINO AMERICANOS - CEBELA CARLOS AQUILES JOSÉ CARLOS IGLESIAS <i>Consultores:</i> ALBA CORREIA EDMILSON CORREIA VERAS OSVALDO VIÉGAS REGINA COELLI C. MARQUES VANISE PIMENTEL
CONSULTORIA CONTRATADO PELO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID <i>Consultor:</i> PAULO ROBERTO HADDAD

**NÚCLEOS SETORIAIS DE PLANEJAMENTO
AJUSTE SOCIAL**

ANA LÚCIA COSTA BRAGA	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CARLOS MOLITERNO	
CATARINA FARIAS	
CIDA SANTOS	
ELIANE	
ESPERON DE E. COSTA	
GEYNE L. F. PACHECO	
GILDA TORRES BERNARDO	
ISIS ANTUNES	
JOSEFINA	
MARIA CÉLIA SOARES TEIXEIRA	
MARIA DE FÁTIMA DA F. MARINHO	
MARIA NANSI C. DE LUCENA	
MARTHA DE ALENCAR SARMENTO	
NELMA CALHEIROS	
RISETE N. DE MAGALHÃES	
SUELI FERRAZ	
TEREZA PORTO	
VERÔNICA LIRA	
VITÓRIA DORTA	
YARA DE A. CAVALCANTE	
ESPERON R. COSTA	FUND. ALAGOANA DE PROMOÇÃO ESPORTIVA
SEGISMUNDO CERQUEIRA	PEAE - Alimentação do escolar
MANOEL AUGUSTO DE AZEVEDO	FUNDAÇÃO UNIV. ESTADUAL DE ALAGOAS
SEVERINO B. LEÃO	
SÔNIA REGINA L. MONTEIRO	
CARLOS ROBERTO DE MELO	INST. DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL DO EST. DE AL.
GILBERTO IRINEU	
DINALVA BEZERRA ROCHA	ESCOLA DE CIÊNCIAS MÉDICAS
CLAUDEMILSON OLIVEIRA	FUNDAÇÃO LAMENHA FILHO
ELCE AMORIM FERREIRA MORAES	
MARIA JOSÉ LACERDA	
PAULO SÉRGIO MOREIRA	
ADONAI SEIXAS	COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE ALAGOAS
FÁTIMA	
JOSÉ GOMES FILHO	
ANA LAURA S. P. DE MEDEIROS	SECRETARIA DE SAÚDE
CECÍLIA	
EDSON KAKU	
ELBA S. VASCONCELOS	
EVELINY MASTRIANNI	
FRANCISCO MAMEDE LIMA	
FRANCISCO RENÊ L. GONDIM	
GENES DARLES LUNA	
GLÁUCIA NUVIS	
ISABEL TOLEDO	
JÚLIA F. TENÓRIO LEVINO	

**NÚCLEOS SETORIAIS DE PLANEJAMENTO
AJUSTE SOCIAL**

LUCILENE BARBOSA ABREU	SECRETARIA DE SAÚDE
MARIA BETÂNIA CAMERINO	
MARIA JOSÉ DE CARVALHO	
PIE DADE	
ROSA MARIA SAMPAIO MELO	
SILVANA MATOS	
SOCORRO TENÓRIO	
SÔNIA CAVALCANTI	
SÔNIA MOURA	
TÂNIA MARIA	
CARLOS EUGÊNIO	UNIDADE DE EMERG. DR. ARMANDO LAGES
RAFAEL MOTA	
VALDEREZ FERREIRA DOS REIS	
EDMIRSON ALBUQUERQUE	LABORATÓRIO IND. FARMACÊUTICO DE ALAGOAS
ISABEL TOLEDO	SESAU
ALICE	SECRETARIA DE SAÚDE (DISAU)
MARIA AUXILIADORA DE LIMA L. MAIA	SECRETARIA DE SAÚDE (NUPES)
ADRIANO M. DE SOUTO	SECRETARIA DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
AYDÊE	
BENNÍCIO S. BRANDÃO	
DÉBORA MATOS	
DERIVALDA	
GILDETE SOUZA DE MEDEIROS	
HELOÍSA MARIA	
JUDINETE	
LUIZ CARLOS PETRY	
MARIA EDVÂNIA	
MARINITA ARAÚJO	
MARTA MARISA	
TERESA	
SAMIRA BASTOS	SECRETARIA DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL/SINE
LENICE	SECRETARIA DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL/SINE
JOÃO DE OLIVEIRA	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
VANDERI FERREIRA DE L. JÚNIOR	
DANIEL DA ROCHA	POLÍCIA MILITAR/AL
ROMILDO SANTANA DOS SANTOS	
EDMILSON CORREIA DOS SANTOS	CASA MILITAR
EDVALDO SANTOS	
JOSÉ ADEIRTON DA CRUZ	SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA
MARIA DAS DORES G. CERQUEIRA	
MARIA DAS GRAÇAS BEZERRA	
JOSÉ ALBERTO S. JÚNIOR	CORPO DE BOMBEIROS
GLÁUCIO LUIS DO E. S. ALCÂNTARA	
JOSÉ ALBERTO DOS SANTOS JR.	
JORGE BRIZENO	CIA. DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA
RICARDO VIEIRA	

**NÚCLEOS SETORIAIS DE PLANEJAMENTO
AJUSTE INDUTOR REGULADOR**

ALZIRA MECIA	SECRETARIA DE AGRICULTURA
MARCOS UCHÔA	
SONIVALDO FERNANDES DE ALMEIDA	
JOSÉ ANTÔNIO	FUNDAÇÃO EST. DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA
MARCOS A FEITOSA ALVES	
MARIA YVONE LOUREIRO RIBEIRO	
REINALDO SALES DOS SANTOS	
RITA DE CássIA FERREIRA LIMA	EMPRESA DE ASSIT. TÉCNICA E EXT. RURAL
MARIO ALBERTO	
ANTÔNIO ALBERTO DE ALENCAR	EMPRESA DE PESQ. AGROP. DO ESTADO DE AL.
EFREM LYRA	
FERNANDO GOMES	
MARCOS A FEITOSA ALVES	CIA. DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO
NADEGE AMÁLIA DO NASCIMENTO	
ANTÔNIO VALERIANO P. DOS SANTOS	SEPLANDES/CDCT
RÔMULO DE ARAÚJO	
SANDRA CAVALCANTE DIAS	
ANA CATARINA PIRES LOPES	SEPLANDES/UEE-RH
JOSÉ TEODORICO DE A FILHO	
MURILO L. MARINHO	
PEDRO P. ROCHA NETO	SERVIÇOS DE ENGENHARIA DO ESTADO DE ALAGOAS
ROBERTO CANAVARRO	
ROSÂNGELA MACIEL	
WILMA D. FORTES	
JOSÉ ALDO DA SILVA	INSTITUTO DE TERRAS DE ALAGOAS
CESAR HOLANDA COSTA	
RICARDO JOSÉ LESSA RAMOS	
LUCIANA SARMENTO	INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE
MERALDO ROCHA	SECRETARIA DE TURISMO
JACQUELINE FREIRE CAVALCANTI	SECRETARIA DE CULTURA
JÚLIA TAVARES	
MÁRIO PINTO	
RANILSON FRANÇA DE SOUSA	
VALDJA BRANDÃO MAYA DE OMENA	
VILMA NÓBREGA	
MANOEL MESSIAS CALDEIRA DE SOUZA	ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS
ELIAS PASSOS TENÓRIO	MUSEU DE ARTES SACRAS DE M. DEODORO
CARMEM P. RAMOS	FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQ. DE ALAGOAS
JOSÉ ELIAS CASADO GONÇALVES	
ÂNGELA MONTEIRO	GÁS DE ALAGOAS S.A
CLEONILSON ALVES	FUNDAÇÃO TEATRO DEODORO
EDMUNDO ACCIOLY	SEPLANDES
NADJA MARTINS LESSA	
GERSON GONÇALVES	AFAL
LÚCIA ROMEIRO	EMPRESA ALAGOANA DE TURISMO
ROSÂNGELA VILELA	
DAVID LEMOS	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
JOSÉ GONZAGA SILVA	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
CARLOS ANDRÉ	
FERNANDO PINHEIRO	AGÊNCIA DE FOMENTO
RONALDO LISBOA DA SILVA	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM
JAMILSON L. CASTRO	
MARIA DE FÁTIMA	COMPANHIA DE HABITAÇÃO POP. DE ALAGOAS
ADONAI SEIXAS	
EDSON CARLOS	CODEAL
BENEDITA	CODEAL
JOSÉ GOMES	COHAB

**NÚCLEOS SETORIAIS DE PLANEJAMENTO
AJUSTE FISCAL**

EDMUNDO CALHEIROS JÚNIOR	SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS E ADM./APO
MARIA LÚCIA GOMES CALHEIROS	
MARCELO MALTA	
RODRIGO	
SIMONE	
MARIA LÚCIA GOMES CALHEIROS	
DAMASCO MEDEIROS	SERVIÇOS GRÁFICOS DE ALAGOAS
ZUILSOM DE OLIVEIRA	
RUBEN LOUREIRO	GABINETE CIVIL
ILMA CARVALHO	
MARIA DE FÁTIMA SARMENTO COSTA	
IRENE	INSTIT. DE PREVID. E ASSIT. DOS SERV. DO EST. DE AL
JOÃO LIMA GUIMARÃES NETO	
MARIA DE FÁTIMA L. PEIXOTO	
ROSEANE PORTO FARIAS	
SOCORRO LIMA	
VERÔNICA	
ALCIDES JOSÉ DE OMENA NETO	SECRETARIA DA FAZENDA
PEDRO	
ALOISIO FERREIRA COSTA	
GILMA DE O CARVALHO	SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO
IVANKSUEL AMORIM	RÁDIO DIFUSORA DE ALAGOAS
JEOVANES DE OLIVEIRA SILVA	AUDITORIA GERAL
MÁRCIA S. COSTA CORREIA	
RAUL PAES	
RUY CORREA	FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO/IPD
SAADIA MARIA	
ELISABETH CARDOSO	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
CÉLIA COSTA	
GILDA SANTANA DE SOUZA T. DA ROCHA	
GEORGINA AMÁLIA	
JOSÉ CÂNDIDO DO NASCIMENTO	
MARIA HELENA BARROS	
SOLANGE VIÉGAS	
YARA REBELO	
VILMA TENÓRIO	

**NÚCLEOS REGIONAIS DE PLANEJAMENTO
REGIÃO DO AGRESTE
(ARAPIRACA)**

Nome	Instituição
ANTÔNIO NUNES DE LIMA	PRESIDENTE CONS. DE DES. RURAL
ANTÔNIO NUNES VIEIRA	ASSOCIAÇÃO DO AGRESTE
BENEDITO P. DA SILVA	SEC. ADMINISTRAÇÃO COITÉ DO NÓIA-AL
BENTO LUÍS	SIND. DOS TRAB. RURAIS
CARLOS R. DE ARAÚJO	CHEFE GAB. DA EDUCAÇÃO
CÍCERO PORTO DA SILVA	SEC. MUN. DE ASSIST. SOCIAL
CLÁUDIO BARBOSA G. SILVA	ITERAL-ARAPIRACA
ELINEIDE BARBOSA LÚCIO	COMITÊ DO BANCO DO NORDESTE
ELOÍSIO B. LOPES	ASSESSOR DO PREF. CAMPO GRANDE-AL
ERASMO S. DE ARAÚJO	DIR. ACADÊMICO DA FUNESA
ERONILDES F. DOS SANTOS	PRES. DO PT DE LAGOA DA CANOA-AL
FRANCISCA N. DOS SANTOS	SIND. TRAB. RURAIS
GERALDO VITÓRIA TELES	SIND. TRAB. RURAIS
GRACIENE B.M. SILVA	CONS. TUTELAR CRAÍBAS-AL
JOÃO DOS SANTOS	PRESID. DO SIND. TRAB. RURAIS
JOÃO PEREIRA DOS SANTOS	COOPERAL ARAPIRACA-AL
JOSÉ BÓIA	SEC. AGRICULTURA
JOSÉ JÚLIO DE ALMEIDA FILHO	SECRETÁRIO DE AGRIC. ARAPIRACA-AL
JOSÉ NEILTON S. ARAÚJO	SECRETÁRIO DA AGRICULTURA
JURACILENE RAMOS DE OLIVEIRA	SINTEAL ARAPIRACA-AL
Mª ANTONIETA DE C. BARROS	BANCO DO NORDESTE
MARIA DAMASCENO	REP. ASSOC. MORADORES (FACOMAR)
OSVALDO S. NOVAES	COHAB
PAULO SANTOS	BANCO DO NORDESTE
PE. ALDO DE MELO BRANDÃO	CONCATEDRAL DE ARAPIRACA-AL
PE. EDILSON DUARTE	PARÓQUIA DE SÃO JOSÉ
SEVERINO DE O. NUNES	EMPRESA DE ASSIST. TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL
SÔNIA REGINA L. MONTEIRO	FUNDAÇÃO UNIV. ESTADUAL DE ALAGOAS
VALDENICE DOS SANTOS	BANCO DO NORDESTE

**NÚCLEOS REGIONAIS DE PLANEJAMENTO
REGIÃO DO AGRESTE****(ARAPIRACA)**

Nome	Instituição
ADILSON DE ALMEIDA	VEREADOR 1ª SECRETARIA
ANSELMO BATISTA	ASSOC. DOS MORADORES
ANTÔNIO ALVES DA SILVA	SIND. DE TRAB. RURAIS
ARIOSVALDO PIRES	DIR. PRESID. TROPICAL FM
ARY DE LIMA MAGALHÃES	SIND. TRAB. DE CRAÍBAS-AL
BENEDITO GALDINO DA SILVA	SIND. TRAB. RURAIS
DIÓGENES AMÉLIO	FAMOAL-CONAM
EDIEL BARBOSA LIMA	PREF. MUNICIPAL
ELIAS BARBOSA	PRES. DO PRN
ELOÍSIO BARBOSA LOPES	ASSOC. DO AGRESTE
ERASMO VIEIRA DOS SANTOS	COMITÊ DO BANCO DO NORDESTE
ÉRICA LOUISE	CLUBE DOS DIRETORES LOJISTAS
EVERALDO INÁCIO	VICE-PREFEITO DO COITÉ DO NÓIA
GILBERTO LUIS DE ALCÂNTARA	VEREADOR
GIVANILDO O.DA SILVA	ASSOC. DE PEQUENOS PRODUTORES
JOSÉ FRANCISCO DE OLIVEIRA	ASSOC. AGRESTE
JOSÉ GENILVO DO NASCIMENTO	VEREADOR
JOSÉ WILLI PEDROZA	ASSOC. AGRESTE
JOSEFA SOARES DOS SANTOS	CONS. TUTELAR
LEINE RODRIGUES	SEC. DE SAÚDE
LUIS CAVALCANTE TAVARES	EMPRESA DE ASSIT. TÉCNICA E EXT. RURAL
MÁRCIA MARIA ROCHA LOPES	ASSES. SEC. MUN. DE SAÚDE
MARCO ANTÔNIO GOMES	GTAE
MARIA CÉLIA DA SILVA MENEZES	ASSOC. DAS MULHERES
MARIA JULIA PEROBA DA SILVA	VEREADORA
OTÁVIO LEÃO PRAXEDES	JUIZ DO FÓRUM DE ARAPIRACA
RENALVO ROSA	EMATER/PREF. GIRAU DO PONCIANO
WELLINGTON MIRANDA	
WILTON MALTA	SIND. DO COMÉRCIO VAREJISTA

**NÚCLEOS REGIONAIS DE PLANEJAMENTO
REGIÃO DO AGRESTE
(ARAPIRACA)**

Nome	Instituição
ALAY CORREIA DE AMORIM	REPRESENTANTE POLÍTICO
ALMIR SOARES JUNIOR	COMERCIANTE
ÁLVARO BEZERRA DE MELLO	SEC. TRAB. E AÇÃO SOCIAL
ANTÔNIO FERREIRA LINS	AGRICULTOR-GIRAU DO PONCIANO-AL
ANTÔNIO NUNES DE LIMA	PREF. MUNICIPAL DE MARIMBONDO-AL
ARNALDO VITAL DA SILVA	ASSESSORIA PARLAMENTAR-PT
BENTO CLAUDINO DA SILVA	SEC. DE AGRICULTURA
CONCEIÇÃO DE FÁTIMA CANUTO	CONS. TUTELAR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
ELIANA MARIA T. B. DE ARAÚJO	SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EVALDO PEREIRA DOS SANTOS	SIND. TRAB. RURAIS
FERNANDO PEDROSA FIDÉLIS	SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE
FRANCISCO MILTON	SEC. DE SAÚDE CRAÍBAS-AL
HELENA CÂMARA	GERENTE SEBRAE ARAPIRACA-AL
IVAN JOSÉ DE ARAÚJO	PREF. CRAÍBAS-AL
JOSÉ ALEXANDRE BISPO	COMERCIANTE- GIRAU DO PONCIANO-AL
JOSÉ BRITO NETO	EPEAL/SEMAG
JOSÉ CLÁUDIO	ARAPIRACA-AL
JOSÉ MARCOS V. ARAÚJO	DETRAN/ ARAPIRACA-AL
JOSIVAL PEREIRA SILVA	SEC. AGRICULTURA
M ^ª APARECIDA DOS S. SILVA	SEC. DE SAÚDE
MARIA LÚCIA EVARISTO TORRES	SEC. DE SAÚDE
MARIA VERÔNICA DOS SANTOS	SEC. DE AGRICULTURA
MARIO JORGE ROCHA	SEC. DE AGRICULTURA
MARIVALDO VITOR	RADIALISTA TROPICAL FM
RONALDY VITAL RIOS	CÂMARA MUNICIPAL ARAPIRACA-AL
SEVERINO LÚCIO DA SILVA	DETRAN
VALDOMIRO B. DOS SANTOS	PREF. LAGOA DA CANOA-AL
VALQUIRIA ALVES	SEC. DE SAÚDE ARAPIRACA-AL
WELLINGTON T. DE ARAÚJO	SEC. DE SAÚDE

**NÚCLEOS REGIONAIS DE PLANEJAMENTO
REGIÃO DO AGRESTE
(ARAPIRACA)**

Nome	Instituição
DILSON FIDELIS TORRES	SECRETARIA DE AGRICULTURA
FRANCISCO DE ASSIS C. JUNIOR	PSB/ARAPIRACA-AL
FRANCISCO E. DA SILVA	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES
IRIS VIEIRA COSTA	PRESID. CONSELHO CAMPO GRANDE-AL
JOSÉ BARROS	VIGILÂNCIA SANITÁRIA
JOSÉ KARLISSON T. VALERIANO	SEC. DE SAÚDE DE ARAPIRACA
JOSÉ LESSA	CÂMARA MUNICIPAL ARAPIRACA-AL
JOSINEIDE FARIAS DA SILVA	SEC. EDUCAÇÃO CRAÍBAS
MARCONDES A DE OLIVEIRA	PSB/ARAPIRACA-AL
MARCOS ANTÔNIO F. DE LIMA	IGREJA BATISTA DE BELÉM-AL
MARIA LÚCIA PEREIRA	PASTORAL DA CRIANÇA
MARIA SALETE DA SILVA	SINDICATO RURAL GIRAU DO PONCIANO-AL
SÂMEA TEREZA P. BARROS	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO ANADIA-AL
SEVERINO BARBOSA LOPES	ASSESSOR GABINETE PREFEITA ARAPIRACA
VALDECIR JOSÉ DA SILVA	PRESID. SIND. TRAB. RURAIS GIRAU DO PONCIANO-AL
WASHINGTON LUIS DE O NETO	CÂMARA MUNICIPAL
XISTO VIEIRA ARAÚJO	PLANTES ARAPIRACA
ZÉLIA MARIA S. DE AZEVEDO	CONS. MUN. DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESC.

**NÚCLEOS REGIONAIS DE PLANEJAMENTO
REGIÃO DA BACIA LEITEIRA
(BATALHA)**

Nome	Instituição
ALOISIO RODRIGUES MELO	SIND. DO LEITE DE BATALHA - AL
AVÂNIO FEITOSA	PREFEITO DE BELO MONTE - AL
DALMÁRIO GAIA NEPUMOCENO	DIR. HOSP. SANTANA DO IPANEMA - AL
DIMAS RODRIGUES GREGÓRIO	SIND. DOS TRAB. RURAIS -JACARÉ DOS HOMENS - AL
EDSON JOSÉ DA SILVA	VICE - PREFEITO DE PALMEIRA DO ÍNDIOS - AL
EVA BARBOSA DE OLIVEIRA	SEC. MUN. DE AGRIC. DE MINADOR DO NEGRÃO - AL
HERMANO PEREIRA DE MELO	VICE -PREFEITO DE BATALHA - AL
JOSÉ AILTON NOGUEIRA MOTA	VICE - PREFEITO DE MONTEIRÓPOLIS - AL
JOSÉ CÍCERO BARBOSA SILVA	SIND. DOS TRAB. RURAIS DE EST. DE ALAGOAS - AL
JOSÉ ERCÍLIO FREITAS	GERENTE BANCO DO NORDESTE BATALHA - AL
JOSÉ HILIÔNIO DUARTE	VEREADOR DE MONTEIRÓPOLIS-AL
JOSÉ ILTON ANGELO	PSB BATALHA - AL
JOSÉ MAURÍCIO AMORIM	VEREADOR DE BATALHA - AL
JURANDIR ALVES BARBOSA	SIND. DOS TRAB. RURAIS DE CACIMBINHAS - AL
LUCIANO PEREIRA DE MELO	SEC. MUNC. DA AGRIC. - BATALHA - AL
LUCIANO PINHEIRO	SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQ. EMPRESAS
MARIA CÍCERA SOARES SANTOS	MOV. DOS SEM TERRA DE JACARÉ DOS HOMENS - AL
MARIA DA DORES C. FERRO	DEPTO. NAC. OBRAS CONTRA A SECA PALM.DOS ÍNDIOS
MARIA DA PENHA SILVA	MOV. DOS SEM TERRA DE JACARÉ DOS HOMENS - AL
MARIA DE LOURDES MONTEIRO	FUND.DE AMPARO AO MENOR PALMEIRA DOS ÍNDIOS - AL
MARIA GLORIANE DE TELES	UNIV.FED. DE AL/PRÓ-REITORIA DE EXT. - MACEIÓ - AL
MARIA QUITÉRIA SOARES	FUND.DE AMPARO AO MENOR PALMEIRA DOS ÍNDIOS - AL
PE. JOSEVEL MENDES	PARÓQUIA DE BATALHA - AL
PEDRO PORANGABA LEMOS	SEC. MUN. DE AGRIC. DE MINADOR DO NEGRÃO - AL
RUBERVAL CASSIMIRO DA SILVA	ESTRELA DE ALAGOAS - AL
VALÉRIA FREITAS C. DE ALMEIDA	SEC. DE AÇÃO SOCIAL DE BATALHA - AL
VANILSON PEREIRA DE MELO	SEC. DE SAÚDE DE BATALHA - AL

**NÚCLEOS REGIONAIS DE PLANEJAMENTO
REGIÃO DA BACIA LEITEIRA
(BATALHA)**

Nome	Instituição
AILTA RODRIGUES DA SILVA	PREF. MUN. DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS - AL
ALBERTO MARLOS SIQUEIRA	SEC. DE AGRIC. DE MINADOR DO NEGRÃO - AL
ALVARO MONTEIRO LIMA	PREF. MUN. DE BELO MONTE - AL
ANTONIO MOISÉS DA SILVA	DIR. DA 4ª CIRETRAN - SANTANA DO IPANEMA - AL
CÍCERO PEDRO LIMA	PRES. CÂMARA DE VEREADORES DE JARAMATAIA - AL
CLÉA MARIA CARVALHO	PREF. MUN. DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS - AL
CLEVIO CARDOSO FERRO	SEC. MUN. DE AGRIC. DE MINADOR DO NEGRÃO - AL
ELANIA TENÓRIO BULHÕES	SEC. DE ADM. DE CACIMBINHAS - AL
FÁBIO SILVA FEITOSA	PREF. MUN. DE BELO MONTE - AL
FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA	PREFEITO DE BATALHA - AL
HUMBERTO DOS ANJOS	FAZENDEIRO - OLHO D'ÁGUA DAS FLORES - AL
JAIME GOMES DE LUNA	EX-PREFEITA DE BELO MONTE - AL
JOELMA MARCEDO DE OLIVEIRA	SIND. RURAL PATRONAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS - AL
JORGE VIEIRA DE ARAÚJO	ASSOC. COM. DE CACIMBINHAS - AL
JOSÉ DE ALMEIDA ARAÚJO	SIND. RURAL PATRONAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS - AL
JOSÉ PAULO AZARIAS BARBOSA	SEC. DE AGRIC. DA PREF. DE JARAMATAIA - AL
JOSÉ ROMILDO MENDES	SEC. DE AGRIC. DE MINADOR DO NEGRÃO - AL
JOSÉ SINVAL CLEMENTE DA SILVA	SEC. MUNC. DE SAUDE DE CACIMBINHAS - AL
LUIZ DA SILVA	SIND. DOS TRAB. RURAIS DE BELO MONTE - AL
MARCELO MACHADO	REP. COMUNIDADE DE BELO MONTE - AL
MARIA APARECIDA LEITE	SEC. DE SAÚDE DE BATALHA - AL
MARIA LÚCIA F. COIMBRA	ASSOC. COMUM. SANTA ANA
MARIA LÚCIA ROCHA DE OLIVEIRA	PRIMEIRA DAMA DE BATALHA - AL
NOEMIA FERREIRA VANDERLEY	PREF. DE CACIMBINHAS - AL
ROMILDO GONÇALVES SILVA	PREF. DE BELO MONTE - AL
SILVIO JOSÉ BEZERRA	SIND. DOS TRAB. RURAIS DE S. JOSÉ DA TAPERA - AL
VERA LÚCIA VITAL CAVALCANTE	PREF. DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS - AL

**NÚCLEOS REGIONAIS DE PLANEJAMENTO
REGIÃO DA BACIA LEITEIRA
(BATALHA)**

Nome	Instituição
ARISTEU RODRIGUES DE SOUZA	PRES. DO PMDB - SÃO JOSÉ DA TAPERA - AL
CLODOALDO DOS SANTOS	PASTORAL DA JUVENTUDE DE PÃO DE AÇUCAR
ELIZIA M. WANDERLEY FERREIRA	PREF. MUNICIPAL DE CACIMBINHAS - AL
ELMO ANTONIO MEDEIROS	VEREADOR DE MONTEIRÓPOLIS -AL
ERIVALDO DUARTE ROSA	VEREADORA DE MONTEIRÓPOLIS -AL
FELIX SOARES LIMA	PRES. SIND. TRAB. RURAIS DE BELO MONTE - AL
GENIVAL PEREIRA ALVES	PRES. DA COOP. DOS PROD. RURAIS S. J. DA TAPERA - AL
GILVAN DANTAS	PRES. ASSOC. MATO DA ONÇA -PÃO DE AÇUCAR - AL
ISABEL CRISTINA RAMOS	SEC. DE SAÚDE DE DOIS RIACHOS - AL
JOSÉ BENITO DOS SANTOS	BANCO DO NORDESTE DE BATALHA - AL
JOSÉ DE BARROS MOURA	EMATER - PALMEIRA DOS ÍNDIOS - AL
JOSÉ JÚLIO DE FREITAS	PREF. DOIS RIACHOS - AL
JOSÉ MAURÍCIO P. DA CUNHA	CENTRAL DAS ASSOC. DE MAJOR IZIDORO - AL
JOSEFA VILELA LIMA	IGREJA CATÓLICA - ESTRELA DE ALAGOAS - AL
KLEBETON JERRY BATISTA	PREF. MUN. DE BELO MONTE - AL
LEONOR MELO MONTEIRO	PREF. DE MONTEIRÓPOLIS - AL
MARIA DE FÁTIMA BARBOSA	PREF. DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS - AL
MATIAS AMORIM DE ALEXANDRE	ASSOC. COM. DE BATALHA - AL
MILTON COSTA BARROS	VICE PREFEITO DE MINADOR DO NEGRÃO - AL
MILTON SOARES FARIA	PREF. MUNIC. DE DOIS RIACHOS - AL
OSMAR ALVES DE MELO NUNES	FED. INTERMUNIC. DAS ENT. COM. DO ESTADO DE AL
PEDRO LÚCIO ROCHA	SIND. DOS TRAB.RURAIS DE PÃO DE AÇUCAR - AL
PEDRO VALERIANO DA SILVA	AGRICULTOR - SÃO JOSÉ DA TAPERA - AL
RENATO BRAZ DA SILVA	SIND. DOS TRAB.RURAIS DE MAJOR IZIDORO - AL
SEBASTIÃO FIRMINO DA SILVA	PRES. DA COORD. DAS ASSOC. DE BATALHA - AL
SÉRGIA MARIA B. MODESTO	SEC. MUN. DE SAÚDE CACIMBINHAS - AL
TADEU MIRANDA	FUND.DE AMPARO AO MENOR PALMEIRA DOS ÍNDIOS - AL
SILVIA DANTAS DOS ANJOS	COORD. MUNIC. DE ASSIST. SOCIAL PÃO DE AÇUCAR - AL
IB HEBER PITA	VEREADOR PT MAJOR IZIDORO - AL

**NÚCLEOS REGIONAIS DE PLANEJAMENTO
REGIÃO DO LITORAL SUL
(CORURIFE)**

Nome	Instituição
ALVARO FERREIRA GUIMARÃES	COORD. DE CAMPANHA DE RONALDO LESSA
ANGELA BRANDÃO	SEC. DE ARTICULAÇÃO DE JEQUIÁ DA PRAIA - AL
CARLA FRAGOSO PAIVA	SERV. DE APOIO ÀS MICRO E PEQ. EMPR.PENEDO-AL
CÍCERA MARIA MOREIRA LIMA	IGREJA CATÓLICA DE TEOTÔNIO VILELA - AL
CÍCERO MAURO DA SILVA	ASSESSOR DO DEP. PAULÃO
EDNA LIMA	SERV. DE APOIO ÀS MICRO E PEQ. EMPRESAS MACEIÓ
GENILDO CORREIA SOARES	REP.DO PT DE CAMPO ALEGRE-AL
GILVA RODRIGUES DA SILVA	SEC. DE VIAÇÃO E OBRAS -S. M. DOS CAMPOS - AL
JORGE VILELA DOS SANTOS	VICE- PREFEITO DE TEOTÔNIO VILELA - AL
JOSÉ AQUINO R. NETO	SEC. DE IND. COM. E TURISMO CORURIFE-AL
JOSÉ CARLOS P. DA SILVA	1ª IGREJA BATISTA CORURIFE-AL
JOSÉ EDSON CAETANO ARAÚJO	REP. DO PSB DE ROTEIRO - AL
JOSÉ FIRMINO DE OLIVEIRA	JUIZ DE DIREITO DE S. M. DOS CAMPOS - AL
JOSÉ ISIDORO DOS SANTOS	PRES. DA COL. DE PESC.PONTAL DE CORURIFE-AL
JOSÉ MIGUEL ALVES MELO	GERENTE DO BANCO DO NORDESTE PENEDO-AL
JOSEFA SOARES DOS SANTOS	SIND. DOS TRAB. RURAIS DE S. M. DOS CAMPOS - AL
LEILA CRISTINA DOS SANTOS	SEC. DE TURISMO DE CORURIFE - AL
LUIZ CARLOS DA SILVA	SEC. DE ADM. DE TEOTÔNIO VILELA - AL
Mª DE FÁTIMA SANTOS	SERV. DE APOIO ÀS MICRO E PEQ. EMPR. MACEIÓ
MANOEL SANTOS	CLUBE DE DIRETORES LOJISTAS CORURIFE-AL
NIVALDO SILVA JÚNIOR	ASSES. DE PLANEJAMENTO S. MIGUEL DOS CAMPOS-AL
PEDRO PORTO	CONS. DE SAÚDE CORURIFE/SIND. RURAL DOS PROP.
ROBERTO BASTOS	REP. DO DEP. PAULÃO
ROGÉRIO MOURA CASTRO	SEC. PLANEJAMENTO S. MIGUEL DOS CAMPOS-AL
RONALDO SIQUEIRA LIMA	REP. DE Pousadas e REST. DA REGIÃO DE CORURIFE-AL
ROSEMEIRE SOUZA LIMA	SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO DE TEOTÔNIO VILELA - AL
TEREZA CRISTINA P. PESSOA	SEC. DE SAÚDE DE S. MIGUEL DOS CAMPOS - AL

**NÚCLEOS REGIONAIS DE PLANEJAMENTO
REGIÃO DO LITORAL SUL
(CORURIFE)**

Nome	Instituição
ABEL DA SILVA GUIMARÃES	BANCO DO NORDESTE- PENEDO - AL
ALDO FERREIRA LOPES	REP. DOS FORNECEDORES DE CANA -CORURIFE - AL
ALDO HENRIQUE AZEVEDO	AGRICULTOR
BAEPENDI BERTOLDO	VEREADOR DE CORURIFE - AL
DAYSE BELTRÃO UCHOA	SEC. DE AÇÃO SOCIAL DE CORURIFE - AL
DECITE CAVALCANTE DE SÁ	SEC. DE AÇÃO SOCIAL DE S. M. DOS CAMPOS - AL
DJALMA PEREIRA DA SILVA	REP. DO PSB DE JUNQUEIRO - AL
ELMIR JOSÉ DE QUEIROZ	SEC. DE ASSIST. SOCIAL DE S. M. DOS CAMPOS - AL
GASTÃO RAMALHO DOS SANTOS	REP. DAS ESC. DO 2º GRAU DE CORURIFE -AL
ISAIAS PAULO DE SOUZA	CONS. TUTELAR - TEOTÔNIO VILELA - AL
ISONALDO JOSÉ GOMES SILVA	SEC. MUNC. DA AGRICULTURA -S. M. DOS CAMPOS - AL
IZAIAS COELHO	COLÔNIA DE PESCADORES JEQUIÁ DA PRAIA-AL
JACKSON HENRIQUE BATINGA	REP. DO PSDB DE JUNQUEIRO - AL
JASME BATISTA VASCONCELOS	REP. DA CÂMARA DE VEREADORES DE JUNQUEIRO - AL
JEDIEL CLEMENTINO DE PAULA	REP. DO CDL - SÃO MIGUEL DOS CAMPOS - AL
JEFFERSON BARBOSA CANUTO	BANCO DO NORDESTE - MACEIÓ
JOSÉ AGAPITO ARAÚJO SANTANA	VEREADOR DE CORURIFE - AL
JOSÉ GOMES DOS SANTOS	PREF. DE TEOTÔNIO VILELA - AL
JOSIVALDO FREITAS	ASSESSOR DE VEREADOR - CAMPO ALEGRE - AL
MANOEL JESUÍNO DA SILVA	SIND. RURAL DE SÃO SEBASTIÃO - AL
MARCOS SEBASTIÃO DA SILVA	ASSOC. COM.E CULT.JEQUIAENSE JEQUIÁ DA PRAIA-AL
MARIA DO CARMOS C. SANTOS	CONS. MUN. DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
OSVALDO TAVARES SANTOS	REP. PSB DE JUNQUEIRO - AL
REGINALDO DE FARIAS	VEREADOR DE CAMPO ALEGRE - AL
REJANE FIDELIS G. ROLIM	SEC. DE ASSIST. SOCIAL DE CAMPO ALEGRE - AL
SEVERINO BARBOSA DE OLIVEIRA	PRES. DA ASSOC. DE TRANSP. ALTERNATIVO JEQUIÁ-AL
VENISE MARIA OLIVEIRA CERQUEIRA	CONS. MUN. DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

**NÚCLEOS REGIONAIS DE PLANEJAMENTO
REGIÃO DO LITORAL SUL
(CORURIFE)**

Nome	Instituição
ARTUR CEZAR NOGUEIRA	DIRETOR MERCADO DE S. M. DOS CAMPOS - AL
CARLOS AZEVEDO DOS SANTOS	PREF. MUNICIPAL DE CORURIFE - AL
CÍCERO RODRIGUES	DELEGADO SIND. RURAL - CORURIFE - AL
CRISTINA	SEC. DE SAÚDE DE TEOTÔNIO VILELA - AL
DJALMA BREDA	SEC. DE SAÚDE DE CORURIFE - AL
EDNALDO CAVALCANTE	PARÓQUIA DE CAMPO ALEGRE - AL
GERÔNIMO ANTONIO DE OLIVEIRA	REP. DA COLÔNIA DE PESCADORES JUNQUEIRO - AL
GIVALDO SANTOS DE OLIVEIRA	PROFESSOR EM JEQUIÁ DA PRAIA - AL
IANÊ DE FÁTIMA J. C. PEREIRA	SEC. DE EDUCAÇÃO DE CAMPO ALEGRE
JACIRA FIDELIS GUIMARÃES	SEC. DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE - AL
JAILTON RUFINO DA SILVA	PROF. DE ROTEIRO-AL
JOANICE SILVA	REP. DO SIND. DOS TRAB. RURAIS DE CORURIFE - AL
JOÃO DOS SANTOS TENÓRIO	COLÔNIA DE PESCADORES Z 24 - ROTEIRO - AL
JOÃO SEVERIANO	COLÔNIA DE PESCADORES Z 24 - ROTEIRO - AL
JOSÉ AILTON DOS SANTOS	REP. DO SIND. DOS TRAB. RURAIS DE S. SEBASTIÃO - AL
JOSÉ CARLOS P. DA SILVA	LIDERANÇA DO PSB - JUNQUEIRO - AL
JOSEFA SALETE SILVA CARMO	CONS. MUN. DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
JOSILENE BARBOSA	SEC. DE SAÚDE DE TEOTÔNIO VILELA
JÚLIO BARBOSA DOS SANTOS	SIND. RURAL DE ROTEIRO - AL
LAÉRCIO DOS SANTOS	REP. DA CÂMARA MUNC. DE ROTEIRO - AL
LUIZ JOSÉ DOS SANTOS	SIND. RURAL DE TEOTONIO VILELA - AL
MÁRCIO ROBERTO B. DE ROCHA	CHEFE DE GABINETE -PREF. DE CORURIFE - AL
MARCOS PEREIRA DA SILVA	VEREADOR DE JUNQUEIRO - AL
MARIA FRASSINETE LINS DE ARAÚJO	SEC. EST. DA SAÚDE
MARIA LÚCIA DE MEDEIROS	SIND. DOS TRAB.RURAIS DE CAMPO ALEGRE - AL
VÂNIA LÚCIA GAMA	CONS. TUTELAR DE CAMPO ALEGRE - AL
VILMA DE ARAÚJO LESSA	SEC. DE SAÚDE DE CORURIFE - AL
MANOEL LESSA	DEP. DO PSB - JUNQUEIRO - AL
MARIA ANUNCIADA CÂMARA	SEC. MUNC. DE SAÚDE - CORURIFE - AL
RAIMUNDO CLARK	PRODUTOR RURAL DE CORURIFE - AL
FRANCISCO PUGLIESSE	JEQUIÁ DA PRAIA-AL
VERÔNICA	JEQUIÁ DA PRAIA-AL

**NÚCLEOS REGIONAIS DE PLANEJAMENTO
REGIÃO DO SÃO FRANCISCO
(PENEDO)**

Nome	Instituição
ALDO JOSÉ ALVES TOLEDO	SEC. DE AGRICULTURA DE PENEDO - AL
ALFREDO FERNANDES	COLÔNIA DE PESCADORES Z-12 - PENEDO-AL
ANA LÚCIA ESPÍNDOLA	SEC. DE ASSIST. SOCIAL DE PENEDO - AL
ANA VALÉRIA FALCÃO	SEC. DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE - TRAIPIÚ - AL
ANTONIO DE FRANÇA	SIND. RURAL DE PENEDO - AL
ANTONIO GOMES DOS SANTOS	FED. DOS PESCADORES - PENEDO - AL
ANTONIO MARCOS S. DAS FLORES	COLÔNIA DOS PESCADORES Z 18 - TRAIPIÚ - AL
CARLOS ALBERTO DE C. MONTE	BANCO DO NORDESTE - PENEDO-AL
DANIEL DA SILVA LIMA	TEC. DE SERVIÇOS - CODEVASF
EDESIO ATAIDE VIEIRA	ASSOC. DOS PESCADORES - PENEDO - AL
ELZA MARIA DE MOURA	HOSP. REGIONAL CORREIA FILHO -PENEDO - AL
HUMBERTO OLIVEIRA DE ANDRADE	PRES. DO CONS. TUTELAR DE PENEDO
JOÃO BATISTA	COLÔNIA DE PESCADORES IGREJA NOVA - AL
JORGE SEIXAS	ASSESSOR REGIONAL DEP. PAULÃO -PENEDO - AL
JOSÉ ADIELSON F. MATOS	SEC. DE ADM. DE PIAÇABUÇU- AL
JOSÉ CARLOS DALLER	SIND. DO COM. VAREJISTA - PENEDO - AL
MANOEL PEREIRA	COLÔNIA DE PESCADORES IGREJA NOVA - AL
MARIA GILVÂNIA E. COSTA	SEC. DE SAÚDE DE PIAÇABUÇU - AL
ROBERTO CORDEIRO	ASSOC. DOS PESCADORES -PORTO REAL DO COLÉGIO-AL
ROSÂNGELA NEGREIRO	BANCO DO NORDESTE - PROPRIÁ -SE
ROSE ROCHA	CASA DO PENEDO PENEDO-AL
SANDRA T. APRATO	SEC. DE TURISMO DE PIAÇABUÇU-AL
SAULO LEONARDO	BANCO DO NORDESTE - PROPRIÁ -SE
SÉRGIO PAULO R. NASCIMENTO	SOC. CULTURA E ALTE POPULAR -PENEDO -AL
TEREZINHA FALCÃO FREIRE	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
VALMIR LESSA LOBO	CHEFE DE DIVISÃO DE PLANEJAMENTO CODEVASF
VICENTINA LAURA LOBO	SEC. DE SAÚDE DE PIAÇABUÇU - AL

**NÚCLEOS REGIONAIS DE PLANEJAMENTO
REGIÃO DO SÃO FRANCISCO
(PENEDO)**

Nome	Instituição
AIDIL MARIA B. L. NUNES	SEC. DE EDUC. DE IGREJA NOVA - AL
ALITA ANDRADE DE ALENCAR	VEREADORA DE PENEDO - AL
ANA CRISTINA MOREIRA PEREIRA	SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQ. EMPRESAS
ANA LUÍZA ARAUJO F. SOARES	CLUBE DE DIRETORES LOJISTAS - PENEDO - AL
ANTONIO LISBOA CASTRO	EMP. DE PESQ. AGROP. DE AL/EMBRAPA - PENEDO - AL
ANTONIO NUNES BARBOSA	INST. DE TERRAS DE ALAGOAS -PIAÇABUÇU - AL
CARLA FRAGOSO DE PAIVA LIMA	SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQ. EMPRESAS
CARLOS SILVA GÓES	SEC. DE ADM. DE PENEDO - AL
EDUARDO JOSÉ DE OLIVEIRA	FAC. DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES -PENEDO - AL
FRANCISCO LIMA JUNIOR	SEC. DE OBRAS - PENEDO - AL
GILSON PINHEIRO	VEREADOR DE PENEDO - AL
JAILTON SANTOS	ASSESSOR VEREADORA ALITA ANDRADE
JOÃO DE ARAÚJO DOMINGOS	SIND. DOS TRAB.RURAIIS DE FELIZ DESERTO - AL
JOSÉ ALDO DOS SANTOS	SEC. DE AGRIC. DE FELIZ DESERTO - AL
JOSÉ BORGES	PREFEITO DE IGREJA NOVA - AL
JOSÉ CARLOS CAMILO ALVES	ASSOC. DOS MORADORES DE BAIRRO - PENEDO AL
JOSÉ HARRY G. JUNIOR	SEC. DE SAUDE DE FELIZ DESERTO - AL
JOSÉ MACHADO	VEREADOR DE PENEDO - AL
LUCIANO NOGUEIRA	SEC. DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL DE PENEDO - AL
LUIZ CARLOS GALINDO	EMBRAPA - PENEDO -AL
RAIMUNDO ROBERTO S. LIMA	SEC. AGRIC. ESTADUAL DE PENEDO - AL
RAIMUNDO SOUZA	SEC. MUNC. DE SAÚDE DE PENEDO - AL
RONALDO LUIZ DOS SANTOS	COOP. DE COL. AGROP. DE PENEDO - AL
SAMUEL MOTA MENDONÇA	SEC. DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL PENEDO - AL
SEBASTIÃO TAVARES GALVÃO	PRES. DA COL. DE PESCADORES Z18 TRAIPIÚ - AL
SILVESTRE NELSON DOS SANTOS	VEREADOR DE PENEDO - AL
TANGREDO PEREIRA	EX-PREFEITO DE PENEDO - AL

**NÚCLEOS REGIONAIS DE PLANEJAMENTO
REGIÃO DO SÃO FRANCISCO
(PENEDO)**

Nome	Instituição
ADALBERTO OLÍMPIO DOS SANTOS	VEREADOR DE TRAIPIÚ-AL
ALCIDES ANDRADE NETO	CÂMARA DE VEREADORES DE PENEDO - AL
ANDERSON RODRIGUES	REP. SIND. ESTUDANTIL PENEDO-AL
ANIBAL LOBO	PRESID. CODEVASF PENEDO-AL
ANTONIO CARLOS BORGES	CÂMARA DE VEREADORES DE PENEDO - AL
ARTUR OLÍMPIO DOS SANTOS	EX-PREFEITO DE TRAIPIÚ-AL
AVÂNIO FEITOSA	PRESID. DA ASSOC. DOS MUNICÍPIOS DE ALAGOAS
CHICO FALCÃO	SEC. DA FAZENDA - PENEDO - AL
CÍCERO DOS SANTOS	ASSOC. DOS MORADORES - PENEDO AL
DALMO SANTANA	COORD. POL. BAIXO SÃO FRANCISCO
ELEIDE DANTAS	ASSOCIAÇÃO MORADORES PENEDO-AL
EMANUEL CARLOS COSTA	PRESID. DO PSB (AGROPECUARISTA) PENEDO-AL
FERNANDO ANDRADE	COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO (UNIMED)
FREDERICO COSTA ALENCAR	COMÉRCIO PENEDO-AL
GERALDO JOSÉ SANTOS	PRES. ASSOC. NSA. SRª. DE FÁTIMA - PENEDO - AL
GERALDO SIMÕES	PREFEITO DE FELIZ DESERTO-AL
GILVANEIDE C. SANTOS	SIND. DOS TRAB. RURAIS DE SÃO BRÁS - AL
IARA PEREIRA DANTA	CONS. TUTELAR DE SÃO BRÁS - AL
JOÃO BATISTA DOS SANTOS	2ª CIRETRAN PENEDO-AL
JOÃO FRANCISCO TAVARES	COLÔNIA DE PESC. Z 12 - PENEDO - AL
JOÃO HONÓRIO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS MACEIÓ
JOÃO JOSÉ	ASSOC. DOS MORADORES MONTE DAS OLIVEIRAS
JORGE MENEZES DE OLIVEIRA	COLÔNIA DE PESCADORES Z-18 - TRAIPIÚ - AL
JOSÉ CÉLIO ARAÚJO	FUND. EDUC. DO BAIXO S. FRANCISCO
JOSÉ MARTINS DE O NETO	PROJETO MARITUBA PENEDO-AL
JOSÉ VIEIRA DA SILVA	IGREJA EVANGÉLICA - SÃO BRÁS - AL
JOSUÉ MARQUES DA SILVA	VEREADOR PENEDO-AL
JOSÉ OLIVEIRA DE ALMEIDA	SEC. DE ADM. DE PENEDO - AL
LENILSON PINHEIRO	SANTANA FM PIAÇABUÇU-AL
MÁRCIO BELTRÃO	CÂMARA DE VEREADORES DE CORURIFE -AL
MARIA IBELZA DA SILVA	SEC. DE TURISMO FELIZ DESERTO - AL
NADEGE SANTOS	CONS. TUTELAR DE PENEDO - AL
PEDRO SOARES	CLUBE DE DIRETORES LOJISTAS PENEDO-AL
RAIMUNDO VIEIRA SANTOS	SEC. DE CULTURA DE PENEDO - AL
RICARDO BUARQUE	BANCO DO BRASIL PENEDO - AL
TEREZINHA FREIRE	VEREADORA DE TRAIPIÚ-AL

**NÚCLEOS REGIONAIS DE PLANEJAMENTO
REGIÃO DA GRANDE MACEIÓ
(MACEIÓ)**

Nome	Instituição
AFRÂNIO JORGE O DA SILVA	VEREADOR DE PILAR-AL
ALEJANDRO PEREIRA	PREF. MUNC. MACEIÓ - SEC. PLANEJAMENTO
ANDRÉ DA SILVA FARIAS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
BENEDITO ROQUE DA COSTA	FEDERAÇÃO DOS PESCADORES
CARMEM ANDRÉA DA F. TAVARES	PREF. MUNC. MACEIÓ -SEC. PLANEJAMENTO
CÉLIA CERQUEIRA CAVALCANTE	PREFEITURA MUN. DE MAL. DEODORO-AL
CÍCERO SILVESTRE	COL.DOS PESCADORES Z-21 PARIPUEIRA-AL
EDILÚCIA S. NASCIMENTO	CONS.TUTELAR BARRA DE SANTO ANTÔNIO-AL
ELIETE CASADO GONÇALVES	PASTORAL DOS FAVELADOS
ELINEIDE VALENÇA DE ANDRADE	DEPTO. ARQUITETURA UFAL MACEIÓ
ERIVAN BATISTA DE LIMA	IGREJA CATÓLICA MESSIAS-AL
GILVA LOPES DE AZEREDO	IGREJA CATÓLICA MESSIAS-AL
HÉLIA M ^a ARAÚJO COELHO DA PAZ	ASSOC. DOS MOR. DA PITANGUINHA MACEIÓ
JACKSON HENRIQUE P. BATINGA	MICRO EMPRESÁRIO - MACEIÓ
JAILSON JOSÉ DOS SANTOS	CONS.DEF. CRIANÇA E ADOL. PARIPUEIRA-AL
JANACKSON MOTA DOS SANTOS	SIND. RURAL DE RIO LARGO-AL
JOÃO BATISTA DOS SANTOS	COLÔNIA DOS PESC. COQUEIRO SECO-AL
JOSÉ BOMFIM	PRES. COL. DOS PESC. COQUEIRO SECO-AL
JOSETE VIEIRA	CÂMARA MUNICIPAL DE PARIPUEIRA-AL
JUAN ENRIQUE M. PAREJA	CÂMARA MUNICIPAL DE PARIPUEIRA-AL
LUCYCLEIDE SANTOS SANTANA	DEPTO. ARQUITETURA UFAL MACEIÓ
MARCOS VELLOSO	CIA. IND.NORTE DE AL (CINAL) MAL. DEODORO
MARIA DE LOURDES CERQUEIRA	PREF. MUNICIPAL DE PILAR-AL
MARIA HELENA DA SILVA	CONS. DEF.CRIANÇA E ADOL. B. STO. ANTÔNIO
TAISA ALVIM TORRES	DEPTO. ARQUITETURA UFAL MACEIÓ
TEREZINHA RAMIRES	CONS. MUN.DA CONDIÇÃO FEMININA MACEIÓ

**NÚCLEOS REGIONAIS DE PLANEJAMENTO
REGIÃO DA GRANDE MACEIÓ
(MACEIÓ)**

Nome	Instituição
ADALBERON CLEMENTE DA ROCHA	PRES. DO PSB DE SATUBA-AL
ADEMILSON TOMÁS DE SOUZA	SIND. ART.E TÉC.EM ESPETÁCULOS MACEIÓ
ALFREDO AFONSO R. DA SILVA	IGREJA CATÓLICA RIO LARGO-AL
ANDRÉ JOSÉ SOARES SILVA	IGREJA CATÓLICA COQUEIRO SECO-AL
BRÁS RODRIGUES	BANCO DO NORDESTE
CARLOS ROBERTO SANTOS	ASSOC. BRAS. DE ENGENHARIA SANITÁRIA
EDNELSON N. DOS SANTOS	COL.DE PESC.BARRA DE SANTO ANTÔNIO-AL
EMANUELA CRISTINA M. DA SILVA	DEPTO. ARQUITETURA UFAL MACEIÓ
EVERALDO DE LIMA	COL. DE PESC. DE B. DE S. MIGUEL-AL
FÁBIO ASSIS DE FARIAS	SIND./FED.DOS TRAB.FERNÃO VELHO-AL
FRANCISCO BRAGA SOARES	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS MACEIÓ
HELENA GOMES DA SILVA	SIND. DOS TRAB.RURAI S COQUEIRO SECO-AL
HERMINIA TAVARES DA SILVA	COORD. POLÍTICA STA. LUZIA DO NORTE-AL
IETE MELO MATIAS	SEC. MUN. DE ASSIST.SOCIAL RIO LARGO-AL
J. PINTO	SUPLENTE VEREADOR PMDB RIO LARGO-AL
JOÃO RODRIGUES	SIND. DOS URBANITÁRIOS
JOSÉ AILTON DO NASCIMENTO	CÂM. DE VEREADORES SANTA LUZIA-AL
JOSÉ CARLOS DOS SANTOS	PT MESSIAS-AL
JOSÉ EDMILSON DE SOUZA	CONS. TUT. CRIANÇA E ADOL. R. LARGO-AL
JOSÉ PADILHA DA S. NETO	CONS. MUN. DE SAÚDE
JOSÉ SANTANA DA SILVA	PRES. DO PSB DE MAL. DEODORO
JOSIVÂNIA SOARES DOS SANTOS	CONS. DEF.DA CRIANÇA STA. LUZIA DO NORTE
Mª ANUNCIADA L. MOTTA	REP. PREF. SANTA LUZIA DO NORTE-AL
MAGNO VALENÇA DE BARROS	ASSESSOR SUPERINT. BANCO DO NORDESTE
MANOEL LIMA DA SILVA	SEC. CULTURA MAL. DEODORO-AL
MARCOS ANTÔNIO O. COSTA	CÂMARA VEREADORES DE PILAR-AL

**NÚCLEOS REGIONAIS DE PLANEJAMENTO
REGIÃO DA GRANDE MACEIÓ
(MACEIÓ)**

Nome	Instituição
AMARO JORGE DA SILVA	SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE
ANA LUIZA PIATTI	SEC. MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
ANTÔNIO GOMES DOS SANTOS	FED.DOS PESC. BARRA DE SANTO ANTÔNIO-AL
CARLOS ANTONIO FIGUEIREDO	ASSOC. BRASILEIRA DE ENG. SANITÁRIA
ELEN NOGUEIRA	NÚCLEO TEMÁTICO -NUTAS RIO LARGO-AL
FRANKLIN PANPOLNA	CEFET
HELENA CIRÍACO SANTOS	CONS. MUN. DA CRIANÇA RIO LARGO-AL
JAIRO CASADO GONÇALVES	PASTORAL FAVELAS
LUIZ ALBERTO	BANCO DO NORDESTE
MARCIAL SILVA FORTES	PREF. MUNICIPAL DE PILAR-AL
MARCOS HORLANDO S. CALUMBY	SIND. DOS SERVIDORES PÚBLICOS MACEIÓ
M ^a CRISTINA O DOS SANTOS	PRES. CONS. TUTELAR SANTA LUZIA-AL
M ^a QUITÉRIA CORREIA	PREF. BARRA DE SÃO MIGUEL-AL
M ^a RITA DE CÁSSIA V. FERREIRA	SEC. MUN. DE ASSIST. SOCIAL SATUBA-AL
MARY H. COELHO ROMEIRO	SEC. DE SAÚDE MARECHAL DEODORO-AL
MÔNICA DORIGO CORREIA	UFAL/LABMAR-ZOOLOGIA
NEREIDE PEDROSA PINHEIRO	PREF.MAL. DEODORO/SEC. SAÚDE
PAULO ALEXANDRE S. SANTOS	CONS. TUTELAR DE COQUEIRO SECO-AL
RADJALMA CAVALCANTE	ASSOC. DOS DOCENTES DA UFAL-AL
RAMILDO ALVES VIEIRA	ESCOLA AGROT. FED. DE SATUBA-AL
ROBERTO BASTOS COSTA	GAB. DO DEPUTADO PAULÃO
ROBERTO LOBO	ASSOC. BRASILEIRA DE ENG. SANITÁRIA
ROSÂNGELA DE SÁ B. LIMA	CÂM. VEREADORES DE B. S. MIGUEL-AL
TAÍS JUCÁ CORREIA DE MELO	DEPTO. ARQUITETURA UFAL MACEIÓ
TEREZA MARLUCE TAVARES	SEC.MUN. SAÚDE DE MAL. DEODORO-AL
TEREZA NELMA DA SILVA PORTO	ASSIFAL

**NÚCLEOS REGIONAIS DE PLANEJAMENTO
REGIÃO DA GRANDE MACEIÓ
(MACEIÓ)**

Nome	Instituição
ÁLVARO	CIA. DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA DE AL
ALZIRA MÉRCIA	SEC. AGRICULTURA MACEIÓ
CLAUDIA DE MELLO	CEMEX ASSOCIAÇÃO COMERCIAL MACEIÓ
EDIVALDO LÚCIO DE LIMA	SIND. DOS TRAB. DO AÇÚCAR
EDUARDO MAGALHÃES	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS MACEIÓ
EUGÊNIO GORDON	PACTO POR ALAGOAS MACEIÓ
FERNANDO DÓRIA	FED. ASSOC. DE MORADORES DE AL.
GEUSOMAR SOARES FERREIRA	PROJETO CIDADÃO
GILDETE DA SILVA MÉRO	ASSOC. BENEF. ROMEIROS DO SAEM MACEIÓ
GLAUCO LÍZIAS C. PEREIRA	PREF. MUNICIPAL COQUEIRO SECO-AL
JACKSON LIMA NETO	SIND. DOS TRAB. DO AÇÚCAR MACEIÓ
JOSÉ MOISÉS FERREIRA	PROF. JOVENS E ADULTOS RIO LARGO-AL
MARIA DAS GRAÇAS M.M. TAVEIRA	SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE MACEIÓ
MARIA INÊS DOS SANTOS	ASSOC. DOS MUNICÍPIOS DE ALAGOAS MACEIÓ
MARIA JOSÉ REGINA DE OLIVEIRA	VEREADORA COQUEIRO SECO-AL
MARIA JOSÉ SANTOS SILVA	CENTRO DE MULHERES VILA BREJAL
MARIA LÚCIA DE FÁTIMA BARBOSA	ASSOC. BRAS. DAS MULHERES DE CAR.JUR.
MARIA NILZA SANTOS CORREIA	REP. PSB. COQUEIRO SECO-AL
MARILMA TORRES GOUVEIRA	ABMCJ (OAB) MACEIÓ
MARLY G. DE FRANÇA	SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE MACEIÓ
MAURIZA ANTONIA DA S. CABRAL	PROJETO CIDADÃO MACEIÓ
NENEM BREDÁ	CONSELHO DA MULHER MACEIÓ
PEDRO VICTOR ARAÚJO	PRES. DO PSB RIO LARGO-AL
VALDOMIRO ODILON	CEFET -UNID. MAL. DEODORO-AL
VINICIUS LAGES	DIRETOR - SEBRAE MACEIÓ
ZOROASTRO FREITAS DA SILVA	DELEGADO (PSB) COQUEIRO SECO-AL

**NÚCLEOS REGIONAIS DE PLANEJAMENTO
REGIÃO DA GRANDE MACEIÓ
(MACEIÓ)**

Nome	Instituição
ALEXANDRE JOSÉ OMENA	SEC. MUNIC. DE MESSIAS-AL
ANTONIO SABINO SANTOS	FED. ASSOC. MORADORES DE AL
CÍCERO PHILLIPE ALVES BARACHO	SEBRAE MACEIÓ
CLEONILDES ALVES F. DE AMORIM	UNIÃO FEM. MISSIONÁRIA BATISTA AL
JOAQUIM BRITO	SEC. DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL MACEIÓ
KÁTIA ALVES	CONSELHO MUNICIPAL DA CONDIÇÃO FEMININA
LUANA CARVALHO BANDEIRA	DEPTO. ARQUITETURA UFAL MACEIÓ
LUCIANA F. DE O CALHEIROS	PREFEITURA MUNICIPAL DE MESSIAS-AL
MARIA ÂNGELA MASCARENHAS	COORD. CAMPANHA PSB COQUEIRO SECO-AL
MARIA BORGES DA SILVA	PASTORAL DA CRIANÇA MACEIÓ
MARIA DE FÁTIMA DA S. GRANJA	CONSELHO TUTELAR RIO LARGO-AL
MARIA JOSÉ RAMOS SILVA	SEC. MUNC. SAÚDE DE RIO LARGO-AL
MARIA LIEGE BATISTA	SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE MACEIÓ
MARIA REGINA DOS S. LOURENÇO	CONSELHO TUTELAR
SAMUEL DELANE LIRA JÚNIOR	CENTRO DE CRESCIMENTO HUMANO MACEIÓ
TEREZA MARIA B. AMARAL	SOCIEDADE PESTALOZZI DE MACEIÓ

**NÚCLEOS REGIONAIS DE PLANEJAMENTO
REGIÃO DO EXTREMO NORTE
(MARAGOGI)**

Nome	Instituição
ARANILDO DE LIMA FRANCISCO	DIRETOR FINANCEIRO CONST. CIVIL
BRENO ARRUDA	PSB- NOVO LINO - AL
CASSIANO VERSOSA	PREF. S. MIGUEL DOS MILAGRES - AL
EDILSON MANOEL DA SILVA	SEC. DE SAÚDE S. MIGUEL DOS MILAGRES - AL
EDUARDO SALDANHA	BALSA DE PORTO DE PEDRAS-AL
GILMARIO TEODÓRIO DE CARVALHO	PSB JOAQUIM GOMES-AL
JACINTO PEDRO DA SILVA	VIGILÂNCIA DE MARAGOGÍAL
JOSÉ CARLOS DA SILVA	SEC. DE TURISMO E MEIO AMBIENTE MARAGOGI-AL
JOSÉ MARIA DOS SANTOS	SIND. DOS TRAB. RURAIS DE MARAGOGI-AL
JOVINA FERREIRA LOPES	PRES. PSB. PORTO DE PEDRAS - AL
LEONAM PINTO	VEREADOR DE MATRIZ DE CAMARAGIBE-AL
LINARDO PESSOA	VICE-PREFEITO DE JOQUIM GOMES-AL
LINDALVA ENAURA DOS SANTOS	ASSOC. COM. DOS CORTUMES P. DE PEDRAS - AL
LUIZ ALBERTO DA SILVA JR.	BANCO DO NORDESTE
MARCOS ANTONIO F. ALVES	CIA. DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO
MARIA DE LOURDES P. ALVES	PREF. DE PORTO CALVO - AL
MARIA ESTELA L. DA SILVA	ESCOLA DELMO F. SILVA
MARIA JOSÉ DA SILVA LIMA	CONS. TUTELAR MATRIZ DE CAMARAGIBE - AL
NADEJE AMÁLIA DO NASCIMENTO	PRES. REGIONAL PSN - AL
NAIRSON BEZERRA DOS SANTOS	BANCO DO NORDESTE
NEREU WANDERLEI PEREIRA	PREF. DE JAPARATINGA - AL
IVALDO VITORINO DA SILVA	SIND. DOS TRAB. RURAIS DE JAPARATINGA-AL
PE. EXPEDITO B. DE MACEDO	IGREJA CATÓLICA DE PORTO CALVO - AL
RACHEL MOREIRA ALVES	SEC. DE ASSIST. SOCIAL PORTO CALVO - AL
TERCY MENDES DE VASCONCELOS	CONS. TUTELAR DE MARAGOGI - AL
VALDIR MARTINS DOS SANTOS	SIND. DOS TRAB. RURAIS DE PORTO CALVO-AL
YONE SARMENTO MONTEIRO	SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQ. EMPRESAS

**NÚCLEOS REGIONAIS DE PLANEJAMENTO
REGIÃO DO EXTREMO NORTE
(MARAGOGI)**

Nome	Instituição
ARANILDO DE LIMA FRANCISCO	DIRETOR FINANCEIRO CONST. CIVIL
BRENO ARRUDA	PSB- NOVO LINO - AL
CASSIANO VERSOSA	PREF. S. MIGUEL DOS MILAGRES - AL
EDILSON MANOEL DA SILVA	SEC. DE SAÚDE S. MIGUEL DOS MILAGRES - AL
EDUARDO SALDANHA	BALSA DE PORTO DE PEDRAS-AL
GILMARIO TEODÓRIO DE CARVALHO	PSB. JOAQUIM GOMES-AL
JACINTO PEDRO DA SILVA	VIGILÂNCIA DE MARAGOGI-AL
JOSÉ CARLOS DA SILVA	SEC. DE TURISMO E MEIO AMBIENTE MARAGOGI-AL
JOSÉ MARIA DOS SANTOS	SIND. DOS TRAB. RURAIS DE MARAGOGI-AL
JOVINA FERREIRA LOPES	PRES. PSB. PORTO DE PEDRAS - AL
LEONAM PINTO	VEREADOR DE MATRIZ DE CAMARAGIBE-AL
LINARDO PESSOA	VICE-PREFEITO DE JOQUIM GOMES-AL
LINDALVA ENAURA DOS SANTOS	ASSOC. COM. DOS CORTUMES P. DE PEDRAS - AL
LUIZ ALBERTO DA SILVA JR.	BANCO DO NORDESTE
MARCOS ANTONIO F. ALVES	CIA. DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO
MARIA DE LOURDES P. ALVES	PREF. DE PORTO CALVO - AL
MARIA ESTELA L. DA SILVA	ESCOLA DELMO F. SILVA
MARIA JOSÉ DA SILVA LIMA	CONS. TUTELAR MATRIZ DE CAMARAGIBE - AL
NADEJE AMÁLIA DO NASCIMENTO	PRES. REGIONAL PSN - AL
NAIRSON BEZERRA DOS SANTOS	BANCO DO NORDESTE
NEREU WANDERLEI PEREIRA	PREF. DE JAPARATINGA - AL
NIVALDO VITORINO DA SILVA	SIND. DOS TRAB. RURAIS DE JAPARATINGA-AL
PE. EXPEDITO B. DE MACEDO	IGREJA CATÓLICA DE PORTO CALVO - AL
RACHEL MOREIRA ALVES	SEC. DE ASSIST. SOCIAL PORTO CALVO - AL
TERCY MENDES DE VASCONCELOS	CONS. TUTELAR DE MARAGOGI-AL
VALDIR MARTINS DOS SANTOS	SIND. DOS TRAB. RURAIS DE PORTO CALVO-AL
YONE SARMENTO MONTEIRO	SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQ. EMPRESAS

**NÚCLEOS REGIONAIS DE PLANEJAMENTO
REGIÃO DO EXTREMO NORTE
(MARAGOGI)**

Nome	Instituição
ARLETE LAURINDO DA SILVA	ESCOLA DE 1º GRAU SATURNINO DE SOUZA
BARTOLOMEU RODRIGUES FILHO	PRES. PSB. JAPARATINGA - AL
BENEDITA MARIA FALCÃO	ESCOLA CIRIDIÃO DURVAL - PORTO DE PEDRAS - AL
CÉLIA BOMFIM P. DA SILVA	10ª CRE - PASSO DE CAMARAGIBE - AL
DJALMA ATHAIDE DOS SANTOS	VEREADOR DE PORTO CALVO - AL
EMANUEL DE OLIVEIRA ESTELITO	SEC. DA AGRICULTURA DE MARAGOGI-AL
FERNANDO JOSÉ B. COSTA	PRES. PSB. DE MACEIÓ - AL
FERNANDO QUEIROZ	LIDERANÇA S. LUIZ DO QUITUNDE- AL
FLÁVIO LIMA DE SOUZA	VICE - PREFEITO - COLÔNIA DE LEOPOLDINA - AL
FLORISTÉIA MORAIS MARQUES	ESCOLA DE 1º GRAU MESSIAS DE GUSMÃO
HELENA DUARATE BRAGA	VEREADORA DE S. LUIZ DE QUITUNDE - AL
JOSÉ DE MORAIS NETO	PREF. DE PORTO DE PEDRAS - AL
JUAREZ ESTANISLAU DA SILVA	PSD - MARAGOGÍ- AL
LUCIANO NOGUEIRA	PRES. PSB. DE PASSO DE CAMARAGIBE - AL
MARIA ARLY CARNEIRO GUSMÃO	PRES. DA CÂMARA DE PORTO CALVO - AL
MARIA CLÁUDIA CARVALHO	EX-PREF. DE PASSO DE CAMARAGIBE-AL
MARIA DA APRESENTAÇÃO PRADO	VEREADORA DE PORTO CALVO - AL
MARIA ISABEL C. SILVA	SEC. DE ED. DE FLEXEIRAS - AL
MARISTELA S. MARQUES	SEC. DE ASSIST. SOCIAL DE JAPARATINGA - AL
NILTON GUSMÃO	ASSESSOR DA CÂMARA
NILTON J. CARNEIRO GUSMÃO	TESOUREIRO DA CÂMARA DE PORTO CALVO- AL
PATRÍCIA MOURÃO	SEC. DE TURISMO
PAULO ROBERTO PINTO	PREF. DE FLEXEIRAS - AL
ROBERTO HUGO RODRIGUES	SEC. PSB. JAPARATINGA - AL
SEVERIANO J. FREITAS DE SOUZA	PREF. DE COLÔNIA DE LEOPOLDINA - AL
SILVANA CAVALCANTE	PREF. DE FLEXEIRAS - AL
TALVANES EUGÊNIO MACENO	PREF. DE PORTO DE PEDRAS - AL

**NÚCLEOS REGIONAIS DE PLANEJAMENTO
REGIÃO DO EXTREMO NORTE
(MARAGOGI)**

Nome	Instituição
ALDIR DA COSTA SIQUEIRA	VEREADOR DE PORTO CALVO - AL
AMARO JORGE	PSB - PORTO CALVO - AL
BARTOLOMEU DE LIMA	SEC. DE ED. DE PORTO CALVO - AL
BARTOLOMEU JOSÉ RODRIGUES	VEREADOR DE JAPARATINGA - AL
CECÍLIA CORDEIRO DA SILVA	VEREADORA DE PORTO CALVO - AL
CELSO RAMALHO	PREF. DE JAPARATINGA - AL
CÍCERO ROGÉRIO DOS SANTOS	PRESIDENTE DO PSB JACUÍPE - AL
CIRIDIÃO DURVAL PEIXOTO	PREF. DE PASSO DE CAMAGIBE - AL
CLAUDIO FRANCISCO D. LEMOS	CHEFE DE GABINETE PREF. JACUÍPE - AL
DIONE DAS NEVES S. RODRIGUES	REP. COMUNIDADE - JAPARATINGA - AL
ERALDO PEDRO DA SILVA	SÃO LUIZ DO QUITUNDE - AL
ERASMO TORRES	SEC. DA ASSIST. SOCIAL DE PASSO DE CAMARAGIBE - AL
GILBERTO PRIMO DA SILVA	ASSOC. DOS ASSENTADOS DA CONCEIÇÃO
GILVAN GOMES	VEREADOR DE JACUÍPE - AL
IVONETE LINS RIBEIRO	VEREADORA DE JACUÍPE - AL
JOBEDS SILVESTRE DE ARAÚJO	VEREADOR DE JACUÍPE - AL
JORGE ALVES CORDEIRO	PREF. DE PORTO CALVO - AL
JOSÉ ANTONIO DOS SANTOS	SIND. DOS TRAB. RURAIS DE PASSO DE CAMARAGIBE - AL
JOSÉ PORCIONE DA SILVA	PRES. DO SIND. DOS TRAB. RURAIS
JOSÉ SOUZA DE GUSMÃO	VEREADOR DE PORTO CALVO - AL
JOSEFA MARIA LIMA	VEREADORA DE JACUÍPE - AL
MANOEL SILVINO DOS SANTOS	IGREJA BATISTA DE PASSO DE CAMARAGIBE - AL
MARIA ALICE ATAIDE	SEC. MUNIC. DE SAÚDE DE JAPARATINGA - AL
MARIA HELENA DA S. SIQUEIRA	ASSESSORA DA CÂMARA DE PORTO CALVO - AL
MARIA MADALENA	REP. COMUNITÁRIA
MARIA TEREZA SILVA DE SOUZA	SEC. EDUCAÇÃO
ODETE ISABEL DO NASCIMENTO	SEC. DE EDUCAÇÃO DE MARAGOGI - AL

**NÚCLEOS REGIONAIS DE PLANEJAMENTO
REGIÃO DO EXTREMO NORTE
(MARAGOGI)**

Nome	Instituição
JOSINETE BRAGA	MEMBRO COMUNIDADE SÃO MIGUEL DOS MILAGRES - AL
OLIVAR FELIX TENÓRIO	PRES. DO PT. DE PORTO CALVO - AL
OSVALDO JOSÉ DO NASCIMENTO	VEREADOR DE PORTO DE PEDRAS - AL
PE. SEVERINO FERNANDES	MARAGOGI - AL
RODRIGO LYRA	RÁDIO COMUNITARIA COSTA DOURADA
SEBASTIANA PONTES	SEC. AÇÃO SOCIAL DE JOAQUIM GOMES - AL
TELMO HENRIQUE AMORIM	DIRETOR MATERNIDADE SANTA MÔNICA
VALQUÍRIA OLIVEIRA	SEC. ADM. MUNICIPAL DE SAÚDE JAPARATINGA - AL
VERALDINO APOLINÁRIO	EX-PREFEITO DE S. MIGUEL DOS MILAGRES - AL
ZENILDO JOSÉ FERREIRA DA SILVA	PRES. DA CÂMARA DE JACUIPE - AL

**NÚCLEOS REGIONAIS DE PLANEJAMENTO
REGIÃO DA MATA
(VIÇOSA)**

Nome	Instituição
AFRÂNIO JOSÉ VIEIRA	EX -PREFEITO DE MAR VERMELHO - AL
ANTONIO CARLOS DE SOUZA	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE S. DO MUNDAÚ-AL
CÍCERA VITAL DA SILVA	PSB - SANTANA DO MUNDAÚ - AL
CLAUDIO VELOSO ROSA	SEC. DE ADMINITRAÇÃO DE ATALAIA
DEOCLECIANO VITAL PASSOS	SEC. DE SAÚDE DE VIÇOSA - AL
ERCIDIO GOMES DA SILVA	CONSELHO TUTELAR DE PINDOBA-AL
EVERALDO ALVES DA SILVA	PRES. ASSOC. COMUNITÁRIA VIÇOSA-AL
FERNANDA LÚCIA BARROS	SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQ. EMPRESAS
GUSTAVO ORLANDO TORRES LINS	PREF. DE MAR VERMELHO - AL
HERMAN ALMEIDA	PREF. DE MAR VERMELHO - AL
IZADETE BARBOSA OLIVEIRA	BN - UNIÃO DOS PALMARES - AL
JAYSLEY LEITE DE OLIVEIRA	9ª CIRETRAN - VIÇOSA - AL
JOCELY OLIVEIRA SILVA	CONSELHO TUTELAR DE PINDOBA-AL
JOSÉ CLAUDINO DA SILVA FILHO	ESCOLA MUNICIPAL DE VIÇOSA-AL
JOSÉ CLODOMIR TERNÓRIO	SEC. DE SAÚDE DE MAR VERMELHO - AL
JOSÉ KLINGER TEIXEIRA	COORD. POLÍTICA DO PALÁCIO
LENIVALTON ANDRADE	SEC. MUN. DE SAÚDE DE MURICI- AL
MANOEL BARBOSA	CAIXA ECON. FEDERAL DE VIÇOSA-AL
MANOEL DOS PASSOS VILELA	VEREADOR DE VIÇOSA-AL
PEDRO ACIOLI DE SOUZA	SECRETÁRIO DE AGRICULTURA DE VIÇOSA-AL
PEDRO TEIXEIRA	FOLCLORISTA DE CHÃ PRETA-AL
PÉRICLES VASCONCELOS B. ALMEIDA	PRESIDENTE DA PROVALE - VIÇOSA -AL
ROSA VIRGINIA DE MELO TEIXEIRA	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO
SANDRA VILELA	SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQ. EMPRESAS
TARCIANA PAULA ACIOLY TENÓRIO	SEC. MUNC. SAÚDE DE MURICI-AL
TEÓCRITO DE VASCONCELOS	SEC. DE AGRICULTURA DE CHÃ PRETA - AL
TEREZA NEUMA B. DE OLIVEIRA	SEC. DE ASSIST. SOCIAL DE MURICI-AL

**NÚCLEOS REGIONAIS DE PLANEJAMENTO
REGIÃO DA MATA
(VIÇOSA)**

Nome	Instituição
ANA PATRÍCIA VASCONCELOS	SEC. DE EDUCAÇÃO DE VIÇOSA - AL
ANTONIO OLIVEIRA	RÁDIO SAMPAIO
CATARINA ISABEL DOS SANTOS	SEC. DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DA LAGE - AL
ELMA SALES COSTA	PREF. DE PAULO JACINTO - AL
ERNANDES JACINTO SILVA	PREF. MUN. DE IBATEGUARA - AL
FERNANDO GALDINO DA SILVA	TESOURARIA DO SIND. DOS TRAB. RURAIS VIÇOSA - AL
GLÁUCIO ALLAN DA SILVA PINTO	SEC. EDUCAÇÃO DE VIÇOSA - AL
JANE MEIRE DOS SANTOS	SEC. DE SAÚDE - MAR VERMELHO - AL
JOSÉ ALVES SANTANA	ASSOC. DOS MORADORES - VIÇOSA - AL
JOSÉ AUGUSTO DE ALBUQUERQUE	SEC. DO PLANEJAMENTO DE ATALAIA - AL
JOSÉ CLÁUDIO DA SILVA	LIDERANÇA PSB - CAPELA - AL
JOSÉ EDMILSON VIANA	ASSOC. COM. AMIGOS DA COMUNICAÇÃO
JOSÉ MAIA	VICE - PREFEITO DE QUEBRANGULO - AL
JÚLIA TENÓRIO LEVINO	SEC. MUNIC. DE SAÚDE - MURICÍ- AL
LEÔNICIO LIMEIRA DA SILVA	SEC. DE AGRICULTURA DE CHÃ PRETA - AL
MANOEL TENÓRIO	PREF. DE QUEBRANGULO - AL
MARIA DE FÁTIMA FAUSTINO	SEC. DE EDUCAÇÃO DE PAULO JACINTO - AL
MARIA MÁRCIA PONTES CARNAÚBA	SEC. MUN. DE SAÚDE DE VIÇOSA - AL
MARIA ZILMA DA PAZ	SIND. DOS TRAB. RURAIS -UNIÃO DOS PALMARES - AL
MAXWELL TENÓRIO CAVALCANTE	VICE - PREFEITO DE PINDOBA - AL
NAIR NUNES DA SILVA	SEC. DE EDUCAÇÃO DE MAR VERMELHO - AL
PATRÍCIA MAIRA BRANDÃO	CHEFE DE GABINETE DE VIÇOSA - AL
PAULO DE CASTRO S. FILHO	CASA DA CULTURA - UNIÃO DOS PALMARES - AL
PAULO JORGE D. FERREIRA	PRES. DA CÂMARA MUN. PINDOBA - AL
SHIRLAN DE FRANÇA MADEIRO	COOP. DE PROF. TÉCNICOS DE ALAGOAS - VIÇOSA - AL
VALDEMAR RODRIGUES CASADO	PRES. ASSOC. DOS PEQUENOS AGRIC. CHÃ PRETA - AL
VERÔNICA SAMPAIO DE OLIVEIRA	SEC. DE AÇÃO SOCIAL DE CAJUEIRO - AL

**NÚCLEOS REGIONAIS DE PLANEJAMENTO
REGIÃO DA MATA
(VIÇOSA)**

Nome	Instituição
AFRÂNIO TENÓRIO C. NETO	SEC. MUNC. DE OBRAS DE VIÇOSA - AL
AGNALDO GARCIA DE FARIAS	SEC. DE AGRICULTURA DE IBATEGUARA-AL
AILTON PEREIRA DE OLIVEIRA	PRES. CÂMARA MUN. DE VIÇOSA - AL
BRAZ RODRIGUES	BANCO DO NORDESTE
CÍCERO TENÓRIO FLORENTINO	ASSOC. COM. DE CHÃ PRETA - AL
DELLY CÉSAR CAMPOS	VEREADORA DE VIÇOSA-AL
DOROTEU HELÁDIO	EMATER CHÃ PRETA - AL
FRANCISCA FÁTIMA RODRIGUES	DIR. TÊC.DA SEC. DE SAÚDE UNIÃO DOS PALMARES -AL
ISRAEL PEDRO DA SILVA	PRES. DO PPS. VIÇOSA - AL
JANETE MARIA M. LUNA	VEREADORA DE VIÇOSA-AL
JOÃO ALBUQUERQUE	VEREADOR DE MAR VERMELHO - AL
JORGE CALADO DE OLIVEIRA	SIND. DOS TRAB. RURAIS PAULO JACINTO-AL
JOSÉ CARLOS	SEC. DE ADMINISTRAÇÃO DE VIÇOSA - AL
JOSÉ CELSO NOGUEIRA	SEC. DE AGRICULTURA
MARCELO LIMA	COORD. POLÍTICO REG. DA MATA
MARIA GISELDA BEZERRA TENÓRIO	SEC. DE EDUCAÇÃO DE CHÃ PRETA - AL
MARIA JOSÉ DUARTE TENÓRIO	SEC. DE AÇÃO SOCIAL DE CHÃ PRETA - AL
MARIA NORMA REBOUÇAS	BN - PALMEIRA DOS ÍNDIOS - AL
MARIA VERÔNICA P. DA SILVA	SEC. DE AÇÃO SOCIAL DE VIÇOSA - AL
MOACIR FRANCISCO DA SILVA	SERVIÇO DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA - SAE
OTÁVIO JOSÉ COSTA DE MORAIS	VICE- PREFEITO DE CAJUEIRO - AL
PAULO DE TARSO R. DOS SANTOS	BANCO DO NORDESTE - MACEIÓ - AL
REJANE ROCHA	SEC. MUN. DE SAÚDE DE VIÇOSA - AL
RICARDO BOTELHO	SEC. AGRICULTURA DE IBATEGUARA - AL
RICARDO PIMENTEL VILELA	AGROP. DE VIÇOSA - AL
ROSEANE COSTA CALHEIROS	ASSESSORA DO PREFEITO DE VIÇOSA - AL
TELMO DE ALMEIDA GUIMARÃES	AUTÔNOMO

**NÚCLEOS REGIONAIS DE PLANEJAMENTO
REGIÃO DA MATA
(VIÇOSA)**

Nome	Instituição
APARECIDA LOPES	ORGANIZAÇÃO MIRIM - UNIÃO DOS PALMARES - AL
EDIR CORREIA LIMA	VEREADORA DE VIÇOSA-AL
FRANCISCO PAULO SILVA	VEREADOR DE PINDOBA - AL
GLÁUCIO FRAZÃO DA SILVA	ORGANIZAÇÃO MIRIM - UNIÃO DOS PALMARES - AL
JÚLIO ALBUQUERQUE PONTOS	LID. POLÍTICA DE CAJUEIRO - AL (PSB)
KLEYDSON JOSÉ DOS SANTOS	VEREADOR DE VIÇOSA-AL
LUCIANO FERNANDES COSTA	VEREADOR DE PINDOBA - AL
LUCILENE LEITE DA SILVA	REP. DA COMUNIDADE DE PAULO JACINTO - AL
LUIZ DANIEL	EX-PREFEITO DE SÃO JOSÉ DA LAGE - AL
MARCOS VASCONCELOS	MÉDICO DE VIÇOSA -AL
MARLENE SANTOS VASCONCELOS	SEC. EST. DE EDUCAÇÃO DE CHÃ PRETA - AL
OSÉIAS FERREIRA DOS SANTOS	SEC. ADM. DE CAJUEIRO - AL
PAULO DUARTE CAVALCANTE	PREF. DE CHÃ PRETA - AL
QUITÉRIA GOMES DE OLIVEIRA	CRECHE DE PAULO JACINTO - AL
RICARDO DUARTE CAVALCANTE	CHEFE DE GABINETE DE CHÃ PRETA - AL
SEBASTIÃO DE ALBUQUERQUE	ASSOC. PEDRA TALHADA -QUEBRANGULO - AL

**NÚCLEOS REGIONAIS DE PLANEJAMENTO
REGIÃO DO SERTÃO
(PIRANHAS)**

Nome	Instituição
ANGELA MARIA DE S. AMORIM	CÂMARA MUNICIPAL DE PIRANHAS - AL
ANTONIO CARLOS GOES	VEREADOR DE PÃO DE AÇÚCAR - AL
ANTONIO N. LISBOA JUNIOR	VEREADOR DE PIRANHAS - AL
CELSO RODRIGUES	PREFEITO DE PIRANHAS-AL
DÊNIA MARIA DE SOUZA AMARAL	CÂMARA MUNICIPAL DE PIRANHAS - AL
EDLEUZA PATRIOTA	REP. DO PREFEITO DE ÁGUA BRANCA - AL
FRANCISCO BARBOSA SILVA	VEREADOR DE MATA GRANDE - AL
HELENA R. CÂMARA	SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQ. EMPRESAS
HÉLIA M. MOREIRA	PREFEITURA DE PIRANHAS - AL
JOÃO BATISTA TAVARES	VEREADOR DE OLHO D'ÁGUA DO CASADO - AL
JOSÉ EDSON ALVES	VEREADOR DE PIRANHAS - AL
JOSÉ MACELINO DE OLIVEIRA	REP. DA CÂMARA DE OLHO D'ÁGUA DO CASADO - AL
JOSÉ SILVA DOS SANTOS	VICE-PREFEITO DE ÁGUA BRANCA - AL
JOSÉ VALDIR DA SILVA SOUSA	VEREADOR DE PARICONHA - AL
JOSIVALDO CAVALCANTE	CÂMARA DE VEREADORES
MANOEL MARTINS FILHO	VEREADOR DE PARICONHA -AL
MANOEL NILTON	CENTRAL EST. DAS ASSOC. DOS ASSENT.E PEQ. AGRIC. AL.
MARIA DE FÁTIMA S. SENA	COOP. EDUC. DE XINGÓ - PIRANHAS - AL
MARIAO CÉZAR VIEIRA	PREFEITO DE SENADOR RUI PALMEIRA - AL
MOACIR VIEIRA DA SILVA	EX-PREFEITO DE PARICONHA - AL
NAILTON BEZERRA DE MEDEIROS	CÂM.DE VEREADORES DE O. D'AGUA DO CASADO- AL
PAULO ROBERTO	CÂMARA MUNIC. DE PIRANHAS - AL
PAULO ROBERTO G. AMARAL	CÂMARA DE VEREADORES DE PIRANHAS - AL
RAIMUNDO NONATO	REP. PREF.DE OLHO D'AGUA DO CASADO - AL
RENATO DOUGLAS RODRIGUES	VEREADOR DE PIRANHAS - AL
SANTELMO DA SILVA	REP. PREFEITO DE OURO BRANCO - AL
SÔNIA JACQUELINE RODRIGUES	SEC. DE AÇÃO SOCIAL - PIRANHAS - AL

**NÚCLEOS REGIONAIS DE PLANEJAMENTO
REGIÃO DO SERTÃO
(PIRANHAS)**

Nome	Instituição
ADILSON SESSIM	SEC. MUN. DE TURISMO - PIRANHAS - AL
ANTONIO FERNANDES	PROGRAMA XINGÓ PIRANHAS -AL
ANTONIO LOU DE SOUZA	CÂMARA DE VEREADORES
AURORA MARIA X. DE SOUZA	11ª CRE - MATA GRANDE - AL
BERTINE MOTA MALTA BRANDÃO	SEC. MUNC. DE SAÚDE DE INHAPÍ - AL
ELISBERLÂNIA C. DA SILVA	SEC. DA AÇÃO SOCIAL
FLÁVIO MOTA	CIA. HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO
FRANCISCO CLEMENTINO	ASSOC. COM. DO BAIRRO XINGÓ
INÊS MARIA BARBOSA	IGREJA CATÓLICA DE XINGÓ - PIRANHAS - AL
JOÃO PAULO AGUIAR	CIA. HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO
JOÃO RAIMUNDO	STR PIRANHAS - AL
JOSÉ DO NASCIMENTO	ASSEMB. DE DEUS DE MATA GRANDE - AL
JOSÉ ROBERTO CAMPOS	COOP. AGROP.DO ALTO SERTÃO ÁGUA BRANCA - AL
LÁZARA DE ANDRADE	SEC. MUN. DE ASSIST. SOCIAL -
LUIZ ORLEANS F. DOS SANTOS	GRUPO DE TEC. ALTERNATIVAS -DELMIRO GOUVEIA - AL
LUIZ VALÉRIO	STR - DELMIRO GOUVEIA - AL
MARIA FREITAS DE ALENCAR	11ª CRE - MATA GRANDE - AL
ORLANDO ALVES	DEPTO. NAC. DE OBRAS CONTRA A SECA
OSMAR BEZERRA SANTOS	PSB
PAULO SOARES DE OLIVEIRA	REP. PTD - DELMIRO GOUVEIA - AL
QUITÉRIA BEZERRA DE MELLO	UNIDADE MISTA ÁGUA BRANCA - AL
RONALDO MELO	PROGRAMA XINGÓ
SIMONE C. CALDAS	SEC. MUN. DE SAÚDE - PIRANHAS - AL
SUELI MATOS	IGREJA CATÓLICA DE OLHO D'ÁGUA DO CASADO - AL
TELMA CASSIANO DOS SANTOS	SEC. MUN. DE SAÚDE OLHO D'ÁGUA DO CASADO - AL
VILMAR ANTONIO DE SOUZA	ART. POLÍTICA PSB - ÁGUA BRANCA - AL
WASHINGTON R. CORREIA	CANINDÉ TURISMO - CANINDÉ-SE

**NÚCLEOS REGIONAIS DE PLANEJAMENTO
REGIÃO DO SERTÃO
(PIRANHAS)**

Nome	Instituição
ABDIAS GAMA DA PAZ	REP. DO SIND. AGROP. OLHO D'ÁGUA DO CASADO-AL
AGAMENON GOMES DA SILVA	ASSOC. PROD. RURAIS DE DEMIRO GOUVEIA - AL
ANTENOR MOREIRA SENA	CIA. HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO
AUGUSTO CEZAR CRUZ	SEC. DE SAÚDE OLHO D'ÁGUA DO CASADO - AL
AUGUSTO CEZAR VIEIRA SOUZA	CIA. HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO
CARLOS ALBERTO RODRIGUES	SINDICATO RURAL DE PIRANHAS-AL
CÍCERO PALMEIRA DOS SANTOS	SIND. DOS TRAB. RURAIS DE MATA GRANDE - AL
DAVID SAMPAIO ROMÃO	CEFET-XINGÓ PIRANHAS-AL
DJENAL SOUZA	UNID. MISTA DE SAÚDE XINGÓ PIRANHAS - AL
FÁBIA SANTANA	SEC. MUN. DE AÇÃO SOCIAL SENADOR RUI PALMEIRA - AL
HENOQUE VERÍSSIMO AMORIM	BN - BATALHA - AL
ISABEL TORRES DE S. LEITE	AGROPECUARISTA - PIRANHAS - AL
JOSÉ BENILDO DA SILVA	SIND. MOV. SEM TERRA - OURO BRANCO - AL
JOSÉ CORREIA DE SOUZA	SIND. DOS TRAB. RURAIS DE PARICONHA - AL
JOSÉ DORGIVAL	PREF. MUNICIPAL DE INHAPÍ-AL
JOSÉ LIBERATO DA SILVA	IGREJA DE OURO BRANCO - AL
JOSÉ MONTEIRO COSTA	IGREJA ASSEMBLÉIA DE DEUS MARAVILHA-AL
MARTA LÚCIA GUEDES	SMAS - SENADOR RUI PALMEIRA - AL
MAURÍCIO CÉSAR B. BRANDÃO	PSB ÁGUA BRANCA-AL
OZIAS RODRIGUES SILVA	PASTOR ASSEMB. DE DEUS - CARNEIROS - AL
PAULO ROBERTO NUNES	DEPTO. NAC. DE OBRAS CONTRA A SECA
ROSIVAL AGOSTINHO DA SILVA	PASTOR ASSEMB. DE DEUS - CARNEIROS - AL
RUI KLEBER PEREIRA	SIND. RURAL DE PIRANHAS-AL
SILOÉ MOURA	PSB - RUI PALMEIRA - AL
SIMONE S. GOES	CORREIOS
VALDERY REGIS DA COSTA	IGREJA BATISTA DE CANAPÍ - AL
VALMIR DA SILVA MELO	PSB- CARNEIROS - AL

**NÚCLEOS REGIONAIS DE PLANEJAMENTO
REGIÃO DO SERTÃO
(PIRANHAS)**

Nome	Instituição
ANTÔNIO FEITOSA	PRESID. CÂMARA DE VEREADORES DE PARICONHA-AL
ANTÔNIO OLIVEIRA BARBOSA	APOSENTADO DA CHESF PIRANHAS-AL
CARLOS ALBERTO	DELMIRO AM/FM DELMIRO GOUVEIA-AL
JOSÉ CARLOS L. FEITOSA	SEC. DE SAÚDE DE PARICONHA-AL
JOSÉ DARLAN SILVA	PRES., ASSOC. COMUNITÁRIA JOSMAR PARICONHA-AL
JOSÉ EVERALDO DE OLIVEIRA	PRES.. PSB POÇO DAS TRINCHEIRAS-AL
JOSÉ GOMES DA CRUZ	SIND. TRAB. RURAIS SENADOR RUI PALMEIRA-AL
JOSÉ JOAQUIM DA SILVA	AUTÔNOMO XINGÓ PIRANHAS-AL
JOSÉ OSMAR DO NASCIMENTO	ASSOC. DE MORADORES XINGÓ PIRANHAS-AL
JOSÉ PEDRO	ASSOC. GOIABAL MATO GRANDE-AL
JOSUÉ CORREIA DE SOUZA	SIND. RURAL DE PARICONHA-AL
JUVENAL CAETANO	PRESID. DO SIND. TRAB. RURAIS SENADOR RUI PALMEIRA-AL
Mª DE FÁTIMA S. RODRIGUES	UNEX II PIRANHAS-AL
MARCOS ALEXANDRE BATISTA	ASSOC. DE MORADORES XINGÓ PIRANHAS-AL
MARIA APARECIDA FLORÊNCIO	SED PIRANHAS-AL
MARIA MAGNA QUINTELA	PRESID. PSB OLIVENÇA-AL
MARIZA DE SOUZA RODRIGUES	INST. UNEX II XINGÓ PIRANHAS-AL
MARTINHO BATISTA NETO	ASSOC. MORADORES XINGÓ PIRANHAS-AL
MIGUEL ÂNGELO	PROGRAMA XINGÓ PIRANHAS-AL
NELSON VIEIRA R. FILHO	PROGRAMA XINGÓ PIRANHAS-AL
NEUZA FEITOSA SILVA	VEREADORA DE PARICONHA-AL
RICARDO DIAS	ASSOC. DOS PISCULTORES PROG. XINGÓ PIRANHAS-AL
SELMA ALICE L. RIOS	XINGÓ PIRANHAS-AL

RELAÇÃO DE ENTREVISTADOS

Adeilson Bezerra	Presidente da CBTU
Afrânio Lages Filho	Presidente da ABAV
Alejandro Luiz Pereira da Silva	Secretário Municipal de Planejamento de Maceió
Ana Dayse Resende Dória	Vice Reitora da UFAL
Ana Maria Willoweit	Presid. do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente
Antônio Frazão Filho	Coopertrading Exportação Sucroalcooleira
Arnóbio Cavalcante Filho	Pró- Reitor de Planejamento da UFAL
Beroaldo Maia Gomes	Professor Universitário
Cláudio Vieira	Chefe do Escritório da SUDENE em Alagoas
Dom Edvaldo Gonçalves Amaral	Arcebispo de Maceió
Douglas Apratto	Historiador
Ib. Gato Falcão	Presidente da Academia Alagoana de Letras
Eduardo Bomfim	Vereador de Maceió
Ênio Lins	Jornalista
Euclides Affonso de Mello	Presidente da Organização Arnon de Mello
Eugênio Costa Sampaio	Diretor Presidente da TV Alagoas
Fábio Luiz A. Lopes de Farias	Administrador do Porto de Maceió
Fátima Lipo	Diretora de Relações Empresariais do CEFE/AL
Fernando Rossiter	Presidente da Cooperativa dos Plantadores de Cana
Frederico Melo	Presidente da ABIH- Associação Brasileira de Industria Hoteleira
George Delfino	Gerente do Banco do Brasil
Geraldo Lessa	Presidente da Fundação Teotônio Vilela
Givaldo Carimbão	Deputado Federal
Humberto Soares Martins	Presidente da OAB
Jaime de Altavilla	Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas
João Edson Damasceno Ribeiro	Superintendente da Polícia Federal/AL
João Evangelista Tenório	Diretor Presidente da Coop. dos Produtores de Açúcar e Alcool/AL
José Carlos Lyra	Presidente da FIEA
José Domingos L. Colaço	Representante do Setor Fumageiro
José Elvio Lopes Lima	Presidente da CUT
José Lourenço das Brotas Neto	Representante do Conselho Estadual de Saúde
José Luiz Gonçalves Leite	Diretor Presidente do SENAI
José Murilo Montelo Paraíso	Diretor de Desenv.e Rel.Instit. da CINAL- Cia. Alagoas Industrial
José Roberval Cabral	Presidente do Clube de Diretores Logistas
Josué Cunha Seixas Filho	Representante da Indústria Têxtil
Jurg Hassenstein	Diretor da Associação das Empresas do Distrito Industrial
Laécio Roberto Lemos de Souza	Superintendente de Negócios da CEF
Lean Araújo	Procurador Geral de Justiça
Leopoldo Amaral	Presidente do SINDETUR

**RELAÇÃO DE ENTREVISTADOS**

Luiz Carlos C. Mendes	Superintendente da PETROBRAS/AL
Luiz Sávio de Almeida	Professor da UFAL
Marcial de Araújo Lima	Representante do Conselho Estadual de Educação
Marilda Lopes Cansanção	Representante do Conselho Estadual de Assistência Social
Mario Ururahy Macêdo Neto	Superintendente da INFRAERO
Milton Hênio Netto	Membro da Academia Alagoana de Letras
Nelson O. Menezes Filho	Coordenador de Desenvolvimento Empresarial da TELEMAR
Paulo Roberto Maya Gomes	Diretor Executivo da TV Pajuçara
Pe. Manoel Henrique	Paróquia São Pedro
Pedro Barbosa Ramos	Diretor do SEST/SENAT
Ranilson França	Folclorista
Reginaldo Pacheco	Representante do Movimento Sem Terra
Ricardo Mota	Jornalista da TV Pajuçara
Rogério Pinheiro	Reitor da UFAL
Roosevelt Patriota Cota	Diretor Superintendente do DNER
Rui Cavalcante Moura	Contador da Cooperativa dos Usineiros
Silvino Gonzaga Bentes	Presidente do CREA
Tereza Nelma da Silva Porto	Presidente da Sociedade Pestalozzi de Maceió
Vladimir Abreu Cavalcante	Superintendente da CEAL
Washington Luís	Pastor - Convenção Batista Alagoana
Yêdo Mota Mendonça	Presidente do Sindicato dos Produtores de Leite
Luiz Eustáquio Toledo	Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas
Oswaldo Viégas	Diretor de Planejamento do SEBRAE/AL